Diário de Lisboa

Fundador **Joaquim Manso** Director **A. Ruella Ramos** Director-adjunto **Fernando Pitéira Santos**

ANO 64 N.º 21 469
Maio 1984
Terça-feira
29
30$00

Santo António dos Cavaleiros

Ex-gestor da Gelmar morto a tiro pelas "FP" à saída de casa

Pág. 20

Patronato já recusa 'concertar-se' com Soares

● *Pressão ilegítima sobre o Exe-cutivo — acusa Ernâni Lopes*

● *Torres Couto diz que a CIP,CAP e CCP 'andam a reboque da UGT'*

A reunião da Comissão Permanente do Conselho de Concertação Social, que estava marcada para hoje, já não se efectua porque o patronato — representado pelas associações CAP, CIP e CCP — recusou participar, acusando o Governo de não tomar medidas estruturais para ultrapassar a crise económica.

A CGTP já recusara desde o início colaborar neste Conselho e a UGT anunciou esta manhã que também não vai à reunião, deixando o Governo «a falar sozinho». Segundo a UGT, o patronato pretende com esta atitude colher dividendos de anteriores exigências suas. «Podemos até dizer que as associações patronais têm andado a reboque da UGT» — disse esta manhã Torres Couto, seu secretário-geral.

Pág. 5

Começa a visita oficial

Soares recebe Botha à chegada a Lisboa

Pieter Botha à chegada à Portela, esta manhã: declarações lado a lado com Mário Soares

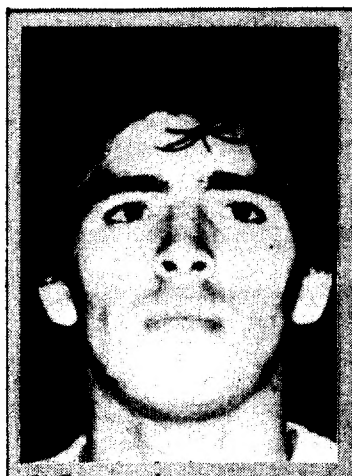
O primeiro-ministro sul-africano Pieter Botha chegou ao fim da manhã de hoje a Lisboa para uma visita oficial de três dias a convite de Mário Soares. À chegada ao Aeroporto da Portela estiveram presentes Mário Soares, o ministro Almeida Santos, o titular da pasta da Justiça, Rui Manchete, o secretário de Estado da Cooperação Gaspar da Silva e o embaixador de Pretória na capital portuguesa. Findas as cerimónias de cumprimentos e o desfile de uma força da GNR com charanga, o primeiro-ministro sul-africano pronunciou uma pequena alocução. Depois de afirmar que é com prazer que voltava a Lisboa, Pieter Botha afirmou trazer saudações dos milhares de portugueses residentes no seu país e sublinhou esperar que a sua estadia e as conversações que manterá contribuam para estreitar os laços de amizade que unem os dois países.

Pág. 20

"DL-Informática"

Computadores e defesa da privacidade: um debate por concluir na AR

Com um texto de síntese sobre o debate parlamentar da passada semana, um artigo de opinião subscrito por dois deputados e um texto de um responsável do Instituto Damião de Góis, o «DL-Informática» prossegue hoje a análise do polémico tema da defesa da privacidade face ao tratamento informatizado de dados pessoais. O suplemento mensal de informática do «DL» desenvolve igualmente outros temas de grande actualidade, tais como a utilização dos computadores no ensino secundário e na medicina do trabalho.



Maradona

Milhões no Nápoles

Rummenigge

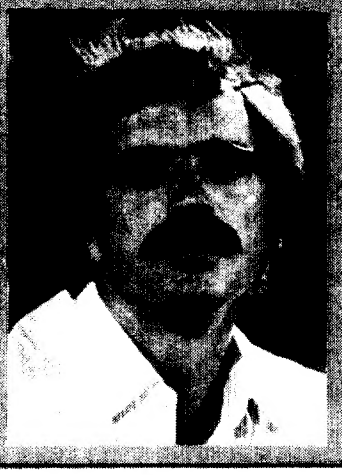
Joga contra a gente

Marcelino

Leme do Sporting?

Artur Jorge

Treinador do Porto



Emídio Pinto

Comando em Alvalade

Pág. 12 e 16

Sem paixão

SEM paixão, objectivamente, não nos parece que a visita a Portugal do primeiro-ministro sul-africano, seja oportuna e feliz. Sabemos que Pieter Botha visitará outros países europeus. Mas sabemos, também, que noutros países a visita não terá carácter oficial. Em Portugal tem esse carácter. Pieter Botha é convidado do nosso Primeiro-Ministro.

Claro que estamos conscientes do papel que Portugal desempenhou na evolução da situação política e militar na África Austral. E que, apesar de tudo o que não é luminoso e de rigor, esse papel é reconhecido como tendo contribuído para fazer recuar a guerra e para fazer avançar a paz.

Mas nem no quadro das Nações Unidas — onde temos pendente um problema dramático, o de Timor-Leste —, nem no que concerne o relacionamento com as duas grandes nações africanas de expressão oficial portuguesa da África Austral — Angola e Moçambique — não se nos afigura que o carácter oficial da visita venha a representar o interesse legítimo, patriótico, de Portugal.

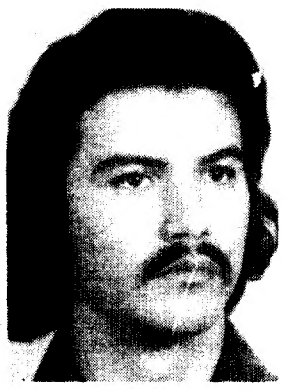
Evocar a presença dos Portugueses no território da República da África do Sul como um favor que esse país nos presta, é esquecer a participação desses compatriotas na vida económica sul-africana e o peso que essa presença atinge na política de equilíbrio étnico. É uma presença branca. Contribuímos para a actual política do governo sul-africano. É um facto. Facto que não nos pode levar, como Estado, a uma aparente solidariedade ou a desconhecermos as decisões políticas da Organização das Nações Unidas no que se refere ao aberrante «apartheid».

Os portugueses residentes na África do Sul deverão ser os primeiros a compreender que é do interesse de Portugal estreitar relações com Angola e com Moçambique, e que a esse interesse nacional nenhuma outra orientação poderá prevalecer. A visita de Pieter Botha, não vem daí força e prestígio ao nosso país, e aos seus interlocutores oficiais, para o diálogo com Angola e com Moçambique. A visita que em Portugal se inicia com um carácter oficial, que não assumiria noutros países, não é uma iniciativa política feliz.

Longe de nós pensarmos que podemos prosseguir em África uma política de confronto e arrogante. Mas, prosseguindo uma actividade diplomática maleável, teremos que ter presentes os interesses de Portugal e as responsabilidades do papel histórico que foi o nosso em África.

DL

Concurso Dez Anos Depois



Em boa razão

Vasco Alberto Valadares Teixeira

Em boa razão não poderia falar do significado pessoal de um facto histórico, sem, antes do mais, delinear o que ele próprio me foi em vivência.

À época, ainda frescos, os vinte anos coroavam o fim da adolescência, na determinação férrea de lutar pelos seus ideais. As convicções apuradas no crescer que vai da primeira interrogação lançada ao mundo, à contestação dos valores que se lhe criticam, aglotinavam-se no sentido universalista da dimensão do Homem, e na imperiosa necessidade da sua dignificação. Impunham-se-lhe, assim, como primordiais, a liberdade, a justiça social, a paz e a cultura, entendida esta última como expoente maior da sua expressividade.

Do estrangeiro, tinham chegado, embora pouco nítidos, ecos do Maio de 68. Na música anglo-americana, de Bob Dylan, Joan Bayez, The Doors, e tantos outros, conheciam-se ainda pujantes, os movimentos jovens marcadamente pacifistas. Antiguerra do Vietname e anti-racistas, faziam a apologia do amor-livre, e, de modo geral, contestavam os valores tradicionais estabelecidos, como a família e o modo de vida urbano. Eram os hippies da ilha de Wight e do Woodstock. E, se por um lado, esse ruralismo de flores levou aos caminhos místicos do Oriente, por outro, o seu inconformismo irrompeu na acidez sarcástica de uma certa cultura «Undergrouns» urbana. Recolhendo a herança do Psicadelismo de Timothy Leary, teve o seu máximo em Andy Warhol e na música dos «Velvet Underground» e Lou Reed.

De tom mais europeu e intimista, as baladas de Leonard Cohen, Jacques Brel e Leo Ferré, cantavam a solidão, a irreverência e o amor.

Em Portugal, podres de meio século de nacionalismo monástico, mas instituídos de pedra e cal, os valores repousavam, intocáveis, à sombra tutelar da oficiosa hipocrisia, ética e moral. E dela eram corolários, a «guerra do ultramar» e os «bons costumes», exaltados em dignidade emblemática do próprio regime.

Futebol e fado, encenavam o horizonte cultural das grandes massas. O «romance» radiofónico e as fotonovelas de faca e alguidar, preenchiam o universo onírico da mulher, a quem se inventava o ideal da «dona de casa» e do recato. O processo das «Três Marias», morria no sarcasmo de um marialvismo de pacotilha.

Dissonâncias, também a um certo tipo de música ligeira que ironicamente se designava por «nacional-cançonetismo», eram as vozes de José Afonso, Adriano Correia de Oliveira, José Mário Branco, Sérgio Godinho e outros. Logrando passar às malhas da censura, a crítica e a denúncia da realidade social e política, eram, senão as únicas, pelo menos as mais perceptíveis que chegavam a público, emergidas do silêncio em que a repressão mais mesquinha afogava totalmente a livre expressão.

Esvaziada de significado, e condenada nos seus propósito pela generalidade da opinião pública, a guerra nas colónias esvaziava o futuro dos jovens. A repressão actuava brutalmente nas escolas e Universidades onde o movimento estudantil se manifestava. Não havia empregos para quem não tivesse cumprido o serviço militar. Tudo se lhes projectava para além dos quatro anos de tropa, onde a sorte das armas, jogada por causa nenhuma, lhes ditaria sem o nexo da convicção, a vida ou a morte. A alternativa possível, era a conhecida solução dos portugueses rurais na miséria: a fuga clandestina.

Que outra manhã, pois, me seria mais manhã, que essa, da madrugada de 25 de Abril de 1974?!

Um longo caminho foi percorrido desde a festa de esperança e sonho que nos abraçou no 1.º de Maio seguinte, lançados todos à conquista da utopia.

A justiça feita ao mundo do trabalho, trouxe novas regalias sociais. A vivência da democracia política, foi acompanhando as propostas ideológicas perfilhadas pela classe política militante, confiando-lhes ingenuamente a fé. O desejo de participação fazia nascer novas estruturas na organização social. O poder descentralizava-se, trazido um pouco à mão de cada um.

O relacionamento social alterou-se definitivamente. Profundas transformações germinaram nas relações humanas, quando o conceito de liberdade começou a ser assumido pela mulher, que via legalmente instituída a sua dignidade como direito, em paridade ao homem.

Assistiu-se com grande entusiasmo à completa transformação do ensino. Nas suas bases, não só se alteraram as tradicionais e antipedagógicas formas de relação professor-aluno, eliminando-se a violência e a repressão, como se instituía a democracia na vida académica. Remodelaram-se os métodos pedagógicos e reestruturaram-se as matérias. Procurou-se a própria inserção social da escola, com a responsabilização dos pais e alunos na vida escolar.

Com as portas abertas à luz, a Informação não foi, porém, capaz de franquear as limitações de visão e assimilação, que o nível médio de formação permitia ter, dos antagonismos sociais actuantes. Os radicalismos obscureciam ainda mais a consciência da complexidade de circunstâncias determinantes, que condicionavam a realidade de Portugal. País europeu, mas não desenvolvido, a sua economia, frágil e dependente, ressentia-se de modo inevitável da perda das Colónias, à sombra de quem se acomodara nas últimas décadas.

O reconhecimento da impossibilidade pragmática e imediatista dos ideais assumidos, foi embaciando a transparência que se julgava encontrar no discurso político. E este, por si, mais e mais se foi diluindo, em regressão, no discurso do poder.

Contudo, apesar de todos os erros e hesitações nunca o comportamento dos portugueses, em actos da mais elevada importância política, deixou de ser exemplar. Desde as primeiras eleições para a Assembleia da República, além das elevadas percentagens de participação registadas, o sentido do voto tem sempre sabido sublinhar a vontade mais profunda do seu querer político. Corrigindo os desvios, arredando os aventureirismos maniqueístas, ultrapassando dificuldades e suportando-lhes o peso, não só nunca cedeu a tentações totalitárias, como soube impor a orientação de uma prática comedida, no prosseguimento dos valores primordiais da Revolução dos Cravos, a liberdade e o progresso da justiça social.

Hoje, as economias ocidentais parecem recompor-se do abalo recessivo da crise energética mundial dos anos setenta, revelando já alguns indícios de recuperação.

Em Portugal, depois de Abril de 74, nunca a crise agravou a níveis tão dramáticos as condições de vida da maioria da população. Nunca, portanto, foi tão urgente a transformação das estruturas produtivas do País, de modo a lhes assegurar o carecido desenvolvimento, e a lhes permitir, com eficácia, a sua adaptação e progressiva inserção nos circuitos económicos internacionais.

A austera travessia do deserto, anunciada nos últimos apelos dirigidos ao espírito de sacrifício dos portugueses, traz consigo a promessa de vencer um tão negro horizonte. Construir, dessa miragem, um real insofismável na aridez do nosso quotidiano, é desafio a dar-se resposta hoje. O esforço de mobilização para o desenvolvimento das potencialidades viáveis do País, deve, não só ser incrementado pelo poder, a nível dos diversos agentes económicos, como ser, ele próprio, efectivamente capaz da concretização dos seus propósitos, sem colapsos sociais.

O respeito devido pelo poder democrático ao colectivo social, exige-lhe a Informação clara e explícita, e quanto possível constante, sobre a evolução da sua acção governativa. Mas, respeitar-se, será assumir a confiança da sua base social, a quem ligam compromissos de uma justa e parcimoniosa repartição dos elevados custos sociais que hajam a suportar.

Hoje, no espelho de uma década, o 25 de Abril de 74 significa ainda o direito ao futuro. É a garantia de direito à esperança, da maioridade de um povo. É o reconhecimento da dignidade do Homem, da sua igualdade de direito, ao seu direito à diferença.

Acordar todas as manhãs com esperança

Maria Manuela Lavinha Marques

É acordar todas as manhãs com esperança e vontade de viver intensamente todos os segundos, minutos, horas que me percorrem.

Podia tentar escrever sobre o que esperava que tu fosses e não o foste. Podia falar das alegrias e tristezas que posteriormente nos aconteceram. Mas passada uma década, ao reolhar mais uma vez para ti, ou ao pensar em ti, só sinto uma força enorme que me percorre de uma pontinha à outra e me diz cá dentro — «Para a frente, é para aí o caminho». Sorrio, respiro fundo, ganho coragem, e aí vou eu pronta para o que der e vier.

10 anos passados, 25 de Abril é uma esperança, um pulmão sempre a deitar bafuradas de ar fresco para nos refrescar as ideias e as esperanças, mesmo nos momentos mais difíceis. E é por isso que em silêncio vou gritando para mim própria — «a liberdade pertence-nos, 25 de Abril és a minha vontade de viver e dizer que estou presente, SEMPRE!»

Talvez seja simples de mais, pouco pretensioso tudo isto que acabo de escrever, mas posso garantir que é cá do fundo que vem, muito do fundo das raízes do sentimento.

Porque cresce o endividamento externo

O caso português

Silva Falcão

A exacta compreensão da natureza da evolução dos valores da dívida externa, como aliás acontece com os restantes países subdesenvolvidos depende, muito, do conhecimento da cronologia da crise que assola todos os países do mundo. Nestes países do mundo incluem-se naturalmente os países socialistas, com relações comerciais com o Ocidente, onde a crise se gerou. Vale a pena a propósito referir prosa contida no «Relatório»de 1983, do Banco de Portugal. Diz-se neste «Relatório»: «a crise económica internacional atingiu , igualmente, os países do Leste Europeu, membros do COMECON; com efeito, a condicionante externa influenciou negativamente o comportamento da actividade produtiva desse conjunto, a qual se terá caracterizado, segundo os escassos elementos estatísticos disponíveis, por uma taxa de expansão de cerca de 2 por cento, inferior, portanto, aos 3,5 por cento previstos no Plano Quinquenal ora em vigor (1981/1985) e aos cerca de 3 por cento registados em 1981. A falta de dinamismo dos mercados da OCDE, a preocupação com o nível de endividamento externo já atingido, sobretudo nos euromercados, a redobrada cautela dos credores ocidentais em relação a alguns países do grupo, estiveram na base de uma gestão menos expansionista da economia. A crise sentida nos países socialistas é uma crise exógena e faz-se sentir de forma relativa. Houve, apesar de tudo uma expansão económica, apenas foi menor que a expansão prevista. Aliás, essa crise não se manifesta da mesma maneira que nos países ocidentais. Verifica-se somente um afrouxamento, temporário, sem marcas profundas, do enorme esforço de construção iniciado em 1917. Não há, nesse espaço, estagflação nem quebra do poder de compra das populações.

Embora se registassem indícios em anos anteriores, designadamente em 1969 e 1970, pode considerar-se o ano de 1973 como o ano em que deflagrou a crise, mais precisamente o final de 1973, quando se verificou um inesperado para os economistas metafísicos, enfraquecimento da actividade económica. Não foi por acaso que Marcelo Caetano, na sua última conversa em família, em Março de 1974, manifestou sérias apreensões quanto ao futuro, pelo menos de Portugal, ao referir que «acabara a época das vacas gordas». Precisamente em 1974 e na primeira metade de 1975 eclodiu a grave crise que é porventura a mais duradoura da história do capitalismo, adiantando alguns a hipótese de a actual crise ser a derradeira, antes do salto qualitativo imposto cada vez mais pelas necessidades de retoma do progresso social e de solução dos problemas graves que se colocam a grande parte da humanidade dos nossos dias.

Entrementes, as perspectivas abertas na segunda metade de 1975 revelaram-se animadoras. Surgiu um processo de recuperação que culminou na alta, característica do primeiro semestre de 1976. Mas os números oferecidos por esta recuperação não eram idênticos aos verificados antes de 1973. E a alta foi de curta duração. A ela se seguiu o período dos anos de 1977 e 1978, marcados pela instabilidade e pelas taxas modestas de crescimento. Este período veio a constituir a plataforma de onde emergiu o recrudescimento. Este período veio a constituir a plataforma de onde emergiu o recrudescimento da crise, com os primeiros sintomas alarmantes no segundo semestre de 1979. Foi sobretudo a partir de 1980 que a depressão se instalou, com todos os efeitos conhecidos.

Ao contrário do que muitos pensarão, são uma constante antiga, os saldos negativos das nossas trocas externas. Encontram-se saldos negativos nos anos de 1910 e 1920, como se encontram em 1925. Encontram-se também designadamente nos anos de 1941 a 1960. Sem fascismo e com fascismo, trata-se naturalmente de uma manifestação própria de um país capitalista dependente. Mas os saldos agravam-se desde 1960. O défice duplica desde 1960 a 1969, volta a duplicar nos cinco anos seguintes, de 1969 a 1973. Verificou-se novo agravamento em 1974: a balança comercial passou de 30 para 60 milhões de

contos. É o eclodir da crise do mundo capitalista, agravado no caso português pelo aumento da população devido à diminuição da emigração e ao retorno de portugueses das ex-colónias. A acrescer a estes factos, pode referir-se o boicote de países capitalistas. As exportações para o Reino Unido sofreriam uma redução de 20,9%, enquanto a diminuição respeitante aos Estados Unidos seria de 38,2%.

Entretanto, vão-se desaproveitando as soberbas condições criadas com o 25 de Abril. A abertura por este proporcionada tornaria possível o desenvolvimento de relações comerciais com novos países, procurando evitar a desvantagem actual de concentração de produtos. Esta é bem patente nas importações, em que predominam matérias-primas, bens alimentares, produtos intermédios e bens de equipamento, valendo a pena mencionar que só os produtos minerais e vegetais atingem um terço do total das nossas compras do exterior. Quanto às exportações, dois terços destas reportam-se a cerca de quinze produtos. Aliás, estes produtos de exportação caracterizam-se pela reduzida tecnologia que incorporam, bastando aduzir que o conjunto formado pelos têxteis, vestuário e calçado, vinhos, cortiça, conservas de peixe, madeiras resinas pastas para papel representam cerca de cinquenta e sete por cento das exportações nacionais.

Porém, os erros de gestão não serão especificamente os factores preponderantes da decadência da economia nacional. Não, não é a resolução dos vários problemas face aos objectivos de classe que se têm colocado à nossa economia que é a culpada do impasse a que se chegou. Culpa dos responsáveis tem havido na aceitação das regras do jogo do capitalismo e da dependência. O capitalismo dependente é o grande responsável do estado de crise dos países subdesenvolvidos. Ao contrário do que muitos afirmam quando se declaram apolíticos, a solução dos problemas económicos não depende de terapêutica técnica, depende sim de uma opção política, ao decidir qual a via da política económica. É indesmentível a competência técnica da maioria dos responsáveis pela nossa economia post-1975. No entanto...

Por esta razão, e porque tal procedimento seria fastidioso, não nos debruçaremos na análise das políticas de pormenor adoptadas pelos diferentes governos após 25 de Abril, limitando-nos a relembrar qual a evolução dos valores da balança comercial e da balança de transacções correntes, de 1974 a 1980, socorrendo-nos para o efeito dos dados apresentados na magnífica obra de Eugénio Rosa, «O fraccasso dos governos de direita em Portugal». Eis os números, os primeiros referentes à balança comercial, valores de défice em milhões de contos: 1974-60,0; 1975-50,1; 1976-75,7; 1977-113,0; 1978--123,6; 1979-155,8; 1980-236, 2. Quanto à balança de transacções correntes, os seus défices foram: 1974-20,0; 1975-20,9; 1976-38,8; 1977-57,4; 1978--34,8; 1979-2,4; 1980-53,5. De registar a diminuição verificada em 1979, no tempo de gestão do Prof. Manuel Jacinto Nunes.

Nos primeiros anos da década de oitenta, acentuou-se a subida dos défices, com os números concernentes à balança de transacções correntes: 1981-171,9 e 1982-250,9, não sendo ainda conhecido o valor de 1983. Estes valores são os dos boletins trimestrais do Banco de Portugal, «Estatística e Estudos Económicos», Volume 5, n.º 4. Pode no entanto afirmar-se já que houve uma melhoria durante o ano de 1983, sem que porém tal melhoria permita estados de euforia. Na realidade, lê-se no referido boletim: «Após melhorias, em termos homólogos de 28,3 e 36,8 por cento no 1.º e 2.º trimestres de 1983, o défice da balança comercial de Julho a Setembro 606 milhões de dólares) reduziu-se em cerca de 50 por cento relativamente ao verificado no período homólogo do ano anterior. Para esta evolução contribuiram essencialmente as importações que decresceram fortemente (24 por cento face às quedas de 11 por cento e 14,4 por cento no 1.º e 2.º trimestres do ano), tendo as exportações tido um crescimento de 13,3 por cento».

Pois é. Esta melhoria das contas externas, tão propagandeada, merece ser meditada, dado o seu caracter ilusório. Para além de na base dessa melhoria estarem custos sociais de enorme gravidade, com a taxa de inflação a ultrapassar os 30 por cento, a taxa de desemprego a rondar os 15 por cento, com a incrível estagnação da actividade económica, quando o País necessita de desenvolvimento, com a deterioração do poder de compra da maioria da população, a fome e a miséria a difundirem-se em zonas cada vez mais dilatadas, essa melhoria representa um êxito transitório, dependente do accionamento ou não dos mecanismos monetários por parte dos Estados Unidos, quem maneja os cordelinhos da economia internacional. Em breve teremos consequência plena dos efeitos da recente valorização do dólar, em seguimento da elevação das taxas de juro nos Estados Unidos. Lá se vai a luzinha no fundo do túnel... Vale a pena, a este propósito, mencionar o artigo publicado por F. da Granja na última edição do semanário «O Jornal», subordinado ao sugestivo título, «Por cada escudo que o dólar sobe perdemos 15 milhões de contos». Um artigo que merece leitura e reflexão.

Apenas por demagogia se pode na actualidade falar em saneamento das contas externas, com um sentido absoluto e incondicional. Para esse saneamento se diluir sem qualquer vestígio basta apenas os Estados Unidos imporem uma medida destinada a superar manifestações da crise em que se debate a economia estadunidense. Não é verdade o que afirmou na RTP o comentador Sarsfield Cabral, que a elevação da taxa de juro agora empreendida derive da situação de «boom» em que se encontra a economia da sede do imperialismo. O referido Boletim do Banco de Portugal refere-se explicitamente ao facto quando afirma, em jeito de previsão, que a realidade está a confirmar, que «de acordo com as previsões da OCDE o nível de actividade na América do Norte após crescer rapidamente no 2.º semestre de 1983 deverá vir a registar uma certa desaceleração em 1984». É assim: os defensores do sistema, da dependência a todo o preço, aguardam esperançadamente que os senhores de certo mundo resolvam todos os seus problemas. Reconheça-se que seria útil, em certa medida, uma vez que defrontamos a nossa própria crise e a dose elevada de crise que os países capitalistas avançados exportam.

Não pode haver uma rigorosa programação económica por parte dos países capitalistas que optam, ou são forçados a optar, pelo caminho da dependência. Poderão existir a curto prazo indícios de melhoria mas a estrutura do sistema retira qualquer hipótese de saída aos países subdesenvolvidos que seguem a via do capitalismo dependente. Esta é a regra de que não se conhece até ao momento qualquer excepção. Indique-a quem puder.

ponto a ponto

Manuela Eanes é hoje homenageada pelas embaixatrizes dos países africanos acreditados em Portugal no decorrer de uma confraternização com início às 15 horas na residência da embaixatriz de Marrocos. Durante o encontro serão apresentados trajes típicos africanos.

O ministro da Defesa de Cabo Verde, Onório Chantre Fortes, foi recebido em Lisboa pelo vice-primeiro-ministro e ministro da Defesa Nacional, Mota Pinto.

Antes do encontro, o ministro da Defesa de Cabo Verde visitou a Escola Prática de Infantaria em Mafra.

O secretário de Estado português do Emprego, que está em Luanda em trânsito para S. Tomé e Príncipe, deverá ser recebido pelo ministro angolano do Trabalho e Segurança Social.

Rui Amaral e o governante angolano trocarão impressões sobre o Emprego e a Formação Profissional, no quadro dos contactos com os países de língua oficial portuguesa – informa a agência angolana Angop.

O dirigente socialista português **Rui Mateus** participa na próxima sexta-feira na conferência dos líderes dos partidos socialistas da comunidade europeia, que reunirá em Bruxelas, anunciou o PS.

Na conferência, em que estarão presentes delegações de partidos socialistas e sociais-democratas dos diversos países da CEE, e ainda da Espanha e Portugal, será apresentada uma «declaração comum» pelo presidente da União, o holandês Joop Den Uyl, refere um comunicado divulgado pelo Partido Socialista Português.

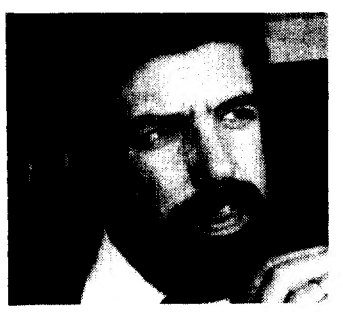
Cerca de três centenas de pessoas exigiram domingo, no cemitério de Vila Real, que «fossem julgados e presos os assassinos do padre Max e de Maria de Lourdes» – revelou a UDP.

Recorde-se que o padre Max foi candidato a deputado, independente, pelas listas da UDP, da qual era militante Maria de Lourdes, mortos num atentado à bomba no ano de 1976.

A questão de **Timor Leste** foi um dos remas debatidos no encontro de Jaime Gama com o secretário-geral da ONU, Perez de Cuellar, que se realizou ontem em Nova Iorque.

O ministro português dos Negócios Estrangeiros encontra-se nos Estados Unidos para participar, a partir de hoje, na reunião anual do Conselho do Atlântico Norte que agrupa os ministros dos Negócios Estrangeiros da NATO e que decorre em Washington.

A reunião deste ano, que celebrará o 35.º aniversário da Organização do Tratado do Atlântico Norte, deverá também definir uma política comum dos países da Aliança face à URSS.



Lucas Pires e Freitas do Amaral participam na segunda semana de Julho, no Funchal, na festa do décimo aniversário do CDS – soube a Anop de fontes partidárias.

A presença na região de Lucas Pires e Freitas do Amaral surge na sequência do processo, já em curso, da preparação do CDS para as eleições de Outubro para a Assembleia Regional.

O Ministério da Cultura «está empenhado» em adquirir os arquivos do musicólogo Michel Giacometti de recolha musical tradicional portuguesa – afirmou à Anop o ministro **Coimbra Martins.**

Adiantou que o seu Ministério está mesmo interessado «em beneficiar dos futuros trabalhos» daquele musicólogo.

A questão surge na sequência de um alerta levantado recentemente pela Imprensa de que uma organização estrangeira se preparava para comprar o arquivo que Michel Giacometti organizou durante os anos em que esteve em recolha musical tradicional em Portugal.

O Primeiro-Ministro, Mário Soares, enviou um telegrama de condolências ao presidente da República Popular de Moçambique, Samora Machel, cujo pai, Moisés Malengane Machel, faleceu num hospital de Maputo.

É o seguinte o texto do telegrama de Mário Soares: «ao tomar conhecimento do falecimento de seu pai quero manifestar a V. Exa, as minhas mais sentidas condolências. Peço aceite, senhor presidente, um abraço amigo».

A Primeira Brigada Mista Independente (BMI) vai realizar, no período de 30 de Maio a 7 de Junho, o **exercício «Rosa Branca 84»** nas regiões de Arronches-Elvas e Santa Margarida. O exercício, que envolve um efectivo de 4300 homens e 940 viaturas, com a cooperação da Força Aérea, forças da Região Militar Sul e de uma bateria de Artilharia Antiaérea, está dividido em duas fases sendo a primeira para postos de comando, em Arronches-Elvas e a segunda com a participação de tropas, em Santa Margarida.

"O pior da censura foi o que não se chegou a escrever..."

— *afirma Raúl Rego*

«O pior da censura não é o que foi cortado, é o que não se chegou a escrever...», afirmou Raul Rego, no decorrer do colóquio ontem promovido pela «Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista» para debate dos temas já publicados em livros.

Durante o debate, a que assistiram entre outros, Manuel Tito de Morais, Ramon de La Féria, João Palma Carlos, foram recordados vários episódios relativos ao regime fascista, em especial no campo da censura.

No início do debate, José Magalhães Godinho afirmou que parecia «que as pessoas já esqueceram, não totalmente, mas em grande parte, o que foi o fascismo», e que era necessário «recordar os direitos que durante 48 anos foram espezinhados e retirados» aos portugueses.

Adiantou que a intenção da Comissão ao realizar os colóquios era também colher críticas e sugestões do público sobre os 12 volumes já publicados sobre o fascismo.

Salientou que aquelas publicações «têm uma base sólida de documentação» e que já se encontra na editora o 13.º livro sobre aquela matéria.

Acentuou ter tido a Comissão «apoio de todos os Governos» e que «as dificuldades foram apenas sentidas nas repartições e na sequência da burocracia».

Magalhães Godinho recordou os direitos que eram retirados aos cidadãos, nomeadamente o facto de não poderem exercer livremente a sua profissão, e de necessitarem de informação satisfatória da PIDE para poderem exercer cargos na administração pública.

Recordou também algumas das torturas utilizadas pela PIDE, designadamente a «estátua», a «palmatoada» e a «tortura do sono».

Raul Rego relatou alguns casos de censura de que foi alvo, entre os quais uma entrevista ao embaixador do Brasil em Lisboa sobre o caso Humberto Delgado, onde não pôde citar o nome de Alvaro Lins.

«O regime decretava a morte cívica dos cidadãos» — disse Raul Rego, referindo-se à morte de Aquilino Ribeiro, que, minutos antes de ser anunciada no hospital da CUF a censura havia decidido que «Aquilino Ribeiro morrera para a censura», pelo que nada sobre ele podia ser escrito.

Mário Neves relatou igualmente os casos de censura de que foi vítima durante os seus 42 anos de jornalista, entre os quais uma censura a uma notícia sua, onde afirmava que na cidade de Moscovo a temperatura era de 45 graus negativos.

Anunciado pelo FAOJ

Serviço de Informação Juvenil vai ser criado

A criação de um Serviço Nacional de Informação Juvenil, em colaboração com as autarquias, foi ontem anunciada pelo director do FAOJ (Fundo de Apoio aos Organismos Juvenis), Mário Ferreira Cordeiro.

«Através desse serviço, os jovens portugueses poderão obter de forma rápida e fácil dados que os auxiliem a concretizar as suas próprias opções, tanto no aspecto escolar, como da ocupação de tempos livres», frisou Mário Ferreira Cordeiro.

As informações a prestar pelo novo serviço podem dizer respeito tanto às opções do sistema educativo como às diligências que os jovens precisam de efectuar para frequentarem um campo de férias no estrangeiro ou para obterem o cartão internacional de estudante.

Para a criação dessa rede nacional de informação juvenil, o FAOJ conta com o apoio das 18 delegações que possui nas capitais de distrito e das 22 casas de cultura para a juventude espalhadas pelo País, tendo ainda pedido a colaboração das autarquias.

«Até agora, recebemos resposta positiva apenas da Câmara Municipal de Cascais», disse o director do FAOJ, segundo o qual uma das dificuldades dos jovens, nomeadamente no que se refere à ocupação dos tempos livres, «tem sido a falta de informação acerca das actividades que estão ao seu dispor.»

«Em Portugal, existe um milhão e 500 mil jovens entre os 15 e os 24 anos, e apenas 2 por cento deles conhece o FAOJ» – lamentou Mário Cordeiro.

O FAOJ, que está empenhado num projecto de criação de uma rede europeia de informação juvenil, coordenada pela França, dispõe de uma verba anual de cerca de 80 mil contos destinada a apoiar as actividades juvenis do ponto de vista financeiro, técnico e logístico.

«Não pretendemos orientar nem dirigir, mas sim viabilizar a participação da juventude nas diversas actividades ao seu dispor, deixando aos jovens um espaço de iniciativa» – afirmou Mário Cordeiro.

Este ano, o FAOJ proporciona cursos de formação de animadores e dirigentes associativos, além de fornecer apoio a diversas actividades sociais (trabalho voluntário, centros de férias e intercâmbios socioculturais) e a actividades culturais (expressão musical, cinema, fotografia, comunicação social, artes plásticas, etc).

Alberto João Jardim polémico

Pinto Balsemão está apostado no presidencialismo

Pinto Balsemão está apostado num projecto que encosta ao presidencialismo tutelado por Belém, afirmou ontem no Funchal numa conferência de Imprensa o presidente do Governo regional, Alberto João Jardim.

O líder social-democrata madeirense tira estas conclusões depois de se considerar alvo de uma campanha levada a cabo pelo jornal «Expresso», de que Balsemão «é o respectivo patrão», e por o ex-primeiro-ministro do Governo da AD continuar a defender o consenso político, a recusar o referendo e a acreditar numa classe política portuguesa.

Alberto João Jardim considera-se, de facto, vítima de uma campanha, quase um alvo: «no último número chegou-se ao cúmulo», considerou. «O presidente do Governo Regional é acusado de falta de senso político, não havendo casos concretos a apontar».

Depois acusou o «Expresso» de estar a montar uma estratégia em Portugal, que passa por um presidencialismo tutelado por Belém, «a única forma de ele (Pinto Balsemão) poder reaparecer na cena política».

«João Jardim é presunçoso»

Por outro lado, o director do semanário em causa, em declarações prestadas à NP disse que é «presunção de Alberto João Jardim pensar que o «Expresso» iria quebrar a sua tradição de independência só para o atacar».

«É natural que Alberto João Jardim se julgue a si próprio de uma pessoa importante», prosseguiu José António Saraiva. «Deve, porém, ter a modéstia suficiente para não acreditar que o 'Expresso' só por causa dele ia colocar em causa a sua tradição de independência».

Sobre o motivo das críticas de Alberto João Jardim, o director do «Expresso» explicou: «Alberto João Jardim ficou magoado por eu escrever na minha coluna «política à portuguesa», que ele é um homem que mistura alguma coragem – e às vezes até observações certeiras com uma completa ausência de bom senso».

Saraiva terminou por considerar que esta referência não é um ataque mas sim um elogio, porque dizer que Alberto João Jardim não tem bom senso é uma evidência tão grande para o País inteiro que não chega a ser ataque».

Mas dizer que o chefe do Governo madeirense é um homem com coragem e que faz por vezes observações certeiras, isso representa de facto um elogio, na medida em que muita gente não lhe reconhece essas qualidades» – acrescentou José António Saraiva.

PS de Santarém contra movimentação "eanista"

A comissão distrital de Santarém do PS considerou de «nulo efeito algumas tentativas de mobilização de quadros socialistas» feitas por promotores de um novo partido. Em documento ontem apresentado por Jorge Lacão, após reunião efectuada no último fim-de-semana, aquela comissão distrital do PS, frisa que «as mais recentes movimentações e declarações públicas autodesignados promotoras de um novo partido político» registam «gritantes contradições ideológicas (...) bem como a ausência de quaisquer propostas nacionais consistentes».

A comissão da Federação de Santarém do PS alerta para a circuntância de a democracia só poder ser defendida no quadro constitucional da democracia (...) sem equívocos apelos a entidades abstractas ou estranhas à representação popular, tal como, em concreto, resulta das últimas eleições legislativas».

O documento manifesta o apoio a Mário Soares e à coligação PS-PSD e considera prioritários o combate à inflação, a reestruturação do sector empresarial do Estado e o relançamento da política agrícola.

NOTARIADO PORTUGUÊS

14.º CARTÓRIO NOTARIAL DE LISBOA
RUA DA VITÓRIA, 94-1.º
NOTÁRIO LIC. MANUEL GONÇALVES PEREIRA

Certifico para efeitos de publicação, que por escritura de dezanove de Maio de mil novecentos e setenta, lavrada de folhas 53 a folhas 56 verso, do livro de notas B-587 deste Cartório, foi reforçado o capital da sociedade comercial por quotas, sob a firma «JORGE DE MATOS LIMITADA», com sede em Lisboa na Rua dos Sapateiros, número cinquenta e quatro, primeiro andar, de trinta mil escudos para duzentos mil escudos, mediante o respectivo reforço de cento e setenta mil escudos e admitido como novo sócio RUI JOAQUIM FERREIRA RAPOSO. Que o respectivo reforço acha-se integralmente realizado em dinheiro e foi subscrito pelos antigos e novo sócio da forma seguinte: JOAQUIM LEONARDO DAS NEVES MARTINS ROSAS, sessenta e cinco mil escudos; MÁRIO JORGE DE CORREIA CAETANO ROSAS — vinte e cinco mil escudos; RUI JOAQUIM FERREIRA RAPOSO — oitenta mil escudos.

JOAQUIM LEONARDO DAS NEVES MARTINS ROSAS, MÁRIO JORGE DE CORREIA CAETANO ROSAS e RUI JOAQUIM FERREIRA RAPOSO, como únicos sócios que ficaram sendo da referida sociedade, alteraram o pacto social da mesma, substituindo-o inteiramente pelo constante dos artigos seguintes:

PRIMEIRO: A sociedade continua a adoptar para todos os seus actos e contratos a firma «JORGE DE MATOS LIMITADA», tem a sua sede em Lisboa, e o seu estabelecimento na Rua dos Sapateiros, número cinquenta e quatro, primeiro andar, freguesia de São Nicolau, desta mesma cidade, conta o seu início desde um de Abril de mil novecentos e oitenta e trinta e dois e durará por tempo indeterminado.

SEGUNDO: A sociedade mantém como objectivo o exercício do comércio de relojoaria e seus derivados podendo ainda exercer qualquer outro ramo de actividade comercial ou industrial para que não seja precisa autorização especial.

TERCEIRO: O capital social é de duzentos mil escudos, est todo realizado em dinheiro e nos diversos valores da sociedade, conforme escrituração da mesma e corresponde à soma das quotas dos sócios que são as seguintes:

Joaquim Leonardo das Neves Martins Rosas oitenta mil escudos, Mário Jorge de Correia Caetano Rosas, quarenta mil escudos.

Rui Joaquim Ferreira Raposo oitenta mil escudos.

QUARTO: Não serão exigíveis prestações suplementares de capital, mas qualquer dos sócios poderá fazer à Caixa Social os suprimentos de que ela carecer em termos e condições a fixar em acta.

QUINTO: A cessão total ou parcial de quotas entre sócios é livremente permitida. A cessão a favor de estranhos somente poderá fazer-se se a sociedade ou demais sócios não preferirem adquirir a quota alienada pelo valor do último balanço.

SEXTO: A administração e gerência da sociedade e a sua representação em juízo e fora dele activa e passivamente incumbe a todos os sócios, os quais ficam desde já nomeados gerentes, sem caução e com ou sem remuneração, conforme deliberado e constar em acta.

Parágrafo Primeiro: Para obrigar a sociedade serão necessárias a assinatura de dois gerentes; no entanto, para actos de mero expediente, será suficiente uma única assinatura.

Parágrafo Segundo: Os gerentes poderão delegar todos ou parte dos seus poderes de gerência em qualquer outro ou outros sócios, ou em pessoa ou pessoas estranhas à sociedade, de comprovada idoneidade, sendo a remuneração destes últimos a fixar pela gerência da sociedade.

Parágrafo Terceiro: Aos gerentes é expressamente proibido obrigar a sociedade em fianças, abonações, letras de favor e demais actos e documentos estranhos à sociedade.

SÉTIMO: Anualmente será dado um balanço, que fechará com a data de trinta e um de Dezembro e os lucros líquidos apurados, depois de retirada a percentagem de cinco por cento para o fundo de reserva legal, serão divididos pelos sócios na proporção das suas quotas devendo igualmente ser suportados os prejuízos se os houver.

OITAVO: As assembleias gerais, sempre que a Lei não exija outras formalidades, serão convocadas por meio de cartas registadas dirigidas aos sócios, com a antecedência mínima de quinze dias.

NONO: No caso de falecimento ou interdição de qualquer dos sócios os seus herdeiros ou legais representantes deverão escolher entre si um só que a todos represente na sociedade enquanto a quota permanecer indivisa.

DÉCIMO: O falecimento, interdição, infracção do disposto no artigo sexto, bem como o arrolamento, apreensão, arresto ou penhora da quota de qualquer sócio, dão o direito à sociedade de amortizar essa quota para o que será feito um balanço especial para o apuramento do preço da amortização. Esse preço conforme convier à sociedade será pago de pronto ou no prazo de dois anos a contar da data da aprovação do balanço em prestações trimestrais e iguais, acrescidas de juro igual ao da taxa de desconto do Banco de Portugal e mais dois por cento.

Parágrafo único: A amortização considerar-se-á feita pela outorga da competente escritura, ou, em caso de recusa, pela consignação em depósito na Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência da importância da referida amortização.

DÉCIMO PRIMEIRO: A sociedade dissolve-se nos casos legais. Dada a dissolução serão liquidatários os sócios e será obrigatória a licitação em globo do estabelecimento social a fim de ser adjudicado ao que mais oferecer.

DÉCIMO SEGUNDO: No omisso regularão as disposições da Lei de onze de Abril de mil novecentos e um e outras aplicáveis.

Está conforme.

Lisboa, dois de Maio de mil novecentos e oitenta e quatro.

O AJUDANTE,
(assinatura ilegível)

VIDEO CASSETES BETAMAX/VHS

Gravadas c/últimos êxitos.
Com e sem legendas. Várias modalidades de cedência. Não se exige quota ou jóia. Preços sem concorrência.
NOVO CLUBE DE VIDEO. A funcionar em moldes inéditos. Visite-nos (das 10 às 24 h). Peça informações. R. Latino Coelho, 12 A — Loja 23 Centro Comercial IM.
Escritórios 546883/579534.

JOGOS DO TORNEIO COMPLEMENTAR DE FUTEBOL com o patrocínio do TOTOBOLA

COMPLEMENTARAM — E DE QUE MANEIRA! — O ORÇAMENTO FAMILIAR DE MAIS 5 LARES PORTUGUESES

Quando na semana passada, ao dar conhecimento da existência de um ÚNICO TOTALISTA no CONCURSO N.º 20 do TOTOBOLA — recorde-se que foram mais de 17 MIL CONTOS para um anónimo de S. Mamede de Infesta — referimos que, esta semana, poderíamos estar aqui a falar de MAIS MILIONÁRIOS, não nos enganámos.

Na realidade, comprova-se que estes Concursos de final de época têm uma motivação própria: são Concursos «fazedores» de MILIONÁRIOS. Desta vez, foram mais CINCO — de S. João da Madeira, Lixa, Águeda, Amora e Queluz — a juntar à extensa lista de felizes apostadores no TOTOBOLA.

A partir de agora, os orçamentos familiares de mais CINCO PORTUGUESES são complementados com o mínimo de 2 630 566$00 (valor de cada 13 escrutinado). E falamos em mínimo porque quase todos os totalistas «arriscaram» jogar em múltiplas, arrecadando mais alguns 12 que, neste Concurso, valem cada um 54 349$00, e que foram em número de 242.

Está neste caso o sr. José de A. S. Martins, de Queluz, às portas de Lisboa, que fez um 13 e dez 12, equivalente a mais de 3 MILHÕES DE ESCUDOS. Para este habitual apostador no TOTOBOLA, já contemplado com outros prémios menores, casado e pai de 3 filhos — duas gémeas com 4 anos e um menino com 8 anos — os jogos do TORNEIO COMPLEMENTAR trouxeram-no à Galeria de Milionários do TOTOBOLA, TORNEIO COMPLEMENTAR este que, para além do interesse que está a despertar entre os clubes participantes e os adeptos do futebol, promete para a semana FAZER MAIS MILIONÁRIOS, pois são dele a maioria dos jogos que constituem o próximo Concurso do TOTOBOLA.

Recusando participar no Conselho de Concertação Social

Centrais patronais reforçam as exigências de Mota Pinto

O Ministério das Finanças considerou a recusa da CAP, da CIP e da CCP em participarem, hoje, na reunião do Conselho Coordenador do Conselho Permanente de Concertação Social «uma atitude puramente política».

Atitude que – acrescenta um comunicado divulgado hoje de madrugada – «Pretende ilegitimamente utilizar o Conselho Permanente de Concertação Social, como instrumento de pressão circunstancial sobre o Executivo».

As três confederações patronais tinham decidido não participar na reunião de hoje do Conselho Permanente de Concertação Social, por considerarem que o Governo «pouco ou nada realizou» desde a sua eleição.

Em comunicado saído de uma reunião conjunta, as três confederações consideram que a «comprovada inviabilidade do actual sistema económico exige que o Governo e a coligação promovam, em tempo útil, alterações de carácter estrutural».

Caso contrário, segundo o documento, «carece de sentido a participação das confederações no Conselho Permanente de Concertação Social».

«Salvo uma política conjuntural restritiva, que tem vindo a provocar fenómenos de rotura económico-social do nosso sistema produtivo, nenhuma alteração estrutural significativa foi executada» – salientam as três confederações.

A CAP, a CIP e a CCP decidiram, ainda, solicitar uma entrevista aos responsáveis do Governo e da coligação, Primeiro-Ministro e vice-primeiro-ministro, com carácter de urgência, para ser definida a posição do Executivo no Conselho Permanente de Concertação Social.

Esta atitude abrupta das três centrais patronais, tomada depois de já terem participado em várias reuniões do Conselho de Concertação, é entendida pelos observadores como reforço directo das exigências de Mota Pinto para a remodelação governamental e as reformas de fundo que, no entender do PSD e do seu líder, são basicamente as alterações à lei dos despedimentos e a limitação do sector público com entrada de capitais privados na maior parte das empresas públicas rentáveis.

Ministério das Finanças reage

Na sua qualidade de presidente daquele conselho, por inerência do seu cargo governamental, o ministro das Finanças e do Plano refere que «a CAP, a CIP e a CCP invocaram a ausência de alterações estruturais significativas no sistema económico como motivo para recusarem a sua presença numa reunião para a qual tinham dado a sua concordância apenas três dias antes, sexta-feira, 25 de Maio».

Depois de afirmar que não põe em causa o direito de crítica que livremente exerçam as três confederações sobre os actos ou omissões do Executivo», o Ministério das Finanças e do Plano acrescenta:

«Lamenta-se, contudo, a relação irreflectida e despropositada que as três organizações estabelecem entre esse direito de crítica e o funcionamento de uma instituição recentemente criada para organizar e desenvolver o diálogo e a concertação entre os parceiros sociais e a administração».

O comunicado adianta que «estranha a atitude assumida pelas três confederações depois do trabalho já desenvolvido ao longo de dois meses no seio do conselho, num clima sempre marcado por total abertura, disponibilidade e espírito construtivo».

Acentua, depois, que «a invocada ausência de medidas estruturais como argumento para anular a reunião do conselho coordenador aparece, pois, como gratuita no contexto descrito».

Sobretudo – observa o comunicado – «quando é do conhecimento público que o ministro das Finanças e do Plano se comprometeu a discutir previamente no conselho o programa de recuperação financeira e económica que será apresentado ao País até ao final de Junho.»

«Apesar das considerações anteriores, o Primeiro-Ministro e o vice-primeiro-ministro, conscientes de que devem fazer todos os esforços no sentido de defender a estabilidade social e o diálogo entre os agentes económicos, receberão os presidentes das três confederações em dia e hora que lhes serão comunicados oportunamente» – refere, ainda, o texto divulgado pelo Ministério das Finanças.

Associações empresariais devem participar no processo político

— defende presidente da Federação da Construção do Norte

O presidente da Federação dos Industriais da Construção do Norte, Manuel Taveira Seródio, disse ontem no Funchal que «as associações empresariais devem tomar parte mais activa no processo político português».

Falando no decorrer de uma conferência organizada pela Associação dos Industriais de Construção da Madeira (ASSICOM), Taveira Seródio acrescentou: «temos o direito a ser um parceiro social e a fazer-nos ouvir neste país, pelo que não podemos deixar esperar mais tempo e deixar a política só para os políticos».

Segundo o responsável pela Federação dos Industriais da Construção do Norte «num país com tantas carências não compreendemos a crise no sector da construção civil e obras públicas.»

Taveira Seródio disse que «se gastam milhões de contos sem uma planificação, pelo que não se pode dizer que não se fazem obras públicas devido à falta de verbas, pois continua-se a procurar manter projectos sem viabilidade e sem rentabilidade».

António Maria, da Associação dos Industriais, justificou a evolução do sector de obras públicas e construção na Madeira até ao primeiro trimestre de 1983 devido ao grande volume de obras adjudicadas pelo Governo Regional e pelas autarquias locais.

Referindo que «a crise aí está instalada desde há um ano», António Maria apontou o «lançamento desconcertante e desplanificado das obras públicas na região e as alterações cambiais ocorridas em Fevereiro de 1983 na Venezuela que provocaram nesse ano uma quebra no volume de remessas de madeirenses de 44 por cento em dólares e 23 por cento em escudos».

Defendeu ainda a necessidade de ser encontrado um «consenso entre o Governo Regional e a oposição para a importância de ser elaborado um plano de trabalho e de necessidades da Madeira no sector habitacional para os próximos cinco anos por forma a ser possível encarar atempadamente a situação e para que as empresas se possam dimensionar».

Estatuto dos magistrados judiciais vai a Conselho de Ministros

O estatuto dos magistrados judiciais, que não era revisto desde 1978, está pronto para ser presente ao plenário do Conselho de Ministros, no próximo dia 31, revelou ontem à ANOP uma fonte governamental.

O estatuto do magistrado do Ministério Público está também concluído e deverá ser submetido ao Governo dentro de duas a três semanas.

Por seu turno, o código do Registo Predial, já aprovado em Conselho de Ministros, aguarda promulgaçã, e o seu teor visa alterar as formalidades do registo para imprimir «maior simplicidade e eficácia» ao processo.

Em face de acabamento encontra-se a lei de organização judiciária, que introduz uma divisão orgânica dos tribunais judiciais pelo país e a revisão do Código do Processo Penal, a cuja comissão preside Figueiredo Dias, e que irá «imprimir à instrução criminal e funcionamento dos tribunais penais maior eficácia».

Em fase mais atrasada, encontra-se a revisão do Código do Processo Civil, cuja comissão é presidida por Antunes Varela, visando maior celeridade processual obviando ao bloqueamento dos tribunais civis, e a lei do acesso ao direito por todos, que irá implicar alterações ao Código das Custas Judiciais, incluindo as do Processo de Trabalho.

Anunciado por Coimbra Martins

Distribuição de vide-cassetes vai ser regulamentada

Um projecto de diploma sobre a distribuição de vídeo-cassetes em Portugal vai brevemente ser discutido em Conselho de Ministros, revelou ontem à ANOP o ministro da Cultura.

Coimbra Martins falava no aeroporto da Portela no regresso da quarta Conferência de Ministros Europeus da Cultura, cuja resolução final apela aos 21 Estados membros, entre outros pontos, para a conveniência e urgência de um regulamento de distribuição de vídeo-cassetes «de conteúdo violento e brutal».

Sobre o balanço da Conferência, que esteve reunida sexta-feira em Berlim Ocidental, o ministro português da Cultura considerou que «há uma vontade no Conselho da Europa de promover a cultura na Europa e promover a Europa pela cultura, de apresentar a cultura como a meta da evolução da sociedade e de definir a sociedade como devendo assegurar a plena realização do Homem na liberdade e na participação e defesa dos Direitos do Homem».

Para Coimbra Martins, a mais importante das seis resoluções aprovadas nesta Conferência é a intitulada «Declaração dos Direitos Culturais», que estabelece, diz o ministro português, a prioridade da cultura na Europa, tanto nas políticas internas como nas relações internacionais».

Outra resolução que Coimbra Martins considera importante para Portugal é a que qualifica o facto migratório como estrutural na Europa, insere a migração no plano da Cultura e recomenda a bicultura e multicultura nas políticas culturais.

A bicultura para um emigrante — explicou o ministro da Cultura — é a possibilidade de ele se formar simultaneamente na cultura do país de acolhimento e na cultura do País de origem.

Coimbra Martins sublinhou a importância da resolução que aprovou a realização em Portugal da próxima Conferência, a realizar em 1987, «um ano após a data prevista para a adesão à CEE».

Secretariado do MDP/CDE defende definição "conjuntural" de alianças para as eleições legislativas

O Secretariado do MDP/CDE defende a manutenção da coligação APU nas eleições autárquicas mas entende que, nas legislativas, a política de alianças do partido será definida «conjunturalmente» afirmou o dirigente António Galhordas, em declarações à Anop.

Este o teor – em definitivo – da moção sobre política de alianças que o Secretariado irá apresentar ao congresso do partido, a realizar de 1 a 3 de Junho. O texto resulta das alterações que foram introduzidas na reunião do Secretariado efectuada no passado fim-de-semana, durante a qual foi também abordado o aparecimento de novos partidos e as eleições presidenciais.

António Galhordas explica que as alterações agora introduzidas deixam claro que política de alianças não é sinónimo de coligação eleitoral», ou seja, que «a política de alianças não se esgota na coligação eleitoral».

A moção do Secretariado defende que é preferível ao MDP apresentar-se às eleições em coligação, embora não exclua, em definitivo, a possibilidade de este partido se candidatar sozinho.

O Secretariado considera que a APU nas eleições autárquicas tem já «uma especificidade própria». No entanto, entende que devem ser corrigidos «alguns aspectos importantes do seu funcionamento» e que seria desejável o alargamento da coligaçõ «a outras forças políticas».

Quanto à moção de estratégia que o Sectretariado apresentará tem por título «Por uma Política de Convergência Democrática». Baseia-se no pressuposto de que «a alternativa ao actual Governo terá de passar por um entendimento de forças democráticas em torno dos grandes problemas nacionais».

«A situação do País é suficientemente grave para que se imponha este espírito de consenso e responsabilizamos os dirigentes das outras forças políticas se essa solução não for encontrada», acrescenta António Galhordas.

Para o MDP a questão que se coloca é dar «formulação orgânica e política» ao espírito de consenso que esteve na base da recandidatura de Ramalho Eanes à Presidência da República, e das recentes comemorações do 25 de Abril.

Para o MDP a alternativa ao actual Governo deverá ser encontrada «entre todas as forças democráticas sem excepção e nenhuma, embora no futuro Governo pudessem não participar todas elas».

António Galhordas explica que, por «forças democráticas», o MDP mantém o entendimento que fez na campanha para as últimas eleições legislativas, ou seja «o de uma abertura até alguns sectores do PSD» embora isto não figure textualmente na moção.

Contra «novo partido»

A moção da distrital de Évora propõe, para as legislativas, a apresentação do MDP como «partido autónomo, com listas próprias, salvo se a conjuntura de momento justificar alianças com outras forças democráticas», mas afirmando-se como «um partido do campo da democracia socialista».

Entende ainda não ser necessário o aparecimento de um novo partido no actual espectro partidário «como catalisador de camadas descontentes e indecisas da população portuguesa» crendo que o MDP poderá desempenhar esse papel «desde que consiga transmitir e clarificar, com vigor, o seu projecto político».

A moção da distrital vai, no essencial, ao encontro das propostas do Secretariado, enquanto que a **moção dos professores de Lisboa** afectos ao MDP diz que, em relação às legislativas, deverá ser ponderada a inclusão nas listas APU e «a consequente reduzida dimensão do grupo parlamentar» do MDP que implicou uma «natural frustração e desencanto nas bases do partido».

O mesmo grupo defende, perferencialmente, para as presidenciais, «uma personalidade, cujo prestígio junto de amplos sectores da população, permita antever uma provável vitória» e com vista à formação de «um bloco social que, na defesa da democracia, possa ser a expressão unitária dos que se opõem ao regresso dos monopólios e ao controlo da vida política e económica portuguesa por centros de decisão colocados no exterior do País».

No ISCSP encerram est[illegible]arde jornadas sobre os partidos

Com a presença do presidente da Assembleia da República, Tito de Morais, encerram esta tarde no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, as primeiras jornadas universitárias de ciência política, subordinadas ao tema «Os Partidos».

Na ocasião falará sobre «a origem, acção e projecto do Partido Socialista», Sottomayor Cardia. À comunicação do parlamentar socialista seguir-se-à um debate público.

Iniciativa dos alunos do mestrado em Ciência Política, estas jornadas universitárias têm por objectivo valorizar a interacção da universidade com a comunidade em geral e criar um espaço universitário de reflexão sobre o fenómeno político.

As jornadas, que pela primeira vez reuniram num estabelecimento de ensino superior os representantes dos Partidos com assento na Assembleia da República, tiveram início no dia 10 de Maio com a participação do deputado da ASDI, Magalhães Mota.

Em dias posteriores, falaram sobre a origem, acção e projecto dos respectivos partidos, Lopes Cardoso (UEDS), Helena Cidade Moura (MDP/CDE), Basílio Horta (CDS) e Carlos Brito (PCP). Ontem foram traçadas as linhas políticas do PSD, quanto à origem, acção e projecto deste partido, sendo expositor o deputado e antigo presidente da Assembleia da República, Leonardo Ribeiro de Almeida.

Provedor de Justiça desloca-se a Portalegre, Évora e Beja

Portalegre, Évora e Beja serão as cidades visitadas pelo provedor de Justiça nos próximos dias 4 a 8 de Junho. O provedor, que será acompanhado por juristas do seu serviço, pertende deste modo tomar contacto com populações e problemas locais. Numa nota ontem divulgada, o provedor de Justiça solicita aos eventuais reclamantes que se inscrevam nas respectivas secretarias judiciais até às 12 horas do dia antecedente ao da sua visita.

Em causa as taxas de juro e o ritmo da desvalorização

O Governo procura aval do FMI para o Programa de Recuperação

Revisão da carta de intenções começou a ser discutida para a obtenção da terceira fatia do crédito do Fundo

As negociações com o Fundo Monetário Internacional para revisão da carta de intenções, subscrito pelo Governo português em Setembro do ano passado, foram ontem retomadas em Lisboa num clima propício à celebração do novo acordo.

Segundo informação do Banco Central, os técnicos do FMI deverão permanecer em Lisboa entre uma e duas semanas de forma a concluir as negociações para a revisão da carta de intenções.

A revisão daquele documento vai permitir a libertação da terceira fatia do empréstimo «stand by» negociado com o Fundo e contribuir para que as principais praças financeiras colaborem com a economia portuguesa para a abtenção mais fácil de créditos externos.

Nesta fase das negociações, os técnicos do FMI já dispõem das contas do sector público, que o Banco de Portugal conseguiu elaborar ao fim de vários meses de indefinição relativamente a certos organismos, como foi o caso do Fundo de Abastecimentos.

A revisão da carta de intenções deveria ter sido efectuada até ao fim de Março ou princípio de Abril e aquela indefinição veio atrasar o processo, que o próprio documento prevê para estabelecer, nomeadamente, a evolução dos principais agregados monetários para a economia portuguesa, até ao fim deste ano.

É no quadro destas negociações que será quantificado o crédito a conceder aos sectores público e privado, o que condiciona as medidas a tomar relativamente à sua modernização.

Durante as negociações também será discutida a articulação da forma como continuará a ser aplicao o programa de estabilização com a próxima implementação do programa de recuperação financeira e económica.

Para um relançamento moderado da economia, que o Governo prevê para o segundo semestre deste ano, os vários agentes económicos vêm considerando como fundamental uma redução da taxa de juro, assunto que também estará em foco nas negociações que ontem tiveram início.

No ano passado o Governo aumentou as taxas de juro pouco tempo após ter tomado posse por ter sido uma medida considerada fundamental pelo Fundo Monetário Internacional, no quadro das negociações da carta de intenções.

Também o ritmo da desvalorização do escudo deverá ser objecto de análise, atendendo ao facto de a taxa de inflação ser uma das principais preocupações do Governo e uma depreciação muito acentuada do escudo conduzir à importação da inflação.

O Estado vai pagar dívidas à Petrogal e RDP?

O pagamento de 220 milhões de contos de dívidas à Petrogal e à EDP é uma das medidas propostas pelo ministro da Indústria e Energia para rentabilização de empresas públicas sob tutela do seu Ministério.

Em declarações à NP, no intervalo de uma reunião com os Conselhos de Gerência das empresas públicas industriais e energéticas, Veiga Simão disse que o seu Ministério completou o diagnóstico e análise das empresas públicas industriais e energéticas.

No entanto, recusou-se a revelar pormenores sobre o documento que vai ser apresentado esta semana ao Governo, «devido às suas naturais repercussões em termos de decisão».

O documento contém a estratégia de actuação no sector público, uma análise sumária da situação e as principais causas da situação actual.

O relatório aponta ainda medidas de rentabilização e de reestruturação para as empresas públicas industriais e energéticas.

Na reunião com os conselhos de gerência das empresas públicas industriais e energéticas, o ministro da Indústria expôs as medidas de carácter global e específico e as que considera mais importantes e vão ser tomadas a médio prazo no respectivo sector empresarial do Estado.

Pela primeira vez, os orçamentos das empresas públicas contêm, juntamente com o despacho de aprovação do ministro, as orientações essenciais a curto prazo.

Espanha rejeitou totalmente proposta das pescas da CEE

A Espanha rejeitou, ontem, de uma forma total a proposta que a Comunidade Económica Europeia lhe apresentou sobre pesca.

O secretário de Estado para as Relações com a CEE afirmou que «a proposta Comunitária é absolutamente inaceitável, nem serve sequer como base de negociação».

O secretário de Estado, Manuel Marin, declarou também que neste momento estão a aumentar as dificuldades nas negociações.

Concretamente, todos esperam em Madrid que sejam rejeitadas também as propostas comunitárias no que se refere à agricultura.

«O tempo está a correr e as posições da CEE e da Espanha estão a afastar-se cada vez mais», sublinhou Manuel Marin. O secretário de Estado acrescentou não ser lógico que a CEE pretenda o desarmamento industrial da Espanha ao mesmo tempo que levanta barreiras intransponíveis na agricultura e na pesca.

A proposta comunitária no sector das pescas é sensivelmente idêntica à que foi oferecida a Portugal.

O secretário de Estado considera que se a Espanha aceitasse teria menos direitos que os países que neste momento não pertencem à CEE.

A Espanha não poderia entrar nas águas irlandesas, não seriam respeitados os direitos históricos e a Espanha não poderia participar nas negociações de uma futura política pesqueira da CEE, além de estar obrigada a pescar com licenças e com contingentes cada vez mais limitados.

Sábado: contra o aumento do custo de vida

A Federação Nacional de Cooperativas de Consumo, reunida no Porto, decidiu apelar a todos os seus associados a participarem na concentração do próximo sábado em Lisboa – em protesto contra os aumentos dos preços.

A Federação das cooperativas de consumo considera que «se assiste a um agravamento constante da situação económica e social», pelo que reivindicam «uma nova política democrática que reanime o aparelho produtivo».

A Federação Nacional das Cooperativas de Consumo lembra ainda que «desde 1976 a taxa de inflação acumulada foi de cerca de 500 por cento e as taxas de aumentos dos preços ao consumidor tiveram valores idênticos aos da inflação».

Tarifas aéreas podem baixar

As tarifas aéreas na Europa, a médio prazo, poderão sofrer reduções de preços na sequência de pressões da Grã-Bretanha – a admitiram operadores aéreos na Alemanha Federal.

«Face às reduções de preços já decididas pela Grã-Bretanha nos voos a partir de Londres não é de excluir a possibilidade de que, através de negociações, tal exemplo venha a ser seguido por outras companhias europeias» – sublinharam as mesmas fontes.

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE POUSADAS DE JUVENTUDE

também designada por A.P.P.J.

Certifico que a presente é transcrição da escritura de constituição da Associação Portuguesa de Pousadas de Juventude, lavrada em 7 de Outubro, de 1977, de fl. 99 v.º a fl. 100 v.º do livro n.º 68-D e de fl. 1 a fl. 4 v.º do livro n.º69-D para escrituras diversas do 18.º Cartório Notarial de Lisboa, a cargo da licenciada em Direito Maria da Glória Sampaio Filipe de Sousa, associação esta constituída entre José António Coelho Antunes, Maria Georgina Fialho Góis Saldanha, José Manuel dos Santos Ramos, Luísa Maria Diego Lisboa e Maria Amélia Serrão Guimarães de Oliveira de Sousa Dias.

ARTIGO 1.º

1 — É criada por tempo indeterminado e sem intuitos lucrativos a Associação Portuguesa de Pousadas da Juventude, também designada por A.P.P.J.
2 — A A.P.P.J. tem por finalidade promover e apoiar quaisquer realizações no âmbito do turismo juvenil, quer no plano interno, permitindo aos jovens portugueses um contacto directo com a realidade nacional, quer no plano externo, incrementando o intercâmbio cultural entre jovens portugueses e estrangeiros, sem qualquer distinção de raça, sexo, nacionalidade, religião ou ideologia política.
3 — A A.P.P.J. tem a sua sede em Lisboa, provisoriamente no n.º137, 7.º direito, da Avenida Duque de Ávila.

ARTIGO 2.º

A insígnia da A.P.P.J. é a constante de um desenho que, rubricado pelos outorgantes e pela notária, fica arquivado junto à presente escritura.

ARTIGO 3.º

A A.P.P.J. é filiada na International Youth Hostel Federation, usufruindo das regalias que lhe advenham dessa filiação e achando-se vinculada ao cumprimento das obrigações que da mesma emergem, desde que não sejam contrárias aos direitos e aos presentes estatutos.

ARTIGO 4.º

Compete à A.P.P.J.:
a) Gerir e administrar as pousadas e albergues de juventude que para esse fim lhe forem afectos;
b) Efectuar aquisições de bens para o alargamento da rede de pousadas existentes e proceder ao respectivo equipamento;
c) Efectuar obras de conservação das pousadas;
d) Criar e manter em funcionamento os serviços necessários à boa realização dos seus objectivos;
e) Estabelecer os necessários contactos e dar cumprimento às obrigações emergentes da sua filiação na International Youth Hostel Federation;
f) Organizar actividades de carácter sociocultural nas pousadas por ela geridas;
g) Contratar todo o pessoal necessário para a realização dos seus fins;
h) Editar publicações de carácter informativo e cultural.

CAPÍTULO I

Natureza, objectivos e competência

Membros

ARTIGO 5.º

Os membros da A.P.P.J. podem ser ordinários ou de mérito.

ARTIGO 6.º

1 — São membros ordinários todos os jovens que a ela livremente se associem (inscrevam).
2 — A não renovação do cartão de sócio determina a perda da qualidade de membro da Associação.

ARTIGO 7.º

São membros de mérito todos aqueles que pelos serviços prestados à A.P.P.J. mereçam tal distinção.

ARTIGO 8.º

São direitos dos membros ordinários:
a) Participar nos conselhos gerais;
b) Frequentar e utilizar as instalações;
c) Participar em todas as actividades da A.P.P.J. que lhes sejam destinadas;
d) Usufruir dos benefícios que sejam concedidos pela International Youth Hostel Federation.

ARTIGO 9.º

São deveres dos membros ordinários:
a) Cumprir as disposições constantes deste estatuto e demais normas internas;
b) Pagar pontualmente a respectiva quota;
c) Zelar pela conveniente utilização das instalações e outros bens patrimoniais postos à sua disposição.

CAPÍTULO II

Órgãos e funcionamento

ARTIGO 10.º

São órgãos da A.P.P.J. o conselho geral, a comissão executiva e o conselho fiscal.

ARTIGO 11.º

1 — O conselho geral é constituído por todos os membros ordinários.
2 — Constituem a mesa do conselho geral os membross da comissão executiva.
3 — O conselho geral reunirá sob convocatória da mesa.

ARTIGO 12.º

Compete ao conselho geral:
a) Pronunciar-se sobre os assuntos que lhe sejam submetidos;
b) Sugerir medidas que considere necessárias para o bom funcionamento das pousadas e albergues.

ARTIGO 13.º

1 — A comissão executiva é constituída por um presidente, um vice-presidente, um tesoureiro, um secretário e um vogal.
2 — O presidente, o vice-presidente, o tesoureiro, o secretário e o vogal são nomeados por despacho do Ministro da Educação e Investigação Científica, por um ano, prorrogável por iguais e sucessivos períodos, sob proposta do director do Fundo de Apoio aos Organismos Juvenis.

ARTIGO 14.º

1 — Compewte à comissão executiva:
a) Representar a A.P.P.J.;
b) Coordenar a actividade de todas as pousadas ou albergues;
c) Elaborar e aprovar o plano de acção para cada ano económico;
Elaborar e aprovar normas e regulamentos internos necessários ao bom funcionamento de cada uma das pousadas ou albergues e exercer a acção disciplinar;
e) Fazer cumprir os estatutos e demais regulamentos;
f) Contactar com a International Youth Hostel Federation e zelar pelo cumprimento de todas as obrigações decorrentes da sua filiação;
g) Dirigir os serviços de secretaria e administração;
h) Deliberar sobre as aquisições necessárias ao funcionamento dos serviços;
i) Assegurar a conservação das instalações e efectuar as obras necessárias para a boa conservação das pousadas ou albergues;
j) Contratar o pessoal necessário para assegurar o funcionamento das pousadas ou albergues;
l) Apreciar e deliberar sobre todas as propostas que visem o bom funcionamento de todos os serviços.
2 — A comissão executiva reunirá mensalmente sob convocatória do seu presidente ou sempre que dois terços dos seus membros o considerem necessário.
3 — As deliberações da comissão executiva são tomadas por maioria de votos dos presentes.

ARTIGO 15.º

1 — O conselho fiscal é constituído por um presidente e dois vogais.
2 — O presidente e os dois vogais são nomeados, por um ano, prorrogável por iguais e sucessivos períodos, por despacho do Ministro da Educação e Investigação Científica, mediante proposta do director do Fundo de Apoio aos Organismos Juvenis.

ARTIGO 16.º

1 — Compete ao conselho fiscal:
a) Fiscalizar a escrita e contabilidade da A.P.P.J.;
b) Aprovar o relatório anual de contas da Associação.
2 — O conselho fiscal reunirá mediante convocatória do seu presidente, pelo menos uma vez por trimestre.

ARTIGO 17.º

A A.P.P.J. compreende, nomeadamente, uma secretaria-geral, os serviços de intercâmbio e viagens de turismo, pousadas e albergues ou outros que se tornem necessários.

ARTIGO 18.º

As pousadas ou albergues terão um responsável.

ARTIGO 19.º

Compete ao responsável pela pousada ou albergue:
a) Executar todas as deliberações da comissão executiva;
b) Promover, na pousada ou albergue confiada à sua orientação, actividades de carácter cultural, desportivo e recreativo;
c) Propor à comissão executiva as providências que julgue necessárias para o bom funcionamento das pousadas ou albergues;
d) Arrecadar receitas e pagar as despesas correntes das pousadas ou albergues, tendo em ordem a escrita e a contabilização das mesmas;
e) Apresentar mensalmente um relatório de contas à comissão executiva;
f) Zelar pela boa conservação do edifício e do seu apetrechamento.

CAPÍTULO III

Disposições financeiras

ARTIGO 20.º

São receitas da A.P.P.J.:
a) Subsídios oficiais e particulares;
b) Receitas próprias;
c) Quotas dos membros;
d) Produto de venda das publicações;
e) Quaisquer outras não proibidas por lei.

ARTIGO 21.º

1 — Os valores monetários da A.P.P.J. deverão, em princípio, estar depositados em qualquer instituição de crédito, não podendo existir em cofre mais que a verba necessária para fazer face às despesas correntes.
2 — A movimentação da conta será feita mediante a assinatura de dois membros da comissão executiva.

CAPÍTULO IV

Disposições finais e transitórias

ARTIGO 22.º

1 — A A.P.P.J. extingue-se por proposta fundamentada da comissão executiva.
2 — Em caso de extinção, o seu património reverterá para o Fundo de Apoio aos Organismos Juvenis.

ARTIGO 23.º

Os casos omissos nestes estatutos serão resolvidos por decisão da comissão executiva, nos termos das disposições legais em vigor que regulam as associações.

Está conforme o original.

18.º Cartório Notarial de Lisboa, 27 de Janeiro de 1978. — A Ajudante, Maria Isabel Moreira Marques.

1-3-660

Pescadores de Peniche exigem reposição da legalidade na Mútua

Pescadores de Peniche deliberaram ontem «exigir do Governo a reposição da legalidade democrática recolocando na Mútua dos Pescadores os corpos gerentes, eleitos pela classe em 6 de Maio, para que possam cumprir o seu mandato».

Em moção aprovada por unanimidade, pescadores, mestres-armadores e armadores de Peniche, reunidos no Largo da Ribeira, exigem também que «as forças policiais e a comissão administrativa se retirem da Mútua dos Pescadores e que sejam os tribunais a decidir da legalidade da assembleia geral».

Os participantes da reunião decidiram também «ocupar simbolicamente a delegação da Secretaria de Estado das Pescas em Peniche como protesto da prepotência do Governo e a cumplicidade de organismos dependentes do Ministério do Mar».

Acrescentam que, «não havendo resposta satisfatória» em relação à actual situação, «aprovarão novas formas de luta de defesa do que lhes pertence: a Mútua dos Pescadores»

No preâmbulo da moção, os pescadores referem que «o Governo mandou selar e policiar no dia 22 de Maio as instalações da sede da Mútua dos Pescadores», acrescentando que a Polícia reabriu as instalações três dias depois «para só deixar entrar a comissão administrativa nomeada ilegalmente, não permitindo a entrada dos associados e corpos gerentes eleitos».

Acusam, ainda, três pessoas como instigadoras de «arruaças que culminaram com a destruição de um autocarro da Rodoviária Nacional» no qual viajavam pescadores e armadores de Peniche que se deslocavam a Lisboa para participarem na assembleia geral realizada em 25 de Março.

Polícia interpela sindicalistas

Trabalhadores do comércio concentram-se esta tarde em Lisboa

Dirigentes sindicais do comércio foram esta manhã interpelados e ameaçados de prisão pela Polícia, quando no Metropolitano procediam à distribuição de propaganda relacionada com a concentração que ao fim da tarde se vai realizar junto à Câmara Municipal de Lisboa. Os agentes da PSP justificaram a susa intervenção com a existência de legislação que proibe aquele tipo de actuação nos meios de transporte sobretudo «quando se trata de dizer mal do Governo».

A concentração de hoje tem como objectivo protestar contra a liberalização dos horários do sector recentemente decidida pelo executivo da edilidade.

Entretanto, em conferência de Imprensa ontem realizada, os dirigentes da Federação Portuguesa de Sindicatos do Comércio, Escritórios e Serviços classificaram a posição da vereação de «verdadeiro crime». Tal resolução, recorde-se, será esta tarde sujeita à ratificação da Asssembleia Municipal, e, se obtiver voto favorávl, permitirá que os estabelecimentos comerciais permaneçam ininterruptamente abertos todos os dias entre as seis e as 24 horas.

De acordo com os dirigentes sindicais, que defendem a semana inglesa, de entre as várias capitais de distrito, apenas em Lisboa e Santarém foi decidida a liberalização dos horários.

Os Sindicatos acusam a Câmara Municipal de Lisboa de «ter cometido ilegalidade» não ouvindo o Sindicato do sector sobre o assunto, como a lei determina. No Porto, ao contrário do que se passou na capital, o PS votou contra a liberalização, foi ainda referido.

O Decreto-Lei 417/83 determina que as Câmaras Municipais deveriam ter aprovado até ao dia 25 novos regulamentos sobre o período de funcionamento dos estabelecimentos comerciais, sob pena de «serem totalmente liberalizado os horárioos» — refere a Federação.

«A intenção do Governo saldou-se exactamente pelo efeito contrário ao pretendido, pois agora a semana inglesa está consagrada em mais concelhos do que antes do Decreto» — salientaram os dirigentes sindicais.

A Federação afirma ainda que «a maioria dos centros comerciais estão a abrir ilegalmente e sem condições de segurança», pelo que «a Câmara é responsável pelas mortes que possam ocorrer» — disse um dirigente, recordando o Centro Comercial de Espinho, que ardeu na quinta-feira.

Sector têxtil cumpre semana de luta

PORTO, 29 (Da nossa delegação) – Os trabalhadores do sector têxtil, iniciaram ontem, uma semana de luta e sensibilização que não se circunscreverá apenas às empresas, mas terá um carácter público muito acentuado. Ontem decorreram plenários de empresas nos distritos de Braga, Porto, Aveiro, Castelo Branco e na zona sul do País, a par de distribuição de documentos à população nas zonas de grande implantação sectorial, aquelas onde os problemas das indústrias têxteis têm maiores reflexos na vida social da região.

Segundo um comunicado da Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Têxteis, Lanifícios, Vestuário, Couros e Peles de Portugal, no sector têxtil há 11 mil trabalhadores despedidos em 1983 «sendo a maioria destes despedimentos resultado da iniciativa patronal»; um milhão e meio de contos de salários em atraso «dinheiro dos trabalhadores que é, muitas vezes, utilizado pelos patrões para fins que nada têm a ver com a produção e as empresas». 15 mil trabalhadores em risco de ficar sem trabalho «se a curto prazo não forem decididas medidas concretas de apoio às empresas que enfrentam dificuldades profundas»; 60 mil trabalhadores contratados a prazo «sujeitos à arbitrariedade dos patrões, a viverem um clima de permanente insegurança e medo»; «repressão brutal e desumana», daí que os trabalhadores do sector têxtil tenham iniciado uma semana de luta para resolver estes problemas.

Para os próximos dias da semana, estão previstas diversas acções, destacando-se a continuação do trabalho de informação e propaganda, a todos os níveis, e a realização de «meetings», paralisações, desfiles, concentrações, vigílias, marchas e contactos com os órgãos do Poder Local e Regional, chamando a sua atenção para a necessidade e a urgência de se resolverem os problemas do sector.

Pessoal aduaneiro anuncia dois dias de greve

Os trabalhadores aduaneiros em despachantes vão efectuar uma paralisação de dois dias no mês de Junho em protesto contra a falta de resposta da entidade patronal às propostas de revisão das tabelas salariais.

O Sindicato apresentou uma proposta de aumento de 23 por cento e a Câmara dos Despachantes, entidade patronal, contrapropôs 19 por cento.

O ministro do Trabalho, com base nos elementos económicos sobre o sector apresentados pelo Sindicato, apresentou por seu lado uma proposta de 21,7 por cento, que até agora não mereceu resposta da Câmara dos Despachantes.

A paralisação de dois dias irá afectar «importadores e exportadores, o movimento alfandegário e a economia do País», mas o Sindicato responsabiliza o patronato por esses prejuízos.

O Sindicato dos Trabalhadores Aduaneiros em Despachantes e Empresas representa a quase totalidade dos quatro mil trabalhadores do sector.

Psicólogos na Educação: Encontro no Porto

Dezenas de especialistas em Psicologia, nacioanis e estrangeiros, vão estar no Porto de quinta-feira a sábado, para participarem no 1.º encontro nacional de intervenção psicológica na educação que se realiza na Faculdade de Psicologia do Porto.

O objectivo principal deste encontro centra-se na análise do impacto e contribuição psicológica na educação. Em debate, no entanto, não deixarão de estar as perspectivas futuras da Psicologia e o seu envolvimento, como ciência e como profissão, nas práticas educativas.

O encontro reunirá mais de 300 participantes, número que excede todas as expectativas, e contará com mais de 60 intervenções, distribuídas por sessões plenárias, painéis, e comunicações livres. Todas as intervenções versarão sobre os progressos e desenvolvimentos mais recentes da investigação e intervenção psicológicas, efectuadas no nosso país e no estrangeiro, no âmbito educativo.

Complexo do Cachão

Trabalhadores reclamam salários em atraso

Os trabalhadores do Complexo Agro-Industrial do Cachão, Mirandela, exigiram o pagamento dos salários em atraso e das dívidas aos pequenos e médios agricultores, que normalmente abastecem a empresa.

Um comunicado do Sindicato dos Trabalhadores de Transportes Rodoviários e Urbanos do Norte explica que esta decisão foi tomada num plenário onde foi aprovada também uma moção de desconfiança à administração.

O documento exige dos órgãos do poder que seja tomada em devida conta a situação da empresa e critica o secretário de Estado das Finanças por se ter recusado a receber os órgãos representativos dos trabalhadores.

Responsabiliza também o Governo pelas medidas que os trabalhadores e os agricultores da região possam vir a tomar pela reposição dos seus salários e pelo pagamento das dívidas.

Arrendamento rural

O MARN-Beiras (Movimento de Agricultores Rendeiros do Norte) anunciou que tenciona unir esforços no sentido de impedir alterações à lei do arrendamento rural «que venham a prejudicar os rendeiros».

Reunida em Coimbra, a direcção do MARN-Beiras decidiu fazer circular um abaixo-assinado reclamando contra o não funcionamento das comissões concelhias de arrendamento rural, a não divulgação das tabelas de rendas máximas e a recusa dos senhorios em «passar por escrito os contratos de arrendamento».

A direcção do MARN-Beiras deliberou que se desloquem núcleos de rendeiros à Assembleia da República para discutir a situação.

Aprovou também um voto de repúdio pelos «anunciados novos aumentos de alguns factores de produção e do preço do leite ao consumidor».

Magistrados querem participar na designação do P.G. da República

Magistrados do Ministério Público aprovaram ontem, em Lisboa, uma moção exigindo que o sindicato da sua clase «participe no processo de designação do novo Procurador-Geral da República».

A moção agora aprovada no final do II Congresso Nacional do Ministério Público exige também que, nos termos da Constituição, o novo Procurador-Geral da República seja nomeado no mais breve prazo possível.

Solicitam ainda que o escolhido deve ser «uma personalidade prestigiada, isenta, com capacidade de diálogo e inserida na espírito do novo Ministério Público resultante da Constituição e da lei orgânica do sector».

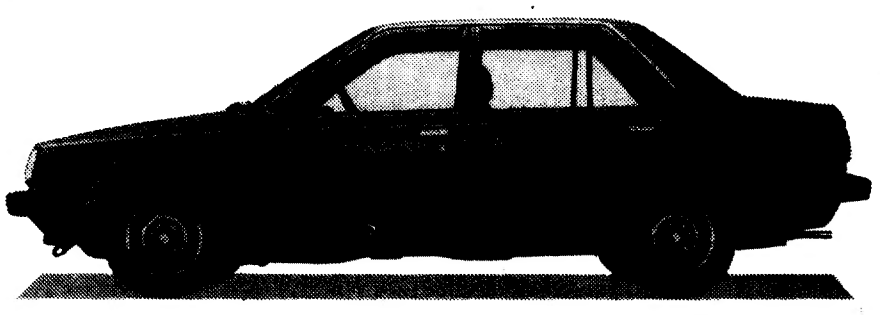
O Congresso Nacional do Ministério Público aprovou, ainda «a manutenção do sistema de investigação criminal em vigor e que comporta por um lado, uma instrução jurisdicionalizada e por outro, um inquérito dirigido pelo Ministério Público.

De acordo com os magistrados presentes no Congresso a manutenção do actual sistema «salvaguarda os direitos liberdades e garantias do cidadão e não é responsável pela morosidade e ineficiência da administração de justiça penal que se verifica em alguns tribunais».

Concluiram ainda aqueles magistrados que «qualquer reforma do processo penal deve ser precidida de um amplo debate público, na assembleia da república, e que a representação dos interesses particulares do estado-administração nos tribunais não deve competir ao Ministério Público o qual deverá ver dinamizada a sua intervenção na defesa dos interesses colectivos dos cidadãos».

Preços sobem à média de "2,5 por cento ao mês"

A CGTP afirmou que desde a tomada de posse do actual Governo há onze meses, a quebra do poder de compra dos portugueses foi de 12 por cento. Em comunicado distribuído à Imprensa, a central sindical adianta que os salários nominais nos terceiro e quarto trimestres de 1983 aumentaram, respectivamente, 17,6 por cento e 16,1 por cento, mas devido ao aumento dos preços, o poder de compra diminuiu, naqueles períodos, 6,8 e 11,9 por cento, respectivamente. «Regista-se ainda — diz o comunicado — que no primeiro trimestre deste ano os preços têm subido à média de 2,5 por cento ao mês, o que aponta de novo para uma taxa recorde (no País e na Europa) da ordem dos 30 por cento no final de 1984 — quando a meta prometida pelo Governo é entre 20 e 22 por cento».



NISSAN SUNNY

O MELHOR AMIGO DA FAMÍLIA

Novo motor de 1300 c.c. e de 1500 c.c. *

* equipado de origem com AR CONDICIONADO

ENTREPOSTO COMERCIAL veiculos e máquinas, sarl

Praça José Queirós, I Olivais Sul. 1899 LISBOA CODEX.

NISSAN

• CONCESSIONARIOS EM TODO O PAIS

DC3 PUBLICIDADE

de ontem para hoje

Ramiro Correia homenageado com «Livro Branco da 5.ª Divisão»

EDITADO pela Livraria «Ler Editora» acaba de ser lançado, no âmbito das comemorações do 10.º Aniversário do 25 de Abril, o «Livro Branco da 5.ª Divisão». O colectivo promotor desta obra assume-a como «um acto de homenagem à memória do último chefe da 5.ª Divisão, o comandante médico-naval Ramiro Correia, falecido tragicamente em acidente náutico, em 1977, na República Popular de Moçambique onde estava como cooperante». De acordo com os seus promotores, «O Livro Branco da 5.ª Divisão» contém «a transcrição de 183 documentos, muitos deles inéditos, constituindo, sem dúvida, a mais valiosa contribuição documental para a história da Revolução Portuguesa, publicada até à data». Pelo que referem – no actual contexto histórico, onde há fortes razões para supor que a documentação oficial e os arquivos complementares da 5.ª Divisão foram, em grande parte, ou destruídos ou feitos desaparecer, a recolha agora divulgada representa um acto meritório de preservação do património cultural, revolucionário e patriótico». O lançamento do livro será assinalado com uma sessão na «Casa do Alentejo» a realizar na próxima segunda-feira, dia 4, a partir das 18 horas.

O julgamento do professor António Baptista

O professor primário António Baptista começou a ser julgado esta manhã, no Tribunal de Cascais, sob a acusação de ter participado, há cerca de três anos, no atentado contra um administrador da Standard Eléctrica. O réu, que se encontra preso na Penitenciária de Lisboa, apesar de ter sido absolvido na Boa Hora, em Março de 1983, no processo da «insurreição dos pregos», de Ângelo Correia, fora detido, perante os seus pequenos alunos, quando estava a dar aulas no Barreiro. António Baptista concorreu, como candidato da FUP, às eleições legislativas de 1980.

Portugal e Espanha contra incêncios

Portugal e Espanha decidiram unificar esforços para a extinção de incêndios, com trocas de dados de Cartografia e informação para a localização imediata de pessoas, meios e equipamentos. A cooperação, decidida em Zamora, prevê a unificação cartográfica e de sistemas de comunicações rádiotelefónicas e a intensificação de medida de prevenção nas zonas fronteiriças, unificando os índices de perigo e sinais comuns nas zonas limítrofes. Durante a reunião foi criada uma comissão de trabalho para a aplicação desses critérios nas províncias de Zamora e Trás-os-Mones, consideradas zonas piloto e cobrindo uma área de 186 quilómetros de fronteira.

Remador afogado no rio Ave

Um remador da Associação de Moradores de Massarelos, Manuel da Costa Estêvão, de 25 anos, camionista, morreu afogado ao treinar no rio Ave. O acidente ocorreu quando o jovem procurava salvar a canoa que se virara face à forte corrente. O corpo do malogrado atleta foi recolhido por mergulhadores do Batalhão de Sapadores Bombeiros do Porto.

Reserva de caimões na Ria Formosa

O Governo vai criar uma «reserva integral» com zonas envolventes de protecção na área denominada Quinta do Ludo, na Ria Formosa, Faro. De acordo com um decreto-lei agora publicado, a criação da reserva, que será a primeira do género do Algarve, justifica-se pela importância do local como zona de «nidificação da avi-fauna protegida» designadamente os caimões, uma espécie de que se encontram apenas exemplares em Portugal e no Egipto. A reserva ocupa uma área de 5942 hectares.

Afogada num poço em A-da-Beja

Num poço em A-da-Beja, no concelho da Amadora, uma mulher de 40 anos, Maria Eugénia Bengalinho da Conceição, foi encontrada afogada no fundo de um poço com cerca de vinte metros de profundidade. A vítima, que residia naquela localidade, poderá ter caído acidentalmente à água, mas a PJ investiga as circunstâncias que rodearam a trágica ocorrência.

Novo achado de material de guèrra

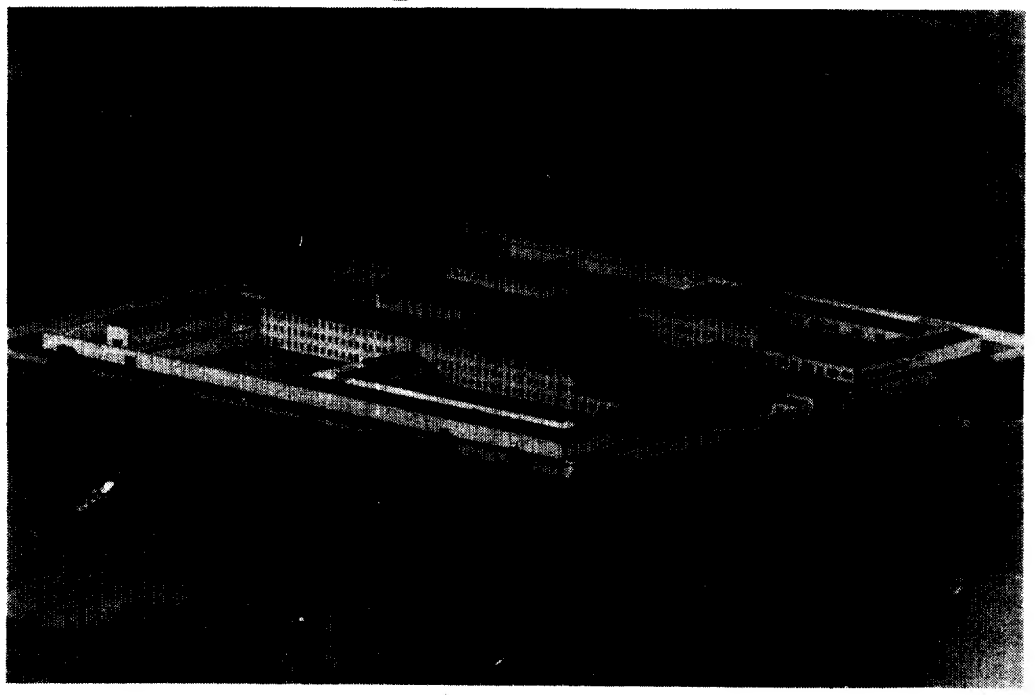
Após a descoberta de uma caixa de ferro com seis espingardas metralhadoras G-3, em Vila Verde, e a que ontem nos referimos, a Polícia Judiciária divulgou novo achado de armas de guerra, desta vez entre um tufo de arbustos, no cruzamento da Paiã com a estrada que conduz a Odivelas. O lote era constituído por 35 granadas de arremesso, sendo 14 defensivas, de modelo 963, e 18 ofensivas, modelo 962, e ainda 176 detonadores, cartuchos de carabineto e um frasco de carboneto de potássio.

Garota abandonada em Guarda

Apresentando sinais notórios de subnutrição e raquitismo, uma pequenita de três anos foi deixada à porta do Hospital Distrital da Guarda. A criança, cujos pais já terão sido identificados pelas autoridades, dá mostras de ter sido maltratada, sendo visíveis diversos hematomas, lesões nos ouvidos e uma pequena fractura na cabeça.

Juntamente com outras onze prisões portuguesas

Cadeias de Tires, Caxias e Leiria estão com a lotação esgotada



Um aspecto exterior da cadeia de Tires, reservada exclusivamente a reclusas

O aumento da população prisional esgotou completamente a lotação das catorze cadeias portuguesas onde são cumpridas penas superiores a seis meses de detenção. Dessas cadeias, três são consideradas especiais: Tires, um estabelecimento só para mulheres, a Prisão-Hospital de S. João de Deus, em Caxias e a presídio de Leiria, reservado a reclusos ainda bastante jovens.

Segundo a Direcção-Geral dos Serviços Prisionais o número de presos nas cadeias portuguesas aumentou 38 por cento desde 1 de Janeiro de 1983, atingindo números recordes. Em Janeiro do ano passado havia 5.188 presos nos estabelecimentos prisionais centrais existentes no País, número esse que aumentou em 16 meses, para 7.500.

Na prisão de Leiria, inicialmente destinada a presos entre os 16 e 21 anos, encontram-se internados apenas jovens de 16, 17 e 18 anos que esgotam completamente os 213 lugares de que dispõe a cadeia. A maioria desses jovens foi condenada por assaltos e furtos, a grande maioria dos quais relacionados com casos de droga, disse o porta-voz da Direcção-Geral dos Serviços Prisionais.

Destes 7.500 presos, só uma escassa minoria levanta problemas relacionados com pedidos de transferência de penitenciárias, como Vale de Judeus ou Pinheiro da Cruz, situados em zonas isoladas.

No entanto, de acordo com a mesma fonte, essas penitenciárias são estabelecimentos de alta segurança para onde obrigatoriamente vão os presos com penas de 16, 17 ou 18 anos. Compreende-se que os presos sintam a falta das famílias, que não se podem deslocar tão facilmente a essas cadeias, mas não há nada a fazer».

Para guardar toda esta população prisional, referiu, existem 1 660 guardas, «o que é manifestamente pouco se se tiver em conta que é preciso assegurar uma vigilância de 24 horas por dia.

Reclusos terminam greve de fome

Três reclusos terminaram ontem na Prisão-Hospital de Caxias uma greve de fome que, por razões diversas, vinham observando desde o início de Maio, divulgou a Direcção-Geral dos Serviços Prisionais. Os presos Domingos Nunes Ribeiro, Fernando Gomes da Silva e Alberto da Cunha Ribeiro encontram-se internados naquele Hospital «para que o seu estado de saúde possa ser vigiado» — disse a mesma fonte.

Domingos Nunes Ribeiro e Fernando Gomes da Silva recusam-se a ingerir alimentos «numa tentativa para conseguirem a transferência respectivamente da Penitenciária de Vale de Judeus e da Prisão de Alcoentre», ao passo que Alberto da Cunha Ribeiro, preso na Cadeia de Paços de Ferreira, «protestava contra a indefinição da sua situação prisional.

Alberto da Cunha Ribeiro está a cumprir uma pena de prisão de seis anos, um mês e quinze dias. No entanto, tem pendentes dois processos, o que não lhe permite usufruir de liberdade condicional. Quanto a Fernando Gomes da Silva que é da Madeira, desejava ser transferido para uma prisão daquela região autónoma para poder ser visitado pela família.

Concluíram juristas presentes no simpósio de Coimbra

Processo Civil Português mantém "estruturas inquisitoriais"

O I Simpósio Internacional de Processo Civil e Organização Judiciária, que ao longo da semana passada, tal como temos vindo a noticiar, juntou em Coimbra juristas de onze países, concluiu pela urgência «no rigoroso levantamento da situação dos tribunais portugueses, por forma a dotar o País do número suficiente, criando outros onde se revelem necessários, e ampliando ainda os prejuízos nas comarcas em que o serviço assim o reclame». As conclusões do Simpósio salientam ainda «a imperiosa necessidade de dar uma superior tradução à estrutura inquisitória do nosso Processo Civil de modo a corrigir algumas insuficiências e obscuridades da lei vigente».

Segundo os processualistas estrangeiros presentes em Coimbra «não há, em qualquer país civilizado, um sistema que, como o português, dispense o registo, a protocolização ou a documentação da prova oral prestada em audiência de discussão».

Relativamente a esta matéria, os congressistas consideram «insustentável o quadro jurídico-processual português, em que se inscreve um inadmissível sistema de oralidade pura», e exigem a restauração da «garantia essencial que consiste num processo com documentação de todos os actos que se desenrolam na audiência final».

Durante o Simpósio uma representação dos estudantes da Faculdade de Direito de Coimbra, salientou a «grave ausência de garantias judiciárias fundamentais no nosso sistema processual». Os estudantes defenderam o «combate à mentira processual e o apelo à simplicidade de um processo», como contributo para a paz social.

«O despertar de uma consciência humanista da função processual é uma das linhas de força que desembocará numa oportuna reforma do Processo Civil» – salientaram.

O I Simpósio Internacional de Processo Civil e Organização Judiciária foi organizado pelo conselho directivo da Faculdade de Direito de Coimbra e a sessão de encerramento foi presidida pelo reitor honorário daquela Universidade prof. Ferrer Correia.

COMUNA TEATRO DE PESQUISA
HOJE AS 21.30 H
MARAT*
DE PETER WEISS
ENCENAÇAO JOAO MOTA

* PERSEGUICAO E ASSASSINATO DE JEAN PAUL MARAT REPRESENTADO PELO GRUPO DE TEATRO DO HOSPICIO DE CHARENTON SOB A DIRECCAO DO SENHOR MARQUES DE SADE.

TERÇA A SABADO AS 21.30 H
DOMINGO SO AS 17 H
SUB MC · PRAÇA DE ESPANHA · TEL 72 08 18

CÂMARA DOS TÉCNICOS DE CONTAS

DECLARAÇÃO MODELO/2 DA CONTRIBUIÇÃO INDUSTRIAL

A Direcção-Geral das Contribuições e Impostos em colaboração com a Câmara dos Técnicos de Contas

Promovem no próximo dia 1 de Junho, nas instalações do SITESE - Sindicato dos Trabalhadores de Escritório, Comércio e Serviços, na Rua do Alecrim, n.º 46-1.º em Lisboa, uma sessão de esclarecimento, dedicada ao seguinte tema:

— DECLARAÇÃO MODELO/2 DA CONTRIBUIÇÃO INDUSTRIAL —

Esta sessão será orientada por credenciados técnicos da D.G.C.I., e terá a duração de um dia, das 9.30 às 12.30 e das 14.00 às 17.30 horas.

Esta sessão está aberta a todos os profissionais da Contabilidade, independentemente da sua filiação profissional.

Saúde, afecto, compreensão, educação

Que direitos tem hoje a criança em Portugal

A criança tem vários direitos. Direito à saúde, ao afecto, à compreensão, à educação, à não discriminação racial, religiosa e social. Tem esses e mais direitos, no papel. Difícil se vem tornando, em Portugal, a sua maioria passar à prática, impor-se no quotidiano das crianças, a despeito do esforço nesse sentido desenvolvido por algumas instituições (centros, institutos e associações), designadamente as de Solidariedade Social (IPSS).

Todos os anos, quando do Dia Mundial da Criança, instituições, autarquias e até o Governo (uma vez por ano...) mexem-se. É o que está agora a acontecer, se bem que haja instituições que sistematicamente se esforcem em aliviar e engrandecer o dia e o mundo da criança. É o caso do IAC (Instituto de Apoio à Criança), mas há mais, felizmente mais. E há também as associações ligadas ao complexo e vasto mundo dos deficientes de toda a ordem...

«A Criança em Portugal-84: que direitos?» é o título do seminário que de quinta a sexta-feira decorrerá em Lisboa e foi ontem apresentado pela principal impulsionadora do IAC, a esposa do Presidente da República. Manuela Eanes salientou que durante o seminário, para além dos direitos que à criança competem e que atrás assinalamos, serão tratados temas como os direitos da criança deficiente e os novíssimos direitos.

Intenção vem de 1974

Um dos objectivos do IAC – disse Manuela Eanes – é congregar pessoas com vista a trabalhar no sentido de melhorar a situação da criança em Portugal, embora tenha sido criado apenas em Março do ano passado, se bem que essa intenção date de 1974. «Mas, como não foi possível concretizá-la na altura, houve um grupo de pessoas que foi mantendo contactos ao longo destes últimos anos e o IAC veio a ser criado, oficialmente, em Março de 1983» – referiu.

O IAC «não pretende substituir-se a quaisquer organismos existentes, nem duplicar acções já assumidas por outras entidades nem a nível oficial nem a nível privado» disse ainda Manuela Eanes, que disse declarou que «o IAC pretende, acima de tudo, estimular, apoiar e divulgar o trabalho de quantos se preocupam com a procura de novas respostas, realistas e inovadoras, para os problemas da infância em Portugal».

A esposa do PR reportou-se ainda às várias acções que o IAC está a desenvolver ou pretende impulsionar, nomeadamente, a criação de bibliotecas, ludotecas e «atelier» de criatividade para crianças, assim como algumas experiências-piloto.

Foi igualmente anunciada a criação de um pavilhão para consultas para crianças no Hospital de Santa Maria, «pois existe a promessa de apoio internacional para a sua efectivação».

Se bem que neste momento nem sequer tenha, talvez, mil escudos depositados no banco, o IAC anunciou ontem, ainda, que as salas de espera das pediatras vão passar a dispor, dentro de alguns anos, de decoração apropriada, de forma a torná-las «menos cinzentas».

Camilo morreu no dia que viria a ser da criança...

As crianças do ensino primário de S. Miguel de Seide, do concelho de Vila Nova de Famalicão, visitarão no dia 1 de Junho (Dia Mundial da Criança), no cemitério da Lapa, no Porto, a campa do escritor que levou longe da sua terra, Camilo Castelo Branco, que morreu nesse mesmo dia, mas há 94 anos. Cada uma depositará na campa de Camilo uma flor.

A CM de Vila Nova de Famalicão prepara-se para comemorar a data. A iniciativa, que decorrerá ao longo de todo o dia, inclui diversas realizações, nomeadamente, folclore, canções, desenho, pintura e modelagem.

A Câmara Municipal, disse o seu presidente, «tem consciência que todos os dias do ano deverão ser dias das crianças e, dentro das suas possibilidades a autarquia tem procurado desenvolver um plano de criação de estruturas de apoio à infância».

Agostinho Fernandes referiu, a propósito, que «em 1983 todas as escolas primárias sofreram obras de remodelação e conservação, pois algumas delas estavam em péssimo estado».

As anomalias também em vista

Coimbra assina documento contra custo da energia

Um abaixo-assinado, subscrito por cerca de 10 mil pessoas, que reclama a descida do preço da electricidade e da taxa de aluguer do contador foi ontem entregue ao presidente da Câmara de Coimbra.

O documento protesta contra o aumento do preço da electricidade para 8,15 escudos por kw/hora, contra o aumento do aluguer dos contadores e o «cálculo por excesso dos consumos».

Numa carta que entregaram ao presidente da Câmara Municipal de Coimbra, os promotores da iniciativa consideram o número de asinaturas recolhidas «num tão curto espaço de tempo elucidativo do expresso desejo da população da cidade de que sejam revistas rapidamente as reclamações apresentadas».

O presidente da Câmara, Mendes da Silva, prometeu uma «intervenção activa» do município nesta questão, frisando que «não se limitará a entregar o abaixo-assinado a quem de direito».

«Temos obrigação de defender os interesses de toda a população que nos elegeu», afirmou a propósito Mendes Silva, presidente da Câmara Municipal de Coimbra.

O documento, que vai ser também entregue à Assembleia da República, Governo Civil de Coimbra e administração da EDP, reclama, ainda, a anulação da taxa da RDP e a «rápida correcção de todas as irregularidades de cálculo e de facturação dos consumos».

Guimarães recusa distribuição

A Câmara Municipal de Guimarães recusou a municipalização dos serviços de distribuição de energia eléctrica do concelho. A decisão foi tomada pelo executivo no decurso de um processo de transferência de uma empresa particular para o domínio público.

A posição municipal obrigará a EDP a assumir aquela responsabilidade, nos termos de um contrato a firmar. O mesmo processo está a ser prosseguido no que se refere a outras empresas concessionárias de distribuição.

Mesmo nos "Santos Populares"

Proibido abate de animais na rua

Os indivíduos que por ocasião dos festejos dos Santos Populares abatam ilegalmente animais na via pública ficam sujeitos a severas sanções – recordou a Inspecção Económica.

Aquele organismo, que sublinhou que o abate de animais na via pública, «além de proibido por lei é um acto que avilta quem o pratica e ofende a sensibilidade de todos quanto inesperadamente a ele assistem», acrescenta que «vão ser tomadas medidas rigorosas e repressivas para se obstar ou punir tais práticas irregulares».

O documento da Inspecção Económica vem a propósito dos festejos dos Santos Populares que, segundo aquele organismos, provocam «manifestações características de determinadas regiões do País, durante as quais, infelizmente, é vulgarizado o abate de animais na via pública, de forma degradante, com desrespeito pelas normas mais elementares e da legislação em vigor».

A Inpecção Económica considera ainda o abate ilegal de animais na via pública «inconveniente do ponto de vista sanitário e lesivo da saúde pública, pelo consumo de carnes de proveniência sempre suspeita».

Um dos maiores do século

Amanhã há eclipse solar

Um dos maiores eclipses solares visíveis em Portugal durante este século ocorrerá às últimas horas da tarde de amanhã e será observável por todo o País.

O eclipse, de características anulares, será praticamente total nos Açores, atingindo 99 por cento em Angra do Heroísmo, 98 na Horta e 97 em Ponta Delgada, mas em Lisboa atingirá apenas 85 por cento do círculo solar.

Os números baixam a caminho do Norte, de maneira que os habitantes de Bragança verão o fenómeno apenas a 75 por cento, os de Braga a 78, os de Coimbra a 81.

Visível em grande parte do mundo, com diversa intensidade, só não poderá ser observado na parte oriental do Mediterrâneo, no Alasca, na América Central, em parte do Índico e na extremidade noroeste da América do Sul.

Na previsão dos meteorologistas, o fenómeno inicia-se às 13 e 54 e termina às 19 e 35 (tmG).

Este não é "mais um" cartão, é uma vida mais fácil para si!

A «Campanha de Colaboração com o Surdo» lançou este cartão de modo a tornar mais fácil o dia-a-dia daqueles que são surdos totais ou apenas ouvem mal.

Se você tem dificuldades auditivas, sempre que precisar de ajuda, pode agora mostrar o seu Cartão e terá um atendimento especial em todos os locais que tenham afixado o símbolo da Campanha.

Este não é apenas «mais um cartão». É um cartão **para si.**

Apresente-o sempre que necessário.
Solicite-o na Associação Portuguesa de Surdos.
Av. da Liberdade, 157 - 2.º Dt.º · 1200 LISBOA

Campanha de Colaboração com o Surdo

Secretariado Nacional de Reabilitação

24 horas

Trégua na Colômbia

A trégua iniciada ontem em toda a Colômbia entre o Exército e os guerrilheiros das Forças Armadas Revolucionárias (FARC) está a ser cumprida totalmente, foi anunciado em Bogotá. As ordens decretadas a partir do palácio presidencial, pelo presidente Belisário Betancur e pelo dirigente das forças da guerrilha, Manuel Marulanda Velez, «Tirofijo», a partir das montanhas da Colômbia, foram acatadas pelas duas frentes.

Monge em digressão pela Europa

O presidente costa-riquenho, Luís Alberto Monge, chegou ontem a Madrid, primeira etapa da sua digressão a 12 países da Europa (incluindo Portugal), para procurar ajuda económica e discutir a crise na América Central, revelaram fontes oficiais. Durante a sua visita de quatro dias a Espanha efectua conversações com o primeiro-ministro, Felipe Gonzalez, para explicar a luta da Costa Rica, determinada em preservar as suas instituições democráticas, disse Monge.

Jesse Jackson no México

O candidato à investidura democrata às presidenciais norte-americanas, Jesse Jackson afirmou segunda-feira na capital mexicana que «o actual conflito na América Central atingiu um ponto em que a guerra regional se torna muito possível». O defensor dos Direitos Cívicos acrescentou que a política externa norte-americana parte do princípio de que os Estados Unidos têm muito a ensinar e nada a aprender com os outros países.

Síria-URSS

O vice-presidente da Síria, Rifaat Assad, analisou, na capital soviética, com os dirigentes da URSS, as medidas a tomar por Damasco e Moscovo para incrementar as relações entre ambos os países. Assad chegou ontem à União Soviética a convite do presidium do Soviete Supremo (parlamento) da URSS e foi recebido no aeroporto de Moscovo pelo vice-ministro dos Negócios Estrangeiros soviético, Gueorgui Kornienko.

Explosão na Checoslováquia

Quatro pessoas morreram e 50 ficaram feridas numa explosão de origem ainda desconhecida, ocorrida hoje numa ala de uma fábrica de produtos químicos do Oeste da Checoslováquia, anunciou a agência oficial CTK. A agência afirmou que a explosão, registada na fábrica Synthesia, na cidade de Pardubice, 100 quilómetros a Leste de Praga, estilhaçou os vidros de edifícios num raio de vários quilómetros.

Incêndio num hotel de Taipé: 14 mortos

Pelo menos 19 pessoas morreram ontem quando tentavam fugir de um hotel em chamas, situado no centro de Taipé, saltando pela janelas do moderno edifício de 12 andares, revelou a Polícia. A polícia disse que muitos outros não conseguiram saltar para as lonas estendidas pelos bombeiros para lhes aparar em a queda. Para além das mortes há a registar mais de 60 feridos. A maioria dos hospédes do hotel eram japoneses ou cidadãos de Hong Kong.

Falha geológica junto a central nuclear

A possível existência de uma falha geológica junto à central nuclear de «Devil Canyon», na Califórnia (EUA), está a ser invocada por movimentos antinucleares para se oporem ao seu funcionamento. A central foi inaugurada apenas há um mês, estando a trabalhar a «meio gás» e os comités antinucleares pretendem agora que seja suspensa a licença para o funcionamento em pleno, até terminarem estudos geológicos aprofundados.

Desabamento na China: 100 mortos

Cerca de 100 pessoas morreram em consequência de um desabamento de terras numa comunidade mineira da província do Yunnan, no sul da China, anunciou hoje a Rádio provincial captada em Pequim. O desabamento ocorreu domingo na cidade de Dongchuan, depois de chuvas torrenciais que destruíram um edifício de escritórios da mina e uma galeria subterrânea.

Acidente aéreo na RFA

Um caça da Força Aérea holandesa deixou cair um depósito de combustível sobre uma casa em Linz, que se incendiou, antes de se despenhar numa área próxima, anunciou a Polícia alemã federal. Não foram referidas vítimas. Os bombeiros da localidade, perto de Bona, acorreram para combater o incêndio. O local situa-se perto de um hospital. Um helicóptero participou nas buscas aos destroços do caça, desconhecendo-se ainda o destino da tripulação, disse a Polícia.

Pela semana de trabalho de 35 horas

Cerca de 200 mil trabalhadores concentraram-se em Bona

O presidente da Confederação dos Sindicatos Alemães (DGB), Ernst Breit, teceu ontem duras críticas ao governo e ao patronato, ameaçando novas formas de luta para a imposição da semana de 35 horas.

A posição foi assumida durante o comício que culminou uma manifestação sindical realizada em Bona.

A generalidade dos observadores considera que o tom duro utilizado pelo presidente da DGB no seu discurso prenuncia o agravamento dos conflitos laborais actualmente em curso na RFA.

A manifestação em Bona foi organizada pelo sindicato dos metalúrgicos «IG Metall», com o apoio da DGB e da oposição parlamentar social-democrata (SPD) e ecologista (Verdes).

Os organizadores afirmam que participaram no desfile e no comício que o encerrou cerca de 200 mil sindicalistas.

A polícia avalia em apenas cem mil o número de manifestantes.

A marcha destinou-se a pressionar o governo a revogar a decisão do departamento federal do Trabalho de não pagar subsídios aos trabalhadores metalúrgicos indirectamente atingidos pelas greves decretadas pela «IG- Metall».

A greve dos metalúrgicos entrou ontem na sua terceira semana, enquadrando-se na luta dos sindicatos alemães pela imposição da semana de trabalho de 35 horas e pela elaboração de novas estruturas salariais para o sector.

O patronato dos estados federados em greve – Baden-Vuerttemberg e Hessen – foi duramente criticado por Ernest Breit devido à utilização do «lock-out» como resposta às greves.

«O 'lock-out' resulta do frio calculismo de alguns poderosos da economia, de uma minoria que abusa do seu poder, em vez de combater eficazmente o desemprego», disse Breit.

O presidente da DGB, organização que agrupa 17 sindicatos alemães, teceu duras críticas ao governo, acusando-o de ser «aguadeiro do patronato».

Breit não excluiu a possibilidade de serem desencadeadas pela DGB greves de solidariedade a nível federal, se necessário, em apoio da luta dos metalúrgicos.

As associações patronais e alguns representantes do governo reafirmaram entretanto as suas críticas à estratégia da «IG-Metall».

O ministro das Finanças, Gerhard Stoltenberg, afirmou num discurso perante empresários que as greves «põem em causa a recuperação económica, os postos de trabalho existentes e a competitividade internacional da indústria alemã federal».

A «IG-Metall» insiste na reivindicação das 35 horas, enquanto o patronato se recusa até a discutir a adopção da semana de 39 horas sugeridas por alguns sectores do governo.

À coronhada

Palestinianos mortos na prisão

Dois guerrilheiros palestinianos capturados no mês passado depois de terem desviado um autocarro no sul de Israel morreram, devido a fracturas de crânio sofridas após a prisão.

O comunicado do ministro da Defesa, Moshe Arens, que deu a conhecer os resultados da investigação efectuada pela comissão chefiada pelo general Meir Zorea, acrescenta que os culpados serão julgados, ficando o procedimento judicial a cargo do assessor jurídico do governo, Yitzhak Zamir.

O inquérito foi ordenado por Arens, perante as suspeitas surgidas sobre a veracidade de um comunicado do porta-voz militar sobre a operação desencadeada por comandos israelitas para libertar os passageiros do autocarro, sequestrados em 12 de Abril, em Ashdod, distrito de Gaza, por quatro palestinianos.

O comunicado afirmava que os quatro palestinianos tinham sido mortos durante o salvamento dos reféns, mas um fotógrafo e um redactor israelitas tinham visto dois dos sequestradores com vida depois da operação de resgate.

A comissão Zorea apurou que estes dois sobreviventes palestinianos foram mortos posteriormente na prisão pelos comando israelitas, que os golperaram à coronhada até lhes quebrarem o crâneo.

Moçambique

Ultima oferta de perdão aos "bandidos armados"

Os elementos antigovernamentais que se entregarem de livre vontade às autoridades serão perdoados, revela uma nota divulgada pelo presidência de Moçambique.

Dentro de dias, acrescenta a nota, a comissão permanente da Assembleia Popular aprovará uma lei que consagra o perdão para os «bandidos armados» que permitirá que eles reorganizem em liberdade a sua vida de modo a «serem integrados nas diversas actividades de reconstrução nacional».

Moçambique, acrescenta o comunicado, «solicitará à comunidade internacional apoio para programs específicos de integração destes elementos na vida nacional».

No entanto, o Governo chama a atenção para os «bandidos armados» de que «esta é a última oportunidade de se integrarem na vida nacional», concluindo: «os renitentes que persistirem no crime serão combatidos sem piedade».

A nota refere-se igualmente a um documento emitido sábado passado pelo primeiro-ministro sul-africano, Pieter Botha, que condena o terrorismo.

Segundo o Governo de Maputo, Botha «condena de maneira inequívoca os actos de violência, terrorismo e subversão contra o nosso povo e reafirma a decisão sul-africana de cumprir, no espírito e na letra, o acordo de Incomati».

«É de sublinhar a afirmação do Governo sul-africano de fazer todos os esforços possíveis para que se atinja a paz, estabilidade e progresso em Moçambique, de promover a boa vizinhança entre os nossos Estados para benefício de todos os povos da África Austral».

O Governo de Maputo considera ainda tal declaração como «muito positiva» e reafirma a sua decisão de «cumprir integralmente» o acordo de Incomati a fim de «fazer prevalecer na região, e no relacionamento dos dois Estados, um clima de coexistência, boa vizinhança e paz».

A declaração de Botha, afirma Maputo, demonstra que «o banditismo armado perdeu a força que o apoiava».

Auxílio maciço à Arábia Saudita

Trinta barcos dos E ao largo do Golfo P

O número de navios de guerra americanos concentrados na região do estreito de Ormuz atingiu já os trinta, anuncia a agência indiana UNI, que adianta que a frota dos EUA é comandada pelo navio almirante «Kitty Hawk», um porta-aviões equipado com 90 aviões de combate. A UNI refere que, segundo fontes militares americanas, o número de navios americanos duplicará, após a chegada para breve do porta-aviões «América» e da esquadra de barcos de combate que ele conduz. De acordo com o plano inicial do Pentágono, o «América» devia substituir o «Kitty Hawk» na patrulha da região do golfo Pérsico mas, dado o «agravamento da situação na zona», a presença «provisória» dos dois grupos de porta-aviões da Marinha de Guerra americana «ser prolongada por tempo indeterminado». Um outro destacamento de navios de guerra americanos em estado de alerta permanente cruza já o interior do próprio golfo Pérsico.

«A entrada de barcos de guerra americanos no golfo Pérsico arrisca-se a transformar o conflito local irano-iraquiano numa guerra de envergadura», afirma-se num comentário divulgado em Moscovo pela agência «Novosti», assinado pelo seu observador político E. Riabtsev.

O articulista soviético põe em clara contradição a atitude americana no golfo, de forma a garantir a liberdade de navegação, com a sua acção na América Central, em que efectuou a minagem das entradas dos portos da Nicarágua.

Dando conta do reforço do dispositivo americano, naquela região, nomeadamente na Arábia Saudita, o comentarista soviético refere, reportando-se ao jornal norte-americano «Washington Post», que a intervenção americana pode ter lugar, caso os esforços diplomáticos não dêem resultados.

«Na situação actual, sublinha, basta um simples tiro dado a um navio americano por uma granada transviada para dar a Washington a ocasião há longo tempo esperada para desencadear uma intervenção armada contra o Irão».

O articulista chama ainda a atenção para o facto de que as operações americanas no golfo Pérsico a partir de bases na Arábia Saudita e Omã, podem vir a envolver também estes países na guerra, o que, seria aliás, segundo acusa o comantarista soviético, um dos objectivos de Washington.

O artigo foca ainda a questão dos americanos pretende-

Reunião da NATO em Washington

"Não" a novas pro

A NATO rejeitará a apresentação de novas propostas à União Soviética durante a reunião ministerial da Aliança Atlântica a iniciar hoje em Washington – refere o jornal Kolner Stadt-Anzeiger citando fontes governamentais diz a ANOP.

«A Aliança Ocidental reafirmará a sua disponibilidade para o diálogo, mas acentuará igualmente que não fará concessões a Moscovo para o reinício das conversações de Genebra» – acrescenta o jornal de Colónia (RFA), citando aqueles círculos.

A reunião dos ministros dos Negócios Estrangeiros dos 16 estados membros da NATO, que términará na quinta-feira destina-se a analisar em profundidade o estado actual das relações Leste-Oeste.

Um documento da autoria do ministro belga dos Negócios Estrangeiros, Leo Tindemans, cujo conteúdo foi até agora mantido em segredo, constituirá a base para o debate.

No documento final a aprovar em Washington, os aliados ocidentais procurarão mostrar a Moscovo a não existência de divergências no campo ocidental sobre a necessidade de ser reposto o equilíbrio militar Leste-Oeste.

Os Estados Unidos e os aliados europeus da NATO – afirma o jornal – estão convencidos de que «os soviéticos compreenderão que face à unidade ocidental não terão outra alternativa senão regressar à mesa das negociações».

O documento Tindemans – referem os mesmos círculos – destaca a necessidade do reforço militar ocidental e do realismo como base para o estabelecimento de um diálogo construtivo com o Leste.

Os ministros ocidentais farão o ponto da situação das diversas negociações sobre desarmamento e controlo de armamentos entretanto suspensas ou já em curso na Europa, bem como as modalidades possíveis para a melhoria da cooperação e dos mecanismos de consulta entre os países aliados.

Os observadores alemães federais admitem a possibilidade de a situação no golfo Pérsico e noutras regiões de crise releguem para segundo plano as divergências sobre as hesitações da Holanda em cumprir as suas obrigações relativamente ao estacionamento de mísseis norte-americanos de médio alcance tipo cruzeiro.

Os dez países da Comunidade Económica Europeia (CEE) procurarão na reunião de Washington coordenar a apresentação dos seus planos e propostas para a reformulação das infra-estruturas da NATO, Esta questão tem vindo a provocar algum atrito entre Washington e os seus aliados europeus devido à recusa dos últimos em aumentarem a sua comparticipação no financiamento de programas de infra-estruturas para o quinquénio 1985-1990 proposto pelos norte-americanos.

Polémicas

Um porta-voz governamental oeste alemão desmentiu informações difundidas em Washington sobre uma pretensa polé-

EUA Pérsico

em intervir no golfo no quadro a NATO, à semelhança do ue aconteceu no Líbano, través da constituição de ma «Força Internacional», om britânicos e franceses.

Acusando os EUA de querem colocar sob o seu conolo directo todos os Estados ue se encontram na chada zona dos «interesses viis», o comentarista da «Nosti» sublinha que após o seu acasso no Líbano, Reagan uer levantar o seu prestígio, m vésperas de eleições, «orando a sua imagem com os scalpes não só dos granadios, mas também dos iranianos».

Ajuda

Quatrocentos mísseis aéreos «Stinger» norte-americanos e 200 lança-mísseis portáteis chegarão hoje à Arábia Saudita, informa o «New York Times» citando fontes oficiais em Washington.

Uma vintena de técnicos norte-americanos estão preparados para partir imediatamente para Riade, onde deverão instruir os sauditas a manejar os «Stinger», diz ainda o «New York Times».

Para a Arábia Saudita, sairão também proximamente dois aviões de abastecimento no ar KC-10, destinados ao reabastecimento dos caça-bombardeiros F-15 sauditas e dos quatro aviões-radar AWAC's que operam na zona, acrescenta o diário norte-americano.

As notícias sobre este fornecimento de ajuda militar norte-americana à Arábia Saudita surgem algumas horas depois do Irão ter advertido os países conservadores do Golfo para as «graves consequências» de uma intervenção da sua parte na guerra que o opõe ao Iraque.

Riade solicitou ainda o fornecimento de porta-bombas para equipar os F-15, mas em Washington considera-se «pouco provável» que o pedido seja satisfeito, perante as pressões do governo de Telavive e do «lobby» pró-israelita do Congresso dos Estados Unidos, que temem que o armamento entregue aos países árabes seja utilizado contra Israel.

O «Washington Post» referia-se ainda à existência de um «amplo consenso» entre os países da Aliança Atlântica acerca da necessidade de melhorar o equipamento militar da Arábia Saudita e outros países do Golfo. Um alto funcionário do Pentágono encontra-se em Riade para discutir as condições dos novos fornecimentos de armas norte-americanas e acelerar a entrega.

Outra «comissão de inquérito», constituída por 15 militares norte-americana, foi enviada pelo Pentágono ao Kuwait para estudar a capacidade defensiva do país e propor medidas de ajuda.

O Departamento de Estado justifica a atenção especial para a evolução da situação militar no Golfo Pérsico pela importância da livre navegação na região para as importações ocidentais de Petróleo.

Um relatório do Departamento de Estado assinala que, em 1983, os Estados Unidos compraram nos países do Golfo 14,7 por cento do total das suas importações de petróleo.

postas ao Leste

nica entre os Estados Unidos e a Alemanha Federal em torno do comunicado final da reunião tlântica que principia hoje na capital norte-americana.

As notícias, referindo supostas divergências entre o secretário norte-americano de Estado, George Shultz, e o ministro alemão federal dos Negócios Estrangeiros, Hans-Dietrich Genscher, sobre a posição da NATO relativamente ao Leste, partiram de «fontes mal informadas» e foram recebidas com surpresa em Bona – acrescentou o porta-voz.

A polémica surge na véspera da conferência dos chefes da diplomacia dos países da Aliança Atlântica em Washington e prende-se com os desejos dos membros europeus da NATO de que o documento final destaque a política de desanuviamento dos primeiros anos 70, preterida depois de Ronald Reagan ter ascendido à presidência dos Estados Unidos.

Segundo as informações desmentidas em Bona, Shultz escreveu aos homólogos da NATO e em «tom impaciente» pediu a Genscher que renunciasse as suas intenções de introduzir alterações na declaração final.

O governo da Alemanha Federal crê que os peritos da sessão preparatória da Conferência concluam hoje as suas deliberações com um acordo sobre o texto definitivo. Espera-se que este contenha um novo sinal aos soviéticos que reitere e reforce a oferta de colaboração com o Leste de Dezembro de 1983, rejeitada por Moscovo em consequência da instalação dos euromísseis.

Criado na Galiza um novo partido

Um novo partido, «Coligação Galega», foi formalmente constituído em congresso realizado no último fim-de-semana, em Vigo.

É inspirado e liderado pelo empresário de Orense e ex-deputado pelo «UCD», Aulogio Gomez Franqueira e pretende ocupar o espaço de centro-direita.

A importância política do novo partido é determinada pelo facto de ter provocado posições pré-eleitorais naquela região autónoma e constituir um dos partidos que fará parte do «Partido Reformista», promovido pelo deputado catalão Roca Junyent.

A «Coligação Galega» vai competir na Galiza fundamentalmente com a Aliança Popular, actualmente com maioria na região, e pretende captar os votos do centro nacionalista.

As eleições no Egipto

Partido de Mubarak tem vitória assegurada

Os partidos Nacional Democrático (PND), no poder, e o «Novo Wade» ultrapassaram o mínimo dos 8 por cento necessários para se fazerem representar no Parlamento egípcio, depois de contados mais de metade dos votos das eleições de ontem.

De acordo com os resultados publicados pela agência «MENA», nenhum dos outros três partidos concorrentes obterá essa percentagem mínima.

Segundo esses resultados, o PND conseguiu 68 por cento dos votos e o «Novo Wade» 15.

A surpresa das eleições consistiu na baixa percentagem dos votos obtidos pelo partido nasserista União Democrática Progressista, ao qual os observadores auguravam uma grande votação. Para o Partido Socialista do Trabalho e o Liberal, ninguém previa grandes resultados.

Embora as estatísticas oficiais não indiquem percentagem de abstenções, julga-se que foram muito elevadas em todo o país.

Rifaat El Said, o segundo dirigente da União Democrática Progressista, disse hoje aos jornalistas que as informações recolhidas pelo partido indicam que votaram apenas vinte por cento dos eleitores inscritos.

Os resultados definitivos serão anunciados amanhã à noite, segundo informou o Ministério do Interior.

Embora tenha obtido uma clara maioria nacional, o Partido Nacional Democrático parece ter vencido com dificuldade na cidade de Port Said e em alguns bairros do Cairo.

Os matutinos estatais desta cidade referem um único incidente importante durante as eleições, o assassínio de uma candidata do Partido Socialista do Trabalho em Luxor, por membros do partido no poder.

Ao contrário, os quatro partidos da oposição referem numerosos casos de violência, em particular nos círculos em que eram candidatos dirigentes do Partido Nacional Democrático.

As eleições parlamentares de ontem foram as primeiras realizadas desde a alteração da Constituição, em 22 de Maio de 1980, que instituiu um regime pluripartidário.

Foram também as primeiras realizadas desde que Hosni Mubarak, que assumiu a presidência da República em Outubro de 1981, libertou os presos políticos, permitiu a publicação de jornais da oposição e garantiu a liberdade de reunião.

Durante a campanha eleitoral, cada um dos cinco partidos dispôs de 80 minutos na Rádio e Televisão para expor o seu programa.

A eleição foi feita pelo sistema proporcional, sendo reservados às mulheres cinco lugares no Cairo, dois em Alexandria e mais 31 nos outros círculos eleitorais.

Em Moscovo, a última edição do jornal «Pravda», incluía comentários favoráveis ao presidente egípcio Hosni Mubarak, escrevendo que as eleições parlamentares foram mais justas do que as anteriores e que o chefe do Estado do Egipto renunciou a algumas políticas do seu antecessor, o falecido Anwar Sadat.

O órgão do Partido Comunista da União Soviétida afirma que todos os partidos concorrentes às eleições apelam para uma normalização das relações com a União Soviética, que foram muito afectadas durante a era de Sadat, mas que têm vindo a melhorar com Mubarak.

O chanceler alemão-federal, Helmut Kohl, com o primeiro-ministro francês Pierre Mauroy, à entrada da residência deste último. (Telefoto UPI/NP/DL)

Khol e Mitterrand:

Por uma maior unidade política da Europa

O chanceler alemão-federal, Helmut Kohl, apoiou ontem firmemente o presidente Mitterrand, num apelo a uma maior unidade política na Comunidade Europeia.

A unidade, disse Kohl no fim do primeiro dia de reuniões com o presidente francês, em Paris, não deve limitar-se a acordos aduaneiros ou a zonas de comércio livre.

O futuro da Europa reside na sua unidade política. Nós, europeus, temos de falar com uma única voz, se quisermos ser escutados fora da Europa, frisou o chanceler em declarações aos órgãos de Comunicação.

«Somente desta forma», continuou, «poderemos alcançar o potencial de influência da Europa no mundo».

Referindo-se às relações bilaterais entre a França e a Alemanha Federal, Kohl revelou que tanto Paris como Bona desejam uma maior cooperação industrial.

«Concordamos em que (...) temos de empreender projectos conjuntos no campo da tecnologia de ponta, informação, pesqueisa espacial, novas formas de comunicação social e televisão, a fim de não perder o contacto com os líderes do mundo, ou para o readquirir», acrescentou o chanceler.

Por sua vez, o ministro alemão-federal da Defesa, Manfred Woerner, disse aos jornalistas que os dois países estão empenhados no estudo de uma vasta gama de empreendimentos militares conjuntos, inclusive um sistema de satélites que poderá, enventualmente, ter utilização militar.

Brax & Brax

Mais um ano na vida de uma grande família

Realizou-se no passado dia 13 de Maio mais um almoço de confraternização do Braz & Braz.

Dizer que foram necessários 16 autocarros para transportar as cerca de 900 pessoas que participaram nesta reunião, é bem pouco.

Porque os empregados do Braz & Braz e seus familiares sabem que esta é uma ocasião muito especial. O dia em que a grande família Braz & Braz se encontra e mata saudades.

Desta vez, vieram de Lisboa e Porto, rumo a Santarém, para se deliciarem com a saborosa cozinha regional. Mas, antes disso, houve um aperitivo tão ao gosto português — aconteceu Festa Brava, com a tourada realizada na Praça de Touros de Santarém. Depois, já no fim do almoço, no meio de grande alegria, foram distribuídos prémios aos vencedores das provas desportivas organizadas pelo Grupo Desportivo Braz & Braz, durante o ano de 1983.

Esta foi a forma como todos comemoraram 207 anos de existência Braz & Braz. Uma forma de convívio saudável e alegre, como só uma grande família sabe ter.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DO PLANO

COMANDO GERAL DA GUARDA FISCAL
CONSELHO ADMINISTRATIVO

AVISO

CONCURSO PÚBLICO PARA O FORNECIMENTO DE «UM BARCO RÁPIDO DE FISCALIZAÇÃO».
— PROCESSO N.º 207/84

1. Faz-se público que foi adiado para as 17h30 do dia 20 de Agosto de 1984, a entrega das propostas para o fornecimento, à Guarda Fiscal, de UM BARCO RÁPIDO DE FISCALIZAÇÃO.
2. As propostas serão abertas às 10h00 do dia imediato, 21 de Agosto de 1984.
3. Em tudo o mais manter-se-á o preceituado no respectivo Caderno de Encargos.

TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SANTO TIRSO

ANÚNCIO

CARTA PRECATÓRIA N.º 93/84, extraída dos autos de execução de sentença n.º 2804-B da 2.ª Secção do 11.º. Juízo Cível da Comarca de Lisboa, em que são partes:

Exequente: PORTUGAL-PREVIDENTE, Companhia de Seguros, SARL; e

Executados: JOSÉ LOPES VIEIRA e mulher LUCINDA DA SILVA AREAL, residentes no Lugar do Bicho, Guidões, Santo Tirso.

FAZ-SE SABER que no dia 20 do próximo mês de Junho, pelas 10 horas, neste Tribunal Judicial, se há-de proceder à arrematação em hasta pública, pela 1.ª vez e pelo maior lanço oferecido acima do valor indicado nos autos, do bem penhorado ao executado, e que a seguir se indica:

VERBA ÚNICA

— Uma betoneira da marca «METEC» de cor amarela, em bom estado de funcionamento e conservação, com motor acoplado, a gasóleo, a que foi atribuído o valor de setenta mil escudos (70 000$00).

Santo Tirso, 16 de Maio de 1984.

O JUIZ DE DIREITO,
(Aníbal do Nascimento Rodrigues Jerónimo)

O ESCRIVÃO ADJUNTO,
(José Carlos Abelha Carvalho Fontes)

DL – 29/5/84 – 1.ª Pub.

NOTARIADO PORTUGUÊS

14.º CARTÓRIO NOTARIAL DE LISBOA
RUA DA VITÓRIA n.º 94-1.º
NOTÁRIO LIC. MANUEL GONÇALVES PEREIRA

Certifico para efeitos de publicação, que por escritura de quinze de Maio de mil novecentos e setenta e nove, lavrada de folhas 90 verso a folhasa 93, do livro de notas 750-B, deste Cartório, foi reforçado o capital da sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada sob a firma «JORGE DE MATOS LIMITADA», com sede em Lisboa, na Rua dos Sapateiros, número cinquenta e quatro, primeiro andar, para trezentos mil escudos, mediante o aumento de cem mil escudos.

Que o referido reforço encontra-se integralmente realizado em dinheiro e foi subscrito pelos sócios da forma seguinte:

JOAQUIM LEONARDO DAS NEVES, MARTINS ROSA, setenta mil escudos;

MÁRIO JORGE DE CORREIA CAETANO ROSAS, trinta mil escudos;

Que outrossim e em consequência do referido reforço, o artigo terceiro do pacto social passa a ter a seguinte redacção:

TERCEIRO: O capital social é de trezentos mil escudos, está todo realizado em dinheiro e nos diversos valores da sociedade e corresponde à soma das quotas dos sócios, que são de cento e cinquenta mil escudos cada um.

Está conforme.

Lisboa e referido 14.º Cartório Notarial de Lisboa, aos dois de Maio de mil novecentos e oitenta e quatro.

O 3.º Ajudante
(assinatura ilegível)

RN RODOVIARIA NACIONAL

EXPRESSOS RN

— ALTERAÇÃO DOS TERMINAIS EM LISBOA —

A RODOVIÁRIA NACIONAL E.P. INFORMA O PÚBLICO QUE A PARTIR DO PRÓXIMO DIA 12 DE JUNHO, TODOS OS SEUS SERVIÇOS EXPRESSO PASSARÃO A TER O SEU LOCAL DE CHEGADA E PARTIDA EM LISBOA NO TERMINAL SITUADO NA:

AV. CASAL RIBEIRO N.º 18

Para mais informações:
LISBOA — Telefones:
725807 - 725832 - 725854
(Dias úteis das 08h00 às 20h00)

RN RODOVIARIA NACIONAL

DESPACHOS RN

A Rodoviária Nacional, E.P. informa o público, que a partir do **próximo dia 12 de Junho,** os nossos serviços de despachos de mercadorias em Lisboa, funcionarão do seguinte modo:

Expedição de despachos

- Estação «Casal Ribeiro» — Av. Casal Ribeiro, n.º 18
  Aceita expedição de despachos para localidades a Norte de Lisboa (1)

- Estação «5 de Outubro» — Av. 5 de Outubro, n.º 75-C
  Aceita expedição de despachos para localidades a Sul de Lisboa

Recepção de despachos

O levantamento de despachos será realizado na Av. 5 de Outubro, n.º 54-C

Observações

1) Excepto para: Aveiras, Alcoentre, Cercal, Azambuja, Carregado, Almeirim, Chamusca, Coruche e Portalegre. Para estas localidades a expedição será realizada na Av. 5 de Outubro, n.º 75-C.
2) Os despachos chegados à Av. Casal Ribeiro até dia 11 de Junho poderão ser levantados nesta mesma estação.
   Os chegados após esta data serão levantados na Av. 5 de Outubro, n.º 54-C.
3) O movimento de despachos que se processa nos terminais do Marquês de Pombal, Rua Antero de Quental e Praça de Espanha não sofrerão quaisquer alterações.

RN

Para mais informações:
LISBOA — Telefones: 725807 - 725832 - 725854
(Dias úteis das 08h00 às 20h00)

RN RODOVIARIA NACIONAL

CARREIRAS DE LONGO CURSO RN

— ALTERAÇÃO DOS TERMINAIS EM LISBOA

A Rodoviária Nacional, E.P. informa o público que **a partir do dia 12 de Junho** as carreiras de longo curso com destino a:

— Torres Vedras
— Peniche
— Santa Cruz
— Lourinhã
— Leiria (Via T.Vedras)
— Nazaré (Via T. Vedras)
— Alcobaça (Via T.Vedras)
— Caldas da Rainha (Via T.Vedras)

Passarão a ter o seu local de partida e chegada a Lisboa na estação situada na Av. Santos Dumond, n.º 57-A.

As carreiras de longo curso com destino a:

— Coruche
— Portalegre
— Samora Correia
— Benavente
— Salvaterra de Magos
— Chamusca
— Glória do Ribatejo
— Tomar
— Azambuja
— Leiria (Via Rio Maior)
— Caldas Rainha (Via Alcoentre)
— Torres Novas
— Alcoentre
— Santarém
— Cercal
— Serra de Tomar
— Nazaré (Via Alenquer)
— Alcobaça (Via Alcoentre)
— Monsanto
— Mira D'Aire
— Rio Maior
— Vermelha
— Peral

Passarão a ter o seu local de partida e chegada a Lisboa na estação situada na Av. 5 de Outubro, n.º 75-C.

RN

Para mais informações:
LISBOA — Telefones: 725807 - 725832 - 725854
(Dias úteis das 08h00 às 20h00)

DESPORTO

ponta esquerda

Maradona: o homem-milhões

Depois do brasileiro Sócrates e do alemão federal Rummenigge, o futebol italiano recebeu a notícia da quase garantida trasnferência do argentino Maradona para o Nápoles. A informação rebentou como uma bomba nos círculos futebolísticos transalpinos, com Nápoles delirando ao ponto de um grupo de adeptos ter feito uma serenata junto à residência do presidente do clube napolitano (Corrado Ferlaino) e outros escrito nas paredes «Diego Maradona, rei de Nápoles».

A Imprensa italiana dá como certa a transferência, considerando mera formalidade a reunião da direcção do Barcelona que discutira o contrato. Segundo o «Corriere Della Sera», o contrato seria assim: o Nápoles paga ao Barcelona 7 650 000 dólares (cerca de um milhão de contos) e Maradona recebe quase um milhão de dólares por ano (cerca de 140 milhões de escudos), mais 25 por cento da receita dos jogos particulares do Nápoles no país e no estrangeiro em que o «internacional» argentino alinhe. O contrato terá quatro anos de validade, mas o Nápoles estaria disposto a subscrevê-lo por cinco.

O Barcelona substituirá Maradona por Rush (do Liverpool) e para tal operação (acrescenta o «Corriere Della Sera») vários directores do clube catalão deslocam-se amanã a Roma, para a final da «Taça dos Campeões Europeus».

A cobertura financeira da transferência de Maradona para o clube italiano foi garantida por um grupo de bancos. O Banco de Roma adiantou meio milhão de dólares e será o maior participante no negócio, juntamente com o Banco Nacional do Trabalho. Adeptos do Nápoles sugeriram já a subscrição de contribuições especiais para ajudar a direcção do clube na «operação Maradona». Se a transferência do astro argentino se confirmar, o futebol italiano ficará com a maioria dos principais futebolistas do mundo. De facto, jogam actualmente em Itália o francês Platini (Juventus), os brasileiros Zico (Udinese) e Falcão (Roma) e recentemente o Inter contratou o alemão federal Rummenigge e a Fiorentina o brasileiro Sócrates, «capitão» do escrete «canarinho».

●

O Cosmos de Nova Iorque venceu o Barcelona (de Espanha) por 5-3 na primeira jornada do torneio transatlântico de futebol, disputada em Nova Iorque. O Cosmos, que organiza esta prova há cinco anos, defrontará (domingo) na final a Udinese (de Itália) que bateu o campeão brasileiro (Fluminense) por grandes penalidades, após empate (1-1) no tempo regulamentar.

O «internacional» argentino Diego Maradona falhou um «penalty» aos 73 minutos, quando o resultado estava em 4-2, numa partida disputada sob chuva intensa e a que assistiram apenas 25 mil pessoas, no «Giants Stadium». O Barcelona chegou a estar a vencer por 2-0, mas ao intervalo o Cosmos já ganhava por 3-2, com golos de Cabanas, Moyers e Neeskens, de grande penalidade. Na 2.ª parte, Moyers e Bogicevic marcaram mais dois golos da equipa norte-americana. Husillos marcou os três golos do Barcelona.

Agostinho: homenagem do ciclismo francês

O ciclista francês Marcel Tinazzi, que no sábado ganhou a «clássica» Bordéus-Paris, veio ontem a Lisboa entregar à viúva de Joaquim Agostinho o ramo de flores ganho naquela prova. Tinazzi, que é presidente da Liga Francesa dos Ciclistas Profissionais, dedicou o seu triunfo de sábado a Joaquim Agostinho, e deslocou-se a Portugal para depositar as flores da vitória na campa daquele que foi o maior ciclista português. Acompanhado por Fiel Farinha (director do ciclismo do Sporting), Tinazzi encontrou o cemitério da Silveira encerrado e entregou as flores à viúva de Agostinho. O ciclista francês regressou depois ao seu país.

Árabes estagiam por cá

Os atletas olímpicos da Arábia Saudita e do Qatar estagiam em Portugal entre 1 e 21 de Julho. Os atletas destes dois países árabes permanecerão 21 dias em Portugal antes de partirem para a cidade norte-americana de Los Angeles, onde se desenrolarão os Jogos Olímpicos de 1984. Assim, os olímpicos da Arábia Saudita estagiarão na zona da Costa do Estoril (entre os dias 1 e 21 de Julho), ao passo que os do Qatar ficarão instalados em Braga (no mesmo período).

Francisco Caldeira novamente olímpico

O cavaleiro Francisco Caldeira (35 anos e já olímpico em Munique) foi designado para os Jogos de Los Angeles, onde vai montar «Rubi II».

Acácio Silva vai 7.º no "Giro"

Acácio da Silva ocupa a 7.ª posição na classificação geral da Volta à Itália em Bicicleta, após a 10.ª etapa, disputada na distância de 209 quilómetros, entre Cava Dei Tirreni e Isernia. A corrida foi ganha pelo francês Martial Gayant, que gastou 5 horas, 40 minutos e 57 segundos, menos vinte segundos que o pelotão, que integrava os primeiros da geral. Entre o vencedor da tirada e o pelotão cortaram a meta o francês Charles Mottet (2.º), o italiano Giuseppe Saroni (3.º) e o belga Roger de Vlaeminck (4.º), que gastaram mais 19 segundos que Gayant. Classificação geral dos dez primeiros:

1. Francesco Moser (Itália), 44 h. 14 m. 33 s.; 2. Moreno Argentin (Itália) a 39 segundos; 3. Roberto Visentini (Itália), 49; 4. Laurent Fignon (França), 54; 5. Marino Lejarreta (Espanha), 1,35; 6. Van Der Veld (Holanda), 2,04; 7. Acácio da Silva (Portugal), 2,06; 8. Beat Breu (Suíça), 2,10; 9. Giovanni Battaglin (Itália), 2,14; 10. Mário Beccia (Itália), 2,16.

Artur Jorge e Octávio treinadores do Porto

Artur Jorge e Octávio deverão assinar, dentro de dias, contratos com vista à próxima época, como responsáveis pela orientação do futebol sénior do FC Porto, sucedendo, assim, à dupla Pedroto/Morais, cujos contratos com o clube das Antas cessam no fim de Junho próximo. Da anterior equipa técnica portista, apenas João Mota deverá continuar (como preparador físico), enquanto António Morais é apontado como o futuro técnico do Vitória de Guimarães, levando consigo o professor Fernando Duarte.

Entretanto, fala-se na possibilidade de Pedroto vir a assumir o cargo de supervisor, sem funções de campo, o que corresponderia à concretização de um velho projecto do conceituado treinador. Tudo depende da evolução do estado de saúde de Pedroto que, ultimamente, tem sido visto nas Antas, designadamente em jogos das categorias juvenis do clube.

Artur Jorge e Octávio (dois homens que já defenderam as cores «azuis e brancas» ao mais alto nível) são tidos como «gente da casa», condição importante para a sua contratação. Recorde-se, a propósito, que Octávio acompanhou o FC Porto na final da Taça das Taças e que Artur Jorge (**menino prodígio do futebol**, descoberto por Pedroto num torneio infantil portuense) sempre foi credor da estima e consideração do afamado técnico, chegando, por diversas vezes, a ser apontado como seu «sucessor».

Totobola: prémios

Cinco apostadores do Totobola acertaram em 13 resultados no Concurso n.º 21, recebendo cada um 2 630 566 escudos. Os serviços de escrutínio apuraram ainda 242 apostas com 12 resultados certos, cabendo a cada uma 54 349 escudos.

Siga a dança

Prosseguem os recrutamentos e mudanças, de técnicos e jogadores, com vista à próxima temporada: José Carlos poderá ser o novo treinador do Estarreja, José Pedro (extremo-esquerdo do Peniche) muda-se para o Sporting, o Belenenses recebe Norton de Matos (Portimonense), Rosário (União da Madeira), Melo (Sporting), Artur (Penafiel) e Murça II (Guimarães). Por seu lado o guarda-redes Borota deixa o Boavista: vai para os ingleses do Coventry e o Rio Ave recruta Rui Lopes (Leixões) Juanico (Varzim), José Manuel (Boavista), Álvaro (Penafiel), Figueiredo (Belenenses) e Chico Faria (ex-júnior benfiquista que tem estado no estrangeiro).

Entretanto, chegou a Setúbal o avançado Aparício, contratado no futebol francês. O técnico Pedro Gomes foi dispensado do Nacional da Madeira: o sucessor será um treinador local.

José Rafael assinou ontem pelo Boavista

Concretizou-se ontem, à tarde, através da assinatura do respectivo contrato, a transferência do «ponta de lança» José Rafael do Farense para o Boavista, onde deverá permanecer, pelo menos, duas épocas. Fruto das escolas do Sporting Farense, onde se iniciou com 13 anos de idade, José Rafael mudou-se mais tarde para o vizinho Portimonense, regressando ao seu clube de origem onde viria a notabilizar-se como goleador. Uma lesão (fractura no peróneo), contraída em Março último (no jogo com o Sporting de Braga,) retirou-lhe, porém, a possibilidade de discutir o título de «rei dos marcadores» que, então, perseguia destacado.

Agora com 25 anos, José Rafael apresta-se para dar um novo rumo à sua carreira futebolística, conforme fez questão de declarar ao 'DL': «Vim para o Boavista a pensar no futuro, já que aqui disponho de melhores condições de trabalho. Estou totalmente recuperado da lesão e, por isso, confio que no início da próxima época estarei apto a justificar a confiança que em mim depositaram os dirigentes do Boavista e em especial o major Valentim Loureiro».

Refira-se que José Rafael é dirigente do Sindicato dos Jogadores de futebol e que, no Boavista, militam mais dois elementos do mesmo organismo de classes: Frederico e Parente.

Meninas em Loures

O Centro Escolar Republicano Tenente Valdez, em colaboração com o Pelouro da Cultura e Desporto da Câmara Municipal de Loures, Junta de Freguesia de Odivelas e Associação de Futebol de Lisboa, vai levar a efeito nos dias 2 e 3 de Junho o seu 3.º Torneio Quadrangular de Futebol Feminino com as equipas do União de Coimbra, União R. de Coina, Grupo SP. de Carcavelos e Odivelas Futebol Clube. O calendário dos jogos a 2 de Junho: 16 H: Coina/Carcavelos; 18 H: U. Coimbra/Odivelas. Dia 3: 15 h; 3.º e 4.º; 17 h; 1.º e 2.º.

Inatel em Itália

De 30 do corrente a 2 de Junho, irá decorrer em Turim (Itália) a 1.ª edição do Campeonato Internacional de Futebol do CSIT (Copiee Comité Sportif International du Travail). Portugal estará representado por uma selecção do Inatel, composta por jogadores do distrito do Porto, que defrontará as selecções de Itália, França, Dinamarca, Israel e Suíça. A selecção portuguesa é acompanhada pelo professor Carvalheira (técnico da equipa) e pelo dr. Diogo de Sousa (chefe do Departamento de Actividades Desportivas do Inatel).

Lusitânia nos EUA

A equipa de futebol do Lusitânia (dos Açores) perdeu por 1-0 com a Académica de Fall River, em jogo disputado em New Bewdford. A Académica de Fall River é a equipa campeã da Associação de Futebol Luso-Americana.

O Lusitânia encontra-se em digressão pelos Estados Unidos, tendo já vencido no domingo, por 2-1 a equipa dos Unidos (em Lowell, Massachusetts).

A equipa açoriana efectua mais dois jogos nos Estados Unidos: um em Tanton (no dia 31) e outro em East Providence (dia 3 de Junho) seguindo depois para o Canadá, onde participa num torneio comemorativo do «Dia de Portugal».

RFA: selecção

Juppe Derwall escolheu os vinte jogadores para a selecção da Alemanha Federal que disputará a fase final do europeu sénior de futebol, em Junho (na França) integrada no grupo 2, com a Espanha, Portugal e Roménia.

A lista dos seleccionados alemães é a seguinte:

● Guarda-redes: Dieter Burdenski (do Werder Bremen), 33 anos, 1,80 m de altura, 12 vezes internacional; Helmut Roleder (Estugarda) 30 anos, 1,82 m, uma internacionalização; Harald Schumacher (Colónia), 30 anos, 1,86, 48 internacionalizações .

● Defesas: Hans-Peter Brigel (Kaiserslautern), 28 anos, 1,87,50 int; Wolfgang Dremiler (Bayern Munique), 29 anos, 1,78,27 int; Berned Foester (Estugarda), 28 anos, 1,30, 30 int.; Karl-Heinz Foerster (Estugarda), 26 anos, 1,79,58 int; Uli Stielike (Real Madrid) 29 anos, 1,74,38 int; Gerd Strack (Colónia), 29 anos, 1,85, 10 int; Andreas Brehme (Kaiserslautern) 23 anos, 1,79,5 int.

● Médios: Hans-Guenther Bruns (Borússia M'Gladbach), 29 anos, 1,78,3 int; Guido Buchwald, (Estugarda), 23 anos, 1,86, uma int; Wolfgang Rolff, (Hamburgo), 24 anos, 1,80,10 int; Norbert Meier (Werder Bremen), 25 anos, 1,74,12 int; Lothar Matthaeus, (Borússia M'Gladbach) 23 anos, 1.73,23 int.

● Avançados: Karl-Heinz Rummenigge (Bayern Munique) 28 anos, 1,82,75 int; Klaus Allos (Colónia), 27 anos, 1,74,29 int; Rudi Bommer (Fortuna Dusseldorf), 26 anos, 1,90, 4 int; Pierre Littbarski (Colónia) 24 anos, 1.68,26 int; Rudi Voeller (Werder Bremen), 24 anos, 1,79,15 int.

Jugoslávia apresenta-se

O seleccionador jugoslavo Todor Veselinovic incluiu o avançado Zlatko Vujovic, (lesionado) na lista dos 20 para o Europeu de futebol. Vujovic (dianteiro do Hajduk Split) está a ser submetido a tratamento e Veselinovic acredita na sua recuperação antes dos Jogos, em França. A selecção jugoslava, incluída no grupo um (com a França, Bélgica e Dinamarca) defronta as equipas nacionais de Portugal e da Espanha, a 2 e 7 de Junho, antes de chegar a França (dia 8).

O centro-campista Safet Susic (a jogar no Paris Saint-Germain) é o único futebolista a actuar no estrangeiro que foi chamado ao lote dos 20 de Veselinovic. No Europeu, a Jugoslávia defronta a Bélgica a 13 (Lens), a Dinamarca a 16 (Lyon) e a França a 19 (Saint-Etienne). Os 20 seleccionados são:

● Guarda-redes (2): Zoran Simovic e Tomislav Ivkovic.

● Defesas (7): Nenad Stojkovic, Ljubomir Rmanovic, Mirsad Baljic, Josep Cop, Branko Miljus, Faruk Hadzibegic e Marko Elsner.

● Médios (6): Ivan Gudelj, Mehmed Bazdarevic, Safet Susic, Srecko Katanec, Dragan Stojkovic e Velimir Zajec.

● Avançados (5): Zlatko Vujovic, Sulejman Halilovic, Milos Sestic, Milko Djurovski e Stjepan Deveric.

Placard

Troféu em Espanha

Portugal é um dos 20 países representados no segundo troféu de atletismo Villa de Madrid que hoje decorre na capital espanhola. A Jordânia retirou-se à última hora, ficando presentes Cuba, Bulgária, Portugal, Holanda, Bélgica, URSS, França Argentina, Chile, Roménia, Checoslováquia, Irlanda, Argélia RFA, Suécia, Itália, Marrocos Polónia, Estados Unidos e Espanha.

João Campos, Carlos Cabral e António Atabão participam nos 1500 metros deste encontro internacional, onde vão estar alguns nomes importantes do atletismo mundial. Entre eles, o polaco Zdislaw Hoffman (medalha de ouro do triplo salto, nos mundiais de Helsínquia) dois checos e, também campeões mundiais (Imrrich Bugar e Helena Fibingerova), do alemão-federal Dietmar Mogenburg (campeão mundial do salto em altura, em pista coberta) e do velocista soviético Alexander Karlow, 3.º em Helsínquia (atrás de Moses e Smith).

Pugilismo: Nacionais

O Sporting conquistou o título de campeão nacional de pugilismo, nas Caldas da Rainha, seguido do 1.º de Maio (do Barreiro) e do Beira-Mar. Os «leões» obtiveram três títulos individuais numa competição que reuniu 32 pugilistas de quatro Associações (Lisboa, Porto, Setúbal e Portralegre). Listas dos campeões: moscas ligeiros (48 quilos) – Alfredo Miranda (Sporting); moscas (51) – Adelino Livramento (Belenenses); galos (54) – José Fernandes (Beira-Mar); plumas (57) – Carlos Pereira (Sporting); ligeiros (60) – Alcino Palmeira (FC Porto); meios-médios ligeiros (63,5) – Horácio Ribeiro (Águias da Musgueira); meios-médios (67) – Vítor Carvalho (Sporting); médios-ligeiros (71) – Vítor Albuquerque (1.º de Maio); médios (75) – Adrião Pipa (1.º de Maio); meios-pesados (81) – David Gouveia (Gueifães). António Magalhães (Beira-Mar) foi proclamado campeão nacional de pesados (91), por não ter tido competidor.

Ténis de mesa vai à Bélgica

A fim de participar nos campeonatos internacionais de ténis de mesa na Bélgica, organizados pela Federação Operária de Ténis de Mesa, deslocou-se àquele país uma delegação do Inatel, composta pelos jogadores José Martins, João Oliveira Jerónimo Pina, Victor Veiga Zulmira Santos e Rosa Salgado Os campeonatos decorrerão em Bruxelas, entre 27 do corrente e 2 de Julho. Acompanha a representação portuguesa o seleccionador António Martins e o técnico prof. Américo Fonseca.

Xadrez nacional

O Campeonato Nacional de Xadrez em partidas rápidas (individual e por equipas) disputa-se nos dias 9 e 10 de Junho, no Porto. A organização do torneio pertence ao F. C. da Foz e a Boavista Futebol Clube sob égide da Federação Portuguesa de Xadrez.

Emídio Pinto sucede a Manuel Graça no comando do ciclismo de Alvalade

Emídio Pinto é o novo técnico da equipa de ciclismo do Sporting/Raposeira, devendo orientar o conjunto leonino já no «Grande Prémio Abimota», que principia depois de amanhã. Logo após a morte de Joaquim Agostinho, o técnico Manuel Graça fez saber aos dirigentes do Sporting a sua disposição de abandonar as funções que vinha desempenhando, decisão que seria aceite. Dados os compromissos assumidos pelo clube de Alvalade, os dirigentes leoninos trataram de assegurar a substituição de Manuel Graça, contratando um técnico igualmente experiente e conhecedor da maioria das atletas sportinguistas que orientou (com excelentes resultados) quando estava à frente do ciclismo no FC Porto. Anteriormente fora convidado Mário Miranda, que optou por isso dirigir a turma do Vigaminho.

DESPORTO

Pela 1.ª vez em 10 anos: luta pelo comando do Sporting

Marcelino de Brito: "está desgastada

Subitamente, a monotonia que (de há dez anos a esta parte) rodeava os diferentes actos eleitorais da vida sportinguista é quebrada: surge um opositor à presença no comando do executivo de João Rocha. O nome: Marcelino de Brito.

Nestes tempos em que a tarefa de ser dirigente de um clube (especialmente envolvido nas maiores andanças do futebol profissional) é missão pouco convidativa, mesmo levando em linha de conta que o leme de um símbolo de alto prestígio projecta celeremente as figuras de cúpula, surgirem duas candidaturas à próxima gerência de uma colectividade com a expansão do Sporting faz erguer a pergunta-base: que faz correr para a presidência de um clube que movimenta milhões?

— O lema que defendemos: «devolver o Sporting ao Sporting».

O associado n.º 14 017 do Sporting Clube de Portugal tem uma história muito semelhante à do seu opositor directo: ambos começaram do nada para hoje dominarem o mundo da finança e dos negócios. Marcelino de Brito Pinho Leal nasceu há 41 anos, em Tondela. Veio para Lisboa e, dos 17 aos 28 anos, foi empregado na Sociedade Portuguesa de Explosivos, agora pertencente à INDEP. Depois, transitou para a empresa Explosivos da Trafaria, onde permaneceu cerca de oito anos, até que, de braço dado com José Garnel (antigo praticante de atletismo e voleibol, filho de um ex-recordista do lançamento do peso) fundou o DEFEX-Portugal. Adquiriu o antigo Restaurante «Senhor Vinho» (que pertencia a Maria da Fé, José Luís Alcaria e ao malogrado fadista Mello Correia) e reabriu-o com o nome de «Chez I». Com o major Canto e Castro (que foi Conselheiro da Revolução) criou a GRUPESCA, onde detém 65/100 do capital desta empresa mista que trabalha com a Guiné-Bissau. Tem em construção, nos Estaleiros de São Jacinto (Aveiro) cinco barcos de pesca, adquiridos à Empresa Vilarinho e está actualmente a negociar o aluguer da frota da Companhia Portuguesa de Pesca (que se encontra em estado de falência). A esse respeito, Marcelino de Brito diz:

— Temos pesqueiros. É preciso dar trabalho a quem ficou no desemprego. A ocupação é necessária e importante para a vida. E ninguém pode parar, mesmo que se imagine já realizado: por isso estou a formar outra sociedade mista com a Guiné-Bissau, para exploração agrícola. Também fui convidado pelo governo de São Tomé e Príncipe para elaborar um projecto de industrialização de diversos recursos locais (nomeadamente do cacau) e tenho negociações fechadas para aquisição de uma empresa têxtil, na Beira Baixa.

Casado com Ana Maria, pai de duas raparigas (Ana Sofia de 15 anos, Ana Margarida de sete) Marcelino de Brito é categórico quando vinca: **«é preciso humanizar o Sporting. O presidente não pode ser uma figura equidistante».**

Terá (isso sim) de se preocupar com a gestão global do clube, porque as suas responsabilidades são mais vastas e dilatadas que as de mero responsável pelo futebol. Em face deste meu conceito, escolhi diversos vice-presidentes, cada qual com seu pelouro e a incumbência de serem eles os únicos a seleccionarem a equipa com quem desejam trabalhar. Sem hierarquia e organização diversificada, não há clube que resista.

Adianta:

– Não compete ao presidente de um clube como o Sporting marchar por esse mundo fora à procura de jogadores: ele apenas tem de aparecer no momento de rubricar um contrato e assumir a responsabilidade dessa assinatura, colocada em documentos que são elaborados pelos vice-presidentes, que apenas contratam atletas depois de ouvidos os competentes pareceres dos técnicos, e não como até agora.

A seu lado

Marcelino de Brito garante que dispõe já de muitos milhares de apoiantes. Listas de assinaturas de adesão estão a chegar de todo o País. Formaram-se três comissões de apoio: Honra, Executiva e leitoral. Nomes?

– Quatro antigos presidentes do Sporting estão na minha Comissão de Honra: os generais Homem de Figueiredo e Sá Viana Rebelo, Francisco do Cazal-Ribeiro e o dr. Guilherme Brás Madeiros. Outras 21 figuras, de alta relevância na vida social e política do País, englobam esse conjunto. Quero provar que o Sporting não nasceu em 1973. Foi preciso que trouxesse agora à luz da publicidade determinadas figuras para que a actual direcção se lembrasse que elas existiam.

Prossegue o depoimento de Marcelino de Brito:

– Na Comissão Executiva estão José Manuel Torquato, Manolo Vidal e Durvalino Neto (que serão os responsáveis directos pelo sector futebolístico do Sporting), António Olmos e os engenheiros Garcia Pulido, Gomes Nunes, Francisco Escudeiro e Coelho da Mota. A Comissão Eleitoral é coordenada por dois membros da Comissão Executiva e, sem prejuízo de um ou outro nome que possa ainda ser incluído nesse conjunto de personalidades, há (especialmente) três sportinguistas cujos nomes (por razões estratégicas) não quero ainda divulgar que estão dinamizados e dando os últimos retoques na minha campanha, que tem como chefes de grupo Jorge Martins, João Agostinho e Herlânder Fernandes.

O caminho

Historiando:

– Todo este movimento nasceu em Janeiro de 1981: o descontentamento começava a ficar generalizado entre a massa associativa do Sporting.

Eu tinha entrado no futebol sportinguista com o dr. José Maria Canhoto: com ele saí, mas como vivo intensamente o Sporting desde que me conheço, só não tendo sido sócio desde pequeno porque o dinheiro que ganhava não dava para pagar as quotas, sempre me considerando um homem imparcial e correcto em todos os actos e atitudes, não podia ficar indiferente a toda uma situação que sabia não ser a que mais interessava ao meu clube de sempre. Como tenho o tremendo defeito de escrever tudo o que sei e vejo, fiz um relatório para os presidentes e vice-presidentes, dando conta do muito que estava mal no departamento de futebol e no Sporting em geral. Sobretudo do que eu pensava que deveria ser prontamente emendado. Fiz perguntas incómodas e por escrito. Fui convocado para uma reunião pelo dr. Nunes dos Santos, presidente do Conselho Fiscal e Disciplinar, com o propósito de «prestar esclarecimentos». O presidente não se dignou estar presente, mas estive com o presidente da assembleia geral e vice-presidentes. Tivemos uma conversa-debate entre pessoas civilizadas e nesse momento, tal como hoje, afirmei que não me animava o menor propósito de atacar a pessoa do senhor João Rocha: o problema em causa ultrapassava as pessoas, é da colectividade de maior prestígio neste País. Daí que não se podem encaminhar as coisas para um qualquer despique de características pessoais.

Mergulhando no tempo:

– Talvez sem querer, foi o dr. José Maria Canhoto a génese deste movimento, a que chamei de «reflexão leonina». A pouco e pouco fomos reunindo outros associados do Sporting, especialmente a partir do instante em que José Manuel Torquato e Manolo Vida quiseram conhecer-me, logo se verificando uma identificação total sobre aquilo que deveria ser (outra vez) o Sporting. A vida tem de ser cimentada em factos reais, nunca em fantasias.

Face a uma situação que caminha para o completo descalabro, o grupo que estava a meu lado foi sempre crescendo. Em 1982, escrevi um documento que é hoje a base do meu programa eleitoral: infelizmente, o que eu então focava tem hoje a mais plena actualidade. Era preciso fazer alguma coisa: procurámos personalidades alternativas (nomes, hipóteses) que pudessem encabeçar uma lista de alternativa ao senhor João Rocha, seus amigos e funcionários. Não importava a posição social deste ou daquele: o Sporting é de todos os sportinguistas.

Marcelino de Brito continua a desbobinar as palavras com inteiro domínio daquilo que afirma:

— Durante anos, as pessoas foram-se refugiando num comodismo que não pode ser aceite: e o Sporting vivendo à deriva, a bel-prazer de quem hoje se quer intitular «patrão do clube». Patrões são os seus associados. O que de bom ou mau acontecer na vida do clube tem de ter responsabilidade directa dos sócios. Neste momento, nesta encruzilhada do Sporting, teremos de enviar circulares a todos os associados que não têm meios económicos para se deslocarem à assembleia geral eleitoral, porque têm inteiro direito de serem informados do que pretendemos: e vamos conseguir.

«Há perto de um ano e meio, eu e o José Manuel Torquato entendemos que chegara o momento de arrancar com o 'Grupo de reflexão leonina', de virar a página da vida do Sporting. Posso afoitadamente declarar que gostava de me responsabilizar, muito directamente, pela vida do clube, de forma a voltar a ter o nosso Sporting no seu lugar.

A nosso lado está José Manuel Torquato, membro do Conselho Leonino e figura-chave da lista de Marcelino de Brito. Ele diz:

— Era uma personalidade como a de Marcelino de Brito que eu gsotava de ver à frente do Sporting. Foi exactamente isto que, em meados do ano passado, eu lhe afirmei. Estávamos então em condições de candidatarmos solidamente uma lista de alternativa à gerência do Sporting.

Marcelino de Brito atalha:

— Tenho total estabilização da minha vida empresarial e disponho de tempo e dinheiro para comandar o Sporting.

Uma nova imagem

José Manuel Torquato:

— O presidente do Sporting tem de ser uma personalidade com perfil distinto. Os nossos contactos foram consolidando uma amizade. Já na semana passada o disse ao jornal «A Bola»: o meu apoio passa pela convicção, muito firme, de que o senhor Marcelino Bito pode introduzir uma nova imagem de revitabilidade e credibilidade do Sporting no país e no estrangeiro. Hoje, o Sporting passa por uma crise de identidade: não é o Sporting, mas apenas «o clube de João Rocha». Espero que a sua verdadeira imagem volte graças a Marcelino de Brito.

Depois:

— Já se pretendeu confundir duas situações: Marcelino de Brito com Emílio Correia, que eu apoiei num momento de emergência. Foi o impedimento do vazio, do poder cair na rua. Agora, estamos numa hora completamente diferente: sólida, reflectida, pensada. Tinha que se lutar por um novo Sporting, qualquer que fosse o resultado da temporada da primeira equipa de futebol. Era definitiva a proposta de Marcelino de Brito se apresentar às próximas eleições, fruto de uma estrutura que está sólida: e era impossível reunir tantos milhares de associados do Sporting Clube de Portugal em torno de outra qualquer candidatura. Temos muitos milhares de votos assegurados: de há três semanas a esta parte já ganhámos as eleições!

Um novo Alvalade

A palavra outra vez para Marcelino de Brito:

— Não gastámos estes anos apenas a repensar e reflectir o futebol que é a componente mais importante de um mundo muito importante que se chama Sporting. Estivémos sempre preocupados com o património

TEATRO MUNICIPAL DE SÃO LUIZ

RUA ANTÓNIO MARIA CARDOSO 48–TELEF. SECRETARIA 327588/365359–BILHETEIRA 327172

Espectáculos da

Companhia Nacional de Bailado

em colaboração com a

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

PROGRAMA

Dias 31 de Maio, 1, 7 e 8 de Junho às 21.30; dias 2, 3 e 9, às 20h30

* **CONCERTO BARROCO** — Coreog.: G. Balanchine; Música: J. S. Back.

DIÁLOGOS — Coreog.: Armando Jorge; Música: S. Barber.

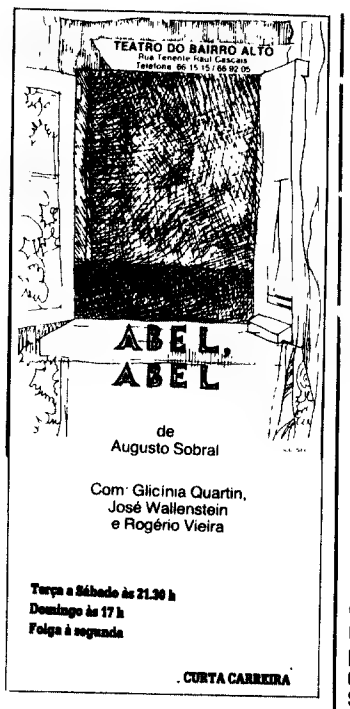
** **A MESA VERDE** — Coreog.: Kurt Jooss; Música: F. A. Cohen.

* Patrocínio do AMERICAN CULTURAL COUNCIL
** Patrocínio do GOETHE INSTITUT por intermédio do INSTITUTO ALEMÃO

Director Artístico
ARMANDO JORGE

HORÁRIO DA BILHETEIRA — Dias úteis das 14 h às 20 h.
Descontos a jovens até 25 anos, 3.ª idade e grupos a partir de 20 pessoas.

APOIO DA RÁDIO RENASCENÇA



MARROCOS
férias exóticas ao seu alcance!

Tanger 4, 5 e 8 dias desde 16.200$

Circuito das Cidades Imperiais
8 dias 38.750$
O AVIÃO AO PREÇO DO AUTOCARRO! GRANDE COMODIDADE

Circuito A Rota dos Kasbahs
O ENCANTO MISTERIOSO DO SUL DE MARROCOS
11 dias 57.750$

Grande Tour de Marrocos
AUTOPULLMAN C/AR CONDICIONADO
9 dias desde 36.300$

Agadir e Marraquech
8 dias 51.400$

Agadir – UMA SEMANA NA PRAIA

"FLY-DRIVE" AVIÃO + AUTOMÓVEL
Conheça MARROCOS a seu gosto com quilometragem limitada durante UMA SEMANA
desde 19.950$ por pessoa

COMPARE OS NOSSOS PREÇOS

VIAGENS HORIZONTE
CONSULTE O SEU AGENTE DE VIAGENS

DESPORTO

a imagem do presidente-patrão"

do clube, que importa defender a todo o transe. Estudámos, ponto-por-ponto, o que fundamentalmente importava construir: e como poderíamos fazê-lo. Temos neste instante um projecto que é algo que possa catalogar de espectacular, não em termos de altura de construções mas em função do complexo desportivo que o Sporting exige. Na altura em que fôr presente aos sócios, esse complexo provocará admiração, porque vai preencher um espaço e visa a funcionalidade e objectivos dos estatutos do Sporting Clube de Portugal.

Abrindo o pensamento, soltando todas as novidades, Marcelino de Brito revela:

— A primeira prioridade passará pelo sancionamento, em assembleia geral, da «sala de visitas do nosso clube», que passará a ser algo que muito orgulhará todos os sportinguistas e fará inveja aos adeptos de todos os outros clubes. O projecto de remodelação do estádio começa por novas entradas e termina no melhor aproveitamento do seu interior. O estádio terá em seu redor um centro de animação: o «Passeio Leonino», com restaurantes, centros de convívio para incentivar as tertúlias (de que

José Manuel Torquato: «o Sporting passa por uma crise de identidade»

nunca terei medo, no caso de ser eleito, porque o Sporting tem de ser discutido para continuar vivo), uma modificação completa das acomodações dos sócios e do público (as quotas são caras, os bilhetes ainda mais e nada se fez para justificar isso). Vamos criar uma verdadeira «Sala de Imprensa», um gabinete para a Comunicação Social onde diariamente haverá informações sobre todas as modalidades praticadas pelo clube, excluindo qualquer tabu e tornando a colectividade tão transparente ao jornal de maior divulgação como até aos que (eventualmente) possam combater a nossa acção. Não haverá apadrinhamentos, nem jornalistas arregimentados para publicarem entrevistas preparadas: tudo vai ser correcto e uniforme, porque jamais cercearemos a missão da Imprensa e nunca nos iremos sobrepor às realidades para criar cortinas de fumo.

Projectos e planos

Mais:

— A sala de troféus do Sporting (riquíssima) é desconhecida da maioria dos sócios: passará a ser pública. Dois vídeos vão ali projectar toda a história do Sporting: estamos a coligir os últimos elementos sobre a vida sportinguista através dos tempos. Ainda há dias, em conversa com um nosso consócio, ficámos a saber que foi a sua avó quem fez os «leões» para as primeiras camisolas do Sporting.

«Cassetes-vídeo dessa história do Sporting, em várias línguas vão correr mundo, de molde a darmos, além como aquém-fronteiras, a dimensão do maior e melhor clube português. Vão ser construídos dois campos com todas as instalações necessárias para os praticantes e para o público, destinados a competições oficiais. Vamos criar um moderno pavilhão polivalente, onde até se poderá praticar o atletismo em pista coberta. Um complexo de piscinas terá total aproveitamento sob o ponto de vista custo / rentabilidade e ficará verdadeiramente soberbo. Outro pavilhão desportivo (mais pequeno) servirá para o hóquei e adaptável a «court» de ténis, embora a seu lado fiquem mais dez campos para ténis e vai nascer o restaurante-bar «A Cabana Leonina», de apoio a todos os praticantes de ténis.

«O fecho do peão (não posso chamar àquilo «nova bancada») será aproveitado para verdadeiros ginásios, evitando que atletas olímpicos do Sporting se preparem em outros clubes. Um hotel e diversos apartamentos vão igualmente ser realidades, com inovações inéditas no nosso país. Tudo isto tem por base um demorado e aprofundado estudo económico / financeiro, para não hipotecarmos irremediavelmente o Sporting. O clube não é apenas o presidente da sua direcção: terá a capacidade necessária para se assumir perante todos os empreendimentos que criar.

Marcelino de Brito é mordaz:

— Aliás, o senhor João Rocha afirmou na última Assembleia Geral que o clube não devia praticamente nada a ninguém. Logo, não me parece que surjam agora verbas em débito desdizendo a honrada palavra do presidente do Sporting.

Basquetebol de volta

Marcelino de Brito continua a desvendar o seu programa:

— O basquetebol vai imediatamente voltar ao Sporting. Com muita tristeza seremos obrigados a começar pela 3.ª divisão, para onde foi incrivelmente atirado pelo senhor João Rocha, depois de algumas vezes ter disfarçado os múltiplos fracassos do futebol. Temos as condições necessárias para formar grandes conjuntos de basquetebol e voleibol, inclusive contactos firmes com alguns dos melhores praticantes portugueses que, no dia seguinte à nossa posse, terão os nomes divulgados.

«Ciclismo sem pista? Outra utopia. Há que ter as condições necessárias para a prática de todas as modalidades da vida clubista».

Lopes Marques e o futuro

Uma divulgação sensacional:

— O nosso vice-presidente para acções de formação desportiva e alta competição será o professor Lopes Marques, até há bem pouco director-geral dos Desportos, com uma obra muito válida a credenciá-lo. É uma grande aquisição para o Sporting, porque tem um projecto e um programa deslumbrante em relação a todo o Portugal, porque o Sporting viverá em cada canto da nossa terra.

«Há planos específicos elaborados por cada vice-presidente, que serão rigorosamente cumpridos. Não mais será um clube com «patrão único»: e não venha agora o senhor João Rocha fazer apressadamente qualquer agulha, porque não é ao fim de dez anos que o rapaz mau se transforma em anjinho, como no «happy end» dos filmes norte-americanos. Estamos fartos de promessas eleitoralistas e do presidente bradar que está cansado e que se quer ir embora. Aquilo que nós propomos fazer terá os meios financeiros consentâneos e adequados à realidade dos tempos presentes. O Sporting, dentro do projecto que vai sair vitorioso da Assembiei Geral, não mais terá dificuldades em realizar isto ou aquilo, contactar este ou aquele. Vamos acabar com o papão dos cifrões: dos biliões e triliões que só servem para atirar areia aos olhos de quem não quer ver. Vamos responder (afoitamente) a todas as contratações e contruções necessárias.

«Posso garantir que, neste momento, tenho já os fundos necessários para realizar todas as obras que anunciei para a nossa «Sala de visitas» (o Estádio de Alvalade). Dois grandes leões vão ficar na entrada monumental. No triângulo fronteiro à bancada central vai erguer-se uma estátua à grandeza e glória do Sporting. No estádio, letras luminosas farão brilhar as iniciais e o nome do Sporting. A qualquer hora da noite temos de mostrar que mora ali um clube ímpar.

Lembrar outro palco

Uma faceta pouco conhecida de Marcelino de Brito: ter fundado, ao lado do saudoso dr. Fernando Amado, a Casa da Comédia.

— Fui seu aluno dilecto. Na Casa da Comédia representei ao lado de Glória de Matos, Isabel Ruth, Vítor de Sousa, Manuela de Freitas, Norberto Barroca, Filipe Lá Féria, Hermínia Tojal, Sinde Filipe, Santos Manuel. Então, eu estava inclinado a tirar o curso de Direito: acabei por seguir uma carreira comercial, deixando de poder estar ao lado de excelentes companheiros, como é o juiz dr. Cabanas Bento (do Tribunal da Boa Hora) ou o dr. Roque Lino. Afinal, creio que optei bem, o Teatro foi uma escola cultural e de formação sem paralelo. Adquiri aí meios para estar em qualquer campo de acção e, até ao momento, sempre subi, nunca tive uma pausa ou qualquer derrota.

«Voltando a falar do dr. Fernando Amado: como todo o português, gosto do futebol mas tenho um fraco pelo atletismo, talvez por contágio do meu antigo mestre. E pergunto: porque razão está o atletismo do Sporting na 2.ª divisão? Quantos Carlos Lopes e Fernandos Mamedes se estão perdendo por aí fora? Não quero encostar-me a este ou àquele atleta, porque teve uma grande vitória. Escolhi uma óptima equipa directiva que vai também dar dinâmica e prestígio a todo o atletismo do Sporting, não apenas ao fundo e meio fundo, porque tivémos a sorte de poder manter o professor Mário Moniz Pereira, um dos melhores técnicos mundiais nessas especialidades. Mas, não podemos esquecer (por exemplo) que foi o professor Rui de Oliveira quem recuperou o futebolista Venâncio e que a pista de tartan não é utilizada, está para ali à espera de um dia de festa ao ano.

Falando de futebol, assegura Marcelino de Brito:

— O Comité de Selecção cometeu uma grande injustiça ao não convocar para a viagem a França o nosso defesa Zezinho, que tem absoluto lugar entre os 20 melhores futebolistas. Sabe uma coisa? O Artur, aquele «ruço que foi nosso grande jogador, dizia-me há dias que o Eurico (como homem e como atleta) é quem projecta os colegas: foi com ele ao lado que o Humberto ganhou o direito a ir representar o Paris Saint Germain, que o Bastos fez uma temporada única na sua carreira, que o Lima Pereira deixou a mediania em que parecia morar para sempre. O Eurico é o atleta que lança os companheiros: é um dos melhores defesas do Mundo e o Sporting deixou-o ir embora...

«Quanto ao Zezinho, considero-o o «115» do Sporting 83/84. Na nossa opinião muito pessoal sobre o valor do «plantel» do Sporting, estamos contra a continuação de determinados jogadores (especialmente estrangeiros) que não têm o mínimo de valor para vestir aquela camisola. É necessário contratar urgentemente atletas para pontos-chave: não interessam os candidatos à fama vindos de outras paragens, só precisamos de elementos já altamente credenciados. O Sporting não é clube-cobaia para secundários de Inglaterra, da Jugoslávia ou do Brasil.

Que treinador já?

José Manuel Torquato intervém:

— Não queremos entrar em especulações sobre essa matéria e temos também a certeza de que o senhor João Rocha não se atreverá a, antes das eleições, contratar qualquer treinador. Iria criar uma situação extemporânea de fixação de contrato que passaria a ser de exclusiva responsabilidade sua. Por outro lado, as contratações de jogadores (ou as suas dispensas) têm de passar por uma serena e abalizada análise à valia técnica e profissional e é sempre contingente introduzir um corpo estranho em núcleo de trabalho, se ele não mostrar imediatamente que é útil à função colectiva.

Marcelino de Brito:

— Não é um jogador qualquer que pode usar o emblema do Sporting: ele tem de ser o primeiro a justificar essa honra. A conduta de um jogador, em todos os momentos da sua vida, tem de estar límpida. Ser quase intocável. Não podemos arregimentar mercenários: é forçoso recriar a mística que existiu no tempo dos «cinco violinos» e mesmo em outras temporadas mais recentes.

José Manuel Torquato corrobora:

— É uma fobia a febre de contratações, sem se considerar que é obrigatório dar imediata projecção aos valores nascidos nas nossas escolas. Temos alguns juniores que fariam as delícias dos melhores clubes europeus: e, todavia, já se anuncia que vêm aí mais uns estrangeiros de talento mais que duvidoso enquanto se desperdiçam os rapazes que adoram o Sporting e têm mérito para os mais altos voos. Veja o caso de Ademar. Há que recuperar (a vários níveis) o actual «plantel», onde até alguns profissionais parece que desaprenderam de jogar o belo futebol que são capazes de exibir. A melhor prova está no quase ineditismo do Sporting apenas dar um jogador para uma selecção nacional de 20 elementos, de se fazer festa pelo 3.º lugar no campeonato!

Marcelino de Brito:

— Parece que estamos prestes a perder o Oliveira. Não conheço qualquer problema criado por ele ao Sporting e fui (até) um dos responsáveis pela sua contratação, porque fui eu quem (em 1980) contactei o irmão no sentido da transferência para Alvalade. Fi-lo conscientemente: trata-se de um dos maiores jogadores do nosso futebol. O erro foi a sua promoção (intempestiva) a treinador dos colegas. A direcção do senhor João Rocha quase destruiu o jogador e não conquistou um treinador, deixando em Oliveira marcas difíceis de cicatrizar. E eu fico com enorme pena quando constatato (como perante o Farense) que Oliveira perdeu a alegria de jogar e se arrasta em campo, até terminar o contrato para, depois, ir para outro clube e voltar a ser um grande maestro do futebol.

«Perdemos o Nunes»

— Não há dúvida: foram dez anos em que o Sporting não teve qualquer alternativa. Hoje, a maioria dos sócios com responsabilidade na vida do clube é minha apoiante. A equipa directiva que reuni está solidária e em sintonia comum. Todavia, não farei passar uma responsabilidade para quem quer que seja, apesar das decisões serem sempre discutidas colegialmente.

No tocante ao futebol: se as eleições fossem realizadas noutra altura, tínhamos contratado quatro jogadores de valor. Já perdemos dois: um deles é Nunes, que o Benfica ganhou numa corrida em que o Sporting esteve tolhido, outro, o Ademar. Por isso, vamos bater-nos para que a nossa massa associativa autorize alterações nos mandatos, que têm de terminar no fim dos anos económicos. Vou ser eleito: e logo terei pela frente dois meses sem receitas de futebol. Mas eu não partia para uma campanha eleitoral se não tivesse a certeza de que iria cumprir tudo quanto anuncio. Não quero que os sócios do Sporting vejam em mim o salvador do clube, mas me considerem como homem de força de vontade, para devolver o Sporting ao Sporting.

Muito confiante, Marcelino de Brito continua:

— Quando aposto não perco, porque me rodeio das condições necessárias para sempre ganhar. Também nunca apresentarei contas ao Sporting: as responsabilidades que assumir serão minhas, não as trespassarei nem vou admitir que as refiram onde quer que seja, muito menos no jornal do clube ou em assembleia geral. Tenho capacidade para fazer do Sporting um clube rentável: o que pode alguma vez acontecer é ter de emprestar dinheiro suficiente para a gestão da colectividade durante um lapso de tempo. O dinheiro que der ao clube è de minha vontade própria: não servirá de bandeira ou trincheira.

F. C. do Porto

Outros pontos de vista do candidato a destronar João Rocha:

— Quero ir a outros campos: é falso (e impossível) que o Sporting esteja incompatibilizado com quem quer que seja. Por exemplo: com o F. C. do Porto. Mal seja eleito, terei uma conversa franca com o senhor Jorge Nuno Pinto da Costa no sentido de aclarar posições dos clubes que ultrapassam problemas pessoais ou birras teimosas, impróprias de gente adulta. Telegrafei ao F. C. do Porto quando jogou na URSS, em Aberdeen e, naturalmente, quando defrontou a Juventus. Fiquei contente quando soube que o Sporting também tinha mandado um telegrama ao Porto antes do seu último jogo na Taça das Taças. Frasco referiu que foi preciso eu ter despoletado uma aproximação com o F. C. do Porto para que a direcção do Sporting também tivesse tido o rasgo de enviar um telegrama para Basileia.

Marcelino de Brito: «quando aposto não perco»

Equipa europeia

José Manuel Torquato volta a aflorar o futebol de Alvalade:

—Vou fazer tudo para dar aos homens do futebol as condições absolutas para o Sporting ter uma equipa que, mesmo no campo internacional, seja de primeiro plano. Não posso negar ao departamento as condições para formar uma turma europeia: mas nunca darei acordo ao recrutamento de estrangeiros sem currículo, capacidade, dignidade e honestidade para vestirem a camisola do Sporting, venham eles de Oriente ou do Ocidente.

Marcelino de Brito conclui:

— Nenhum de nós é único e imprescindível, porque de insubstituível estão os cemitérios cheios. Desde os 17 anos que contacto (e obtenho confiança) das mais altas autoridades portuguesas e agora mesmo, Moçambique endereçou-me convite para erguer um complexo industrial. Portanto (e como se poderá ver) não é preciso o Sporting estar dependente do senhor João Rocha para fazer qualquer empreendimento. O nome do clube é o melhor embaixador do seu próprio prestígio: e, nas urnas, irá ver-se como está desgastada a imagem do seu presidente-patrão.

Neves de Sousa

TOTOBOLA

jogue connosco

CONCURSO N.º 22/84

3 de Junho de 1984

Portugal-Jugoslávia	1
Belenenses-Académico	1
Peniche-Chaves	1
Penafiel-Marítimo	1
Guimarães-Braga	1
Espinho-Varzim	1
Boavista-Salgueiros	1
Setúbal-Portimonense	1
Fafe-Riopele	1
Covilhã-U. Coimbra	X
B.C. Branco-Guarda	X
U. Leiria-Alcobaça	X
Barreirense-Lusitano	X

Uma aventura de Valerian... e Laureline

BROOKLYN STATION, TERMINUS COSMOS

Mezieres
Christin

43

Copyright Dargaud/Meribérica

CONTINUA

Heróis de Papel

Falemos hoje um pouco da «concorrência», com o registo de algumas publicações e secções que continuam a batalhar pela dignificação e afirmação de uma Banda Desenhada de expressão e conteúdo próprios. Comecemos pelo número 25 de «Ritmo», relativo a Maio deste ano, uma revista a preto e branco editada pela Casa de Cultura da Juventude do FAOJ de Faro. Algumas informações úteis sobre fanzines e o início de uma secção dedicada aos escribas «profissionais» sobre o fenómeno da BD completam um número todo aberto aos criadores portugueses de heróis de papel, de Chico Lança a António Jorge, Ruca, José Pais e Essodo. Vale a pena apoiar quem tanto se esforça. Escreva para a Rua dos Bombeiros Voluntários, 4-1.º, Faro.

Também activo está o Clube Português de Banda Desenhada, que deu à estampa os números 47 e 48 do seu boletim. O primeiro, é totalmente consagrado à publicação de duas das bandas premiadas no concurso sobre os Descobrimentos: «Facto Real?», de Ajota e «Aquamanil», de Penim. O número 48 inclui uma justa e desenvolvida homenagem ao trabalho de Martinó Coutinho à frente do Centro de Estudos da Banda Desenhada de Portalegre.

A fechar «as contas» relativas ao trabalho dos outros, uma referência à secção que Luis Beira – o mesmíssimo dos encontros de Sobreda de Caparica – anima no «Jornal de Almada», com noticiário e entrevistas com os novos e os veteranos dos quadradinhos. O que mais virá de tanta e tão transbordante energia?.

«O Mundo de Hergé», de Benoît Peeters, é o nome da magnífica biografia dedicada ao criador de Tintin, e que a Casterman lançou depois da morte de Hergé. Muito bem documentado, o livro inclui uma extensa entrevista realizada com o autor em Dezembro de 1982, a última por ele concedida. O resto, é a história dos seus heróis e personagens, sem esquecer os trabalhos publicitários e as capas realizadas ao longo de uma carreira de mais de 40 anos.

Carlos Pessoa

BENOIT PEETERS

LE MONDE D'HERGÉ

casterman

O mundo de Hergé: uma magnífica homenagem

Se os jovens pudessem...

CATARINA VALENTE
20 ANOS
Empregada de escritório

"A nossa política não me interessa"

— *Deixou de estudar para começar a trabalhar?*

— Sim, deixei de estudar, há uns três anos. Nessa altura, estava desinteressada...

— *Porquê?*

— A escola não me interessava, estava desmotivada...

— *É o seu primeiro emprego?*

— Sim, desde o princípio que trabalho no mesmo sítio.

— *Procurou muito tempo?*

— Não me foi assim muito difícil, devido a conhecimentos de família.

— *E como se sente?*

— Bem, gosto do que faço, mas já me arrependi de ter deixado de estudar, e talvez volte dentro de pouco tempo.

— *Arrependeu-se, porquê?*

— Bem, porque a progressão em termos profissionais é difícil apenas com as habilitações que tenho. Mas como hoje, com ou sem estudo, é difícil arranjar trabalho...

— *O que mais ambicionava fazer na vida?*

— Ser modelo, mas não tenho hipóteses.

— *Porquê?*

— Uma vez convidaram-me, mas recusei porque tinha de andar por fora do País.

— *Recusar essa hipótese de trabalho foi apenas opção sua, ou meteu pressões de família?*

— Foi apenas opção minha.

— *O que ganha, dá-lhe para viver?*

— Tem que dar, não é?

— *Vive sózinha?*

— Não, sou casada.

— *E o seu marido, o que faz?*

— É fiscal de obras da Câmara Municipal de Loures.

— *Onde vive?*

— Em Lisboa.

— *E sente-se cá bem?*

— Sinto, embora já tenha pensado em viver fora de Lisboa?

— *Onde?*

— Emigrando, porque isto está muito mal por cá.

— *Desistiu, ou continua a pensar nisso?*

— Está tudo em ponto de interrogação, a ver o que dá.

— *E o que devia isto dar, em sua opinião?*

— Olhe, o nível de vida mudar para as pessoas ficarem a viver bem.

— *Como ocupa o tempo nos fins-de-semana?*

— Passo-o em casa todo o dia, ou saio, para ir a um cinema ou a um espectáculo...

— *E ler?*

— Livros de cultura, não tenho tempo...

— *O que menos a preocupa?*

— A nossa política, que é coisa que não me interessa.

— *E o que mais a preocupa?*

— O que mais me mete medo é a guerra. A nuclear, que é a pior.

— *O que podia ser feito, o que faria você se pudesse, para afastar esse perigo?*

— Se nós fôssemos todos mais unidos, não haveria hipóteses de haver guerra nuclear.

C.P.

comunicação social

SJ vai negociar directamente com as empresas CCT da classe

As negociações do CCT entre o Sindicato dos Jornalistas e a AID atingiram a ruptura antes mesmo de se terem iniciado — afirma, em comunicado à classe, o SJ.

A reunião da passada sexta-feira, dia 25, foi a mais rápida das três que até agora tiveram lugar. A AID limitou-se a reafirmar a sua posição anterior: recusa de discussão de qualquer cláusula e proposta de aumento de 12 por cento das tabelas salariais e passagem à fase de conciliação.

A Comissão Negociadora Sindical (CNS) recusou a posição da AID.

E isso porque o Sindicato «entende que a conciliação não serve o interesse dos jornalistas.»

Por um lado, «porque ela só teria sentido se tivesse havido previamente uma séria negociação — o que, como se sabe, está longe de ter acontecido, uma vez que a AID se recusou a iniciar negociação do clausulado.»

Por outro lado, «porque a conciliação tende a fixar a resolução das divergências negociais exclusivamente em torno das tabelas salariais, o que o Sindicato rejeita, pois 1984 é o ano da revisão do clausulado geral, onde os jornalistas fazem questão de introduzir profundas alterações qualitativas».

Por fim, diversos contactos havidos com administrações de empresas do sector levam a CNS a acreditar que há francas possibilidades de encetar negociações directas e sérias, na base da resposta sindical.»

Especifica o SJ que «a absoluta intransigência manifestada pela AID (sempre acompanhada pela AIND), tem sido um factor de bloqueamento completo das negociações.»

Assim, «neste contexto, o Sindicato decidiu negociar directamente com as empresas, fora do quadro das associações.» Para tanto, decidiu convidar as administrações das empresas para iniciar as negociações do CCT. Uma primeira reunião está convocada para a próxima sexta-feira, dia 1, na sede do Sindicato.

Entretanto, realiza-se na próxima quinta-feira, dia 31, pelas 20 horas, uma assembleia geral que tem como um dos pontos da ordem dos trabalhos, a discussão do processo de negociações do CCT.

Armando de Aguiar

O jornalista Armando de Aguiar, reformado do «Diário de Notícias», faleceu ontem em Lisboa, após doença prolongada, com 77 anos de idade.

Armando Aguiar publicou vários livros, entre os quais «O mundo que os portugueses criaram» – e era possuidor da Ordem de Santiago de Espada e do Colar da Sociedade Portuguesa de Geografia. Tinha ainda condecorações do Brasil, Argentina, Chile e Venezuela.

O seu funeral realiza-se hoje da Igreja de S. João de Deus para o cemitério de Benfica.

O extinto era natural de Bolama (Guiné) e, durante a sua vida profissional, usou os pseudónimos de Aristo e Bernardo de Alcobaça.

Armando Reis Borges de Figueiredo Hipólito de Carvalho, de seu nome completo, iniciou a sua carreira de jornalista em 1925, no então «Correio da Manhã», passando depois para «O Século», carreira que viria a terminar no «Diário de Notícias», há alguns anos, com a aposentação. Foi secretário da Direcção do Sindicato Nacional dos Jornalistas no biénio 1953-54.

Era possuidor do cartão de funcionário, com o número 1, do antigo Secretariado Nacional de Informação, criado em 1934 no regime de Salazar por António Ferro, com quem trabalhou durante largos anos.

UEDS: a Alta Autoridade que apure corrupção na RTP

A UEDS solicitou à Alta Autoridade Contra a Corrupção, Costa Brás, a rápida instauração de um inquérito para apuramento de eventuais irregularidades financeiras na Radiotelevisão Portuguesa – disse à Anop uma fonte partidária.

O pedido foi feito numa carta enviada a Costa Brás pelo secretário-geral da UEDS (União da Esquerda para a Democracia Socialista), Lopes Cardoso, em cumprimento de uma decisão adoptada sábado pela Comissão Política.

Lopes Cardoso solicita à Alta Autoridade Contra a Corrupção que «seja promovido um rápido inquérito para apuramento da veracidade das declarações à Imprensa do jornalista Barata Feyo sobre eventuais irregularidades financeiras envolvendo a RTP».

Refira-se que após o adiamento pelo Conselho de Gerência da RTP da difusão de uma reportagem sobre a UNITA, realizada em Dezembro e Janeiro no sul de Angola, Barata Feyo declarou à Imprensa que as divisas para a produção do programa não foram adquiridas legalmente.

EPNC: SJ negociou despedimentos?

A Comissão de Trabalhadores da Empresa Pública dos Jornais «Notícias e Capital» (EPNC) apelou ao Sindicato dos Jornalistas para que informe «se foram despedimentos o que negociou com o Governo na Comissão Tripartida».

Esta posição, contida num comunicado agora emitido, surge na sequência da reunião realizada sexta-feira entre a CT da EPNC e o secretário de Estado da Comunicação Social, Anselmo Rodrigues, em que este «admitiu a possibilidade de ainda haver despedimentos colectivos na empresa após a aplicação das medidas previstas pelo Governo».

A Comissão de Trabalhadores da EPNC convocou um plenário geral de trabalhadores da empresa para hoje, a fim de que sejam tomadas medidas urgentes visando «a luta pela derrota desta política que só promove despedimentos e miséria».

Conselho de Comunicação Social

A Assembleia da República resolveu, em reuniões plenárias de 16 de Setembro de 1983, 22 de Setembro de 1983 e 17 de Maio de 1984, e nos termos da lei, eleger como membros do Conselho de Comunicacão Social os seguintes cidadãos:

António Pedro Gouveia Themudo de Castro, Artur Guerra Jardim Portela, Fernando de Oliveira Abranches Ferrão, João Gaspar Simão, Luís Baltasar Brito Correia, Manuel Mendes Nobre Gusmão, Maria de Lurdes de Jesus Almeida Breu, Maria Margarida Ribeiro Martins Ramos de Carvalho, Natália de Oliveira Correia, Norberto Lopes e Paulo Sacadura Cabral Portas.

Hoje

RTP 1

Na RTP-1 exibe-se mais um episódio da série «Reilly, Rei dos Espiões», da qual vimos uma cena

Das 13.35 às 17.30 Ciclo Preparatório TV
18.02 Notícias
18.10 Grão a Grão – «Candy, Candy».
18.35 Teleregiões
19.00 «O Barco do Amor»
20.15 Telejornal
20.50 «O Bem Amado» – episódio n.º 50.
21.30 «Reilly, Rei dos Espiões»
22.15 Grande Informação
23.30 Últimas Notícias

RTP 2

Poderemos assistir hoje, através da RTP-2, a mais um episódio da série policial «A Balada de Hill Street»

19.32 Notícias
19.45 Portugal Romano – «Vida Rural a Sul do Tejo II)».
20.10 Adágio
20.35 D'Hoje p'ra Amanhã – «Missão Oceanográfica dos Açores (II)»: «A Captura».
21.15 Jornal da Noite
21.45 «Guerra dos Sexos» – episódio n.º 27.
22.25 «A Balada de Hill Street»

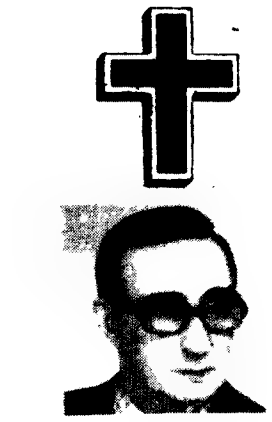
Amanhã

RTP 1

13.30: Ciclo Preparatório TV; 18.00: Notícias; 18.10: Grão a Grão; 18.30: Teleregiões; 19.00: Futebol – Roma - Liverpool; 21.00: Telejornal; 21.30: «O Bem Amado»; 22.00: Cinema Lumiar – «O Triunfo dos Porcos»; 23.15: Últimas Notícias.

RTP 2

19.30: Notícias; 19.45: Presença dos Açores; 20.15: Um Toque... de Música; 20.40: Estúdio Aberto; 21.15: «Fama»; 22.10: Jornal da Noite; 22.40: «Guerra dos Sexos».



DOMINGOS GONÇALVES DA COSTA

FALECEU

Sua esposa, filhas, filho, nora, netos, e restante família, cumprem o doloroso dever de participar o seu falecimento e que o seu funeral se realiza hoje pelas 15 horas da Igreja do Campo Grande para o cemitério do Lumiar.

ANTIGA AGÊNCIA FUNERÁRIA LOURENÇO

TELF. 63 80 26-63 68 33-64 77 83

ouro

TODOS OS OBJECTOS MESMO DANIFICADOS, CAUTELAS DE PENHOR, MOEDAS, PRATAS

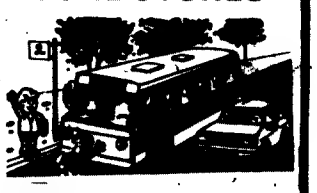
• COMPRO A P/ PAGAMENTO. •

das 10 as 12 h. e das 14 às 18 h.

Av. Almirante Reis, 173 - 1º (primeiro ESQUERDO)

VICTOR - telf. 53 82 20

AOS CONDUTORES



PREVENÇÃO RODOVIÁRIA PORTUGUESA

TEATRO TRINDADE INATEL
APRESENTA — ATÉ 31 DE MAIO

GRAÇA LOBO

em

DIÁRIO DE UMA CRIADA DE QUARTO

GRANDE ÊXITO

PARA MAIORES DE 16 ANOS

ENCENAÇÃO CARLOS QUEVEDO

PARTICIPAÇÃO DE OLISSIPO-GRUPO DE DANÇA EXPERIMENTAL DE JORGE TRINCHEIRAS

uma produção da COMPANHIA de TEATRO de LISBOA

COREOGRAFIA: JORGE TRINCHEIRAS

TODOS OS DIAS ÀS 21.45 - SÁB. E FERIADOS: 16 e 21.45 H. - DOM. ÀS 16 H.

RESERVAS PELO TELEFONE 32 00 00

DESCONTO DE 50% AOS SOCIOS DO INATEL / CCDS e CPTS

SUBSÍDIO DE MONTAGEM DO MINISTÉRIO DA CULTURA

APOIO Rádio Comercial

GRUNDIG

a segurança de um grande nome seleccionou para si...

RTP 1

«Reilly, Rei dos Espiões» (21.30)

RTP 2

«Guerra dos Sexos» (21.45)

RTP 1

O BEM AMADO!!

Telma pergunta à mulher por Juarez. Ainda com sono, Jerusa diz que Juarez saiu cedo e volta-se a deitar. Muito chocada, Telma sai da casa do médico e, ao cruzar-se com ele na praia, olha-o por alguns segundos e sem se deter vai-se embora muito magoada.

Zora percebe a atracção que Gisa exerce sobre o irmão e tenta saber quando é que ela se vai embora, mas Odorico mostra-se evasivo.

Deixando o pai e a tia muito admirados, Telma entra em casa a correr e fecha-se no quarto, recusando-se a falar com o pai. Ao voltar a casa, Juarez tenta convencer Jerusa a ir-se embora e a apresentar-se no hotel, pois ela será a contra-atracção para a estreia da «boite» do hotel.

Assistência Técnica Grundig
NACIONAL RÁDIO
Rua Bento Jesus Caraça 17 - Cruz Quebrada - Telef. 2112871

Traficantes oferecem crianças do Terceiro Mundo a casais alemães pelo preço de 10 mil dólares cada

UMA rede internacional de traficantes especializados no comércio de crianças provenientes do Terceiro Mundo, cobra actualmente cerca de dez mil dólares por cada bebé aos casais alemães sem filhos que desejem adoptar um filho.

Duas das agências de traficantes, mais importantes operam a partir da Suíça e dos Países Baixos, e oferecem os seus serviços à população alemã através de revistas, jornais e álbuns com fotografias e descrições das crianças para venda.

A situação preocupa círculos do governo e da opinião pública, devido ao facto de, nos últimos anos, se ter incrementado rapidamente o número de casais alemães que preferem «adquirir» crianças no «mercado negro» do que fazê-lo através dos burocráticos departamentos estatais de adopção.

Na Alemanha Federal, onde 20 por cento dos casais não têm filhos, é ilegal adoptar crianças através de agências privadas. Com efeito, os únicos organismos autorizados a estudarem os pedidos de adopção e pronunciarem-se a esse respeito, são os departamentos estatais especializados, que trabalham em colaboração com o Ministério da Família e com os asilos de órfãos.

«Mas o processo dura três anos e põe tantas condições, que muitos optam por adoptar uma criança de outra forma», diz uma mulher divorciada e sem filhos, que trabalha como funcionária pública em Bona, acrescentando que «no meu caso, e porque não estou casada, o departamento de adopções nunca me entregaria uma criança».

Os departamentos de adopção sublinham que o seu dever consiste precisamente em fazer um exame detalhado das petições, que inclui uma análise dos pedidos, e também entrevistas feitas aos interessados por uma equipa de psicólogos. Posteriormente, os casais poderão ou não obter um certificado que os acredita a poderem vir a adoptar uma criança de um asilo.

O procedimento, através dos traficantes, é mais simples e rápido: o casal viaja a um país do Terceiro Mundo onde é permitida a adopção de menores, recebe ali a criança solicitada, adopta-a legalmente e, seguidamente, pede para ela um passaporte na embaixada da Alemanha Federal e regressa ao país.

«Não vejo porque razão há que depender da opinião de um burocrata para adoptar uma criança, quando não se pode ter filhos», pergunta-se Bernd K. empregado, de 48 anos de idade, que em meados dos anos 70 adoptou com a sua mulher, legalmente, uma criança vietnamita. «Ou será que os pais legítimos são uma garantia de melhor tratamento?»

Às autoridades alemãs-federais preocupam-nas, fundamentalmente, dois aspectos do problema: por um lado, a forma como «se adquirem» as crianças no Terceiro Mundo e, por outro, o destino que eles correm entre casais que anseiam «um ser exótico», mas que não estão preparados para assumir a responsabilidade e acabam por os entregar a asilos.

Um exemplo ilustra a situação: em Junho de 1982, a **Interpol** comprovou que, em maternidades turcas, alguns médicos passavam certidões de óbito de recém-nascidos. Depois de comunicarem às mães «a triste notícia», os bebés eram entregues a casais europeus que tinham pago largas somas por uma criança.

No caso das pessoas que procuram crianças estrangeiras, a imensa maioria inclina-se pelos provenientes da Ásia e América Latina.

Na opinião de um psicólogo alemão-federal consultado pela IPS, «isto deve-se ao facto de estas crianças se encontrarem dentro do quadro daquilo que os alemães consideram belo e atraente na infância».

Segundo estatísticas oficiais, anualmente adoptam-se legalmente cerca de 11 mil crianças na RFA, mas desconhece-se o número de crianças adoptadas através de traficantes, se bem que as autoridades tenham constatado ultimamente um aumento dos «casais de turistas» que regressam ao país transformados em pais.

Mas o comércio com crianças do Terceiro Mundo não floresce somente na Alemanha Federal: a Suécia, com oito milhões de habitantes, conta com mais de 20 mil crianças adoptadas, oriundas da Ásia e da América Latina.

Na opinião das autoridades, a tendência continuará a aumentar neste país, já que anualmente o número de casais que aspiram a adoptar crianças eleva-se a mais de 20 mil.

Um número importante destas pessoas tem idades próximas dos 40 anos. Na sua juventude, opuseram-se à ideia de ter filhos, em consequência da «insegurança laboral reinante no país e do perigo de uma conflagração nuclear».

«Mas agora que consolidaram a sua situação económica, que possuem casa e automóvel, e viajaram pelo mundo, chegam à conclusão de que lhes falta um filho para serem completamente felizes», declarou uma funcionária do Departamento da Juventude, acrescentando que «convém não nos enganarmos: em tudo isto há muito de arrependimento e de egoísmo também: a criança é muitas vezes um instrumento».

«Não sei porque razão se faz tanto escândalo com as crianças que vêm do Terceiro Mundo», disse à IPS Albert Wilckens, um velho comerciante muito viajado, que serviu o exército alemão durante a Segunda Guerra Mundial. «Aqui ao menos, terão um tecto, comida e educação», acrescenta.

Roberto Ampuero – IPS

S. R.

MINISTÉRIO DA INDUSTRIA E ENERGIA
SECRETARIA DO ESTADO DA ENERGIA

DIRECÇÃO-GERAL DE ENERGIA

ÉDITOS

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do art.º 19.º do Regulamento de licenças para instalações eléctricas, aprovado pelo Decreto-Lei N.º 26 852, de 30 de Julho de 1936, estará patente na Direcção-Geral de Energia sita em Lisboa, na Rua de S. Sebastião da Pedreira, 37, e nas Secretarias das Câmaras Municipais do concelho de Ponte de Sôr, Alter do Chão, Crato e Portalegre, em todos os dias úteis, durante as horas de expediente, pelo prazo de quinze dias, a contar da publicação destes éditos no «Diário da República», o projecto apresentado pela Electricidade de Portugal-EDP-Direcção Distribuição Tejo, a que se refere o processo 8/67 413, arquivo 18, para o estabelecimento no concelho de Ponte de Sôr, Alter do Chão, Crato e Portalegre, de uma linha aérea a 60 Kv, com 40 375 metros, da Substação de Ponte de Sôr à Subestação de S. Vicente.

Todas as reclamações contra a aprovação deste projecto deverão ser presentes na referida Direcção-Geral, ou na Secretarias daquelas Câmaras Municipais, dentro do citado prazo.

Direcção de Serviços de Licenciamento e Regulamentação, em 14 de Maio de 1984

O Director de Serviços
António Martins de Carvalho

COTAÇÕES

CRÉDITO PREDIAL PORTUGUÊS

COTAÇÕES DE NOTAS	(Por unidade) COMPRA	VENDA
ÁFRICA DO SUL (rand)	85$20	91$20
ALEMANHA FED (marco)	50$55	51$85
ÁUSTRIA (xelim)	7$10	7$30
BÉLGICA (franco)	2$315	2$515
BRASIL (cruzeiro)	$055	$105
CANADÁ (dólar — notas de 1 a 2)	106$60	106$60
(notas de 5 a 1000)	107$10	109$10
DINAMARCA (coroa)	13$75	14$15
ESPANHA (peseta)	$861	$981
EUA (dólar — notas de 1 a 2)	138$15	140$15
(notas de 5 a 1000)	138$65	140$65
FINLÂNDIA (marka)	23$75	24$35
FRANÇA (franco)	16$40	17$10
HOLANDA (florim)	44$85	45$85
IRLANDA (libra)	155$80	159$80
ITÁLIA (lira)	$074	$084
JAPÃO (iene)	$568	$603
NORUEGA (coroa)	17$70	18$20
REINO UNIDO (libra)	191$50	195$50
SUÉCIA (coroa)	17$10	17$70
SUÍÇA (franco)	61$30	62$40
VENEZUELA (bolívar)	6$95	7$95

Observações:
1. — **No respeitante a moedas, estas cotações devem ser consideradas a título meramente informativo.**
2. — **Todas as operações de venda estão sujeitas ao imposto de 6 por mil**

rádio

Antena Um

16.00: Musicomania; **18.00**: A gaita dos sete foles; **19.00**: Informação e música; **20.00**: Folhetim; **20.25**: No estúdio e no estádio; **20.35**: A voz da solidariedade; **21.00**: Seara do vento; **21.30**: Noites de luar. Noticiários intercalares às **16.00**, **17.00**, **18.00**, **21.00** e **22.00** horas.

Programa 2

15.50: Cançoes e danças da corte inglesa do século XVI; **16.45**: «Rapsódias Húngaras», n.º 2 e 9, de Franz Liszt; **17.10**: Sonata para piano, de Eliott Carter; **17.35**: Música do bailado «Cinderella», de Prokofieff; **18.05**: Concerto, de Vivaldi; **18.30**: Quinteto, em mi bemol maior, de Beethoven; **18.50**: Os olhos férteis; **19.25**: O gosto pela música; **20.15**: Transmissão directa do Teatro Nacional de São Carlos, da Ópera em 3 actos «Anna Bolena», de Donizetti; **00.00**: A feira do livro; **01.00**: Fecho. Noticiários de hora a hora.

RÁDIO COMERCIAL
Onda Média (283, 290 e 397m)

14.00: Matinee; **17.00**: Rápido das cinco; **18.00**: Programa do F. C. do Porto; **20.00**: Conta corrente; **21.00**: Quando o telefone toca (2 edições); **22.00**: Portugal e a CEE; **22.15**: Programas religiosos; **22.20**: Desporto; **23.00**: 24.ª hora. Noticiários de hora a hora.

RC-FM-Estéreo (97,4 MHz)

15.00: O vapor; **16.00**: O som da frente; **17.00**: Ondas lusianas; **18.00**: Círculo em FM; **19.00**: Em órbita; **20.00**: Comercial filmes apresenta; **21.00**: Jazzofone; **22.00**: Café concerto. Noticiários de hora a hora.

RÁDIO RENASCENÇA
Rede Nacional de OM e FM

15.00: Clube da casa; **18.00**: Jornal das regiões; **18.30**: Transmissão do terço; **19.30**: Horizonte; **20.30**: Programa da LAR; **21.00**: Quando o telefone toca; **21.30**: Ouvir e pensar; **22.00**: Máquinas ao vivo; **23.00**: Diário 23; **23.40**: Bola branca (3.ª edição); **23.55**: Meditando.

Rede Sul em FM

21.00: Paju; **21.30**: Pentagrama.

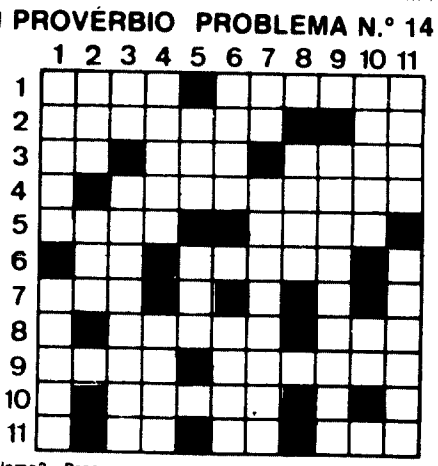
Desdobramento em FM Estéreo

23.00: A cor do som; **01.00**: As superestrelas do FM. Noticiários a todas as horas.

Tiragem média diária do mês anterior: 42.150 exs.

palavras cruzadas

COM PROVÉRBIO PROBLEMA N.º 14 047



HORIZONTAIS:

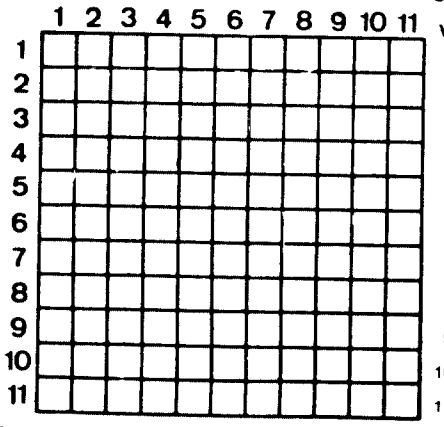
1 Criada de servir. Sombrio
2 Lauto. Alúnio (s.q).
3 O mesmo que uma (ant. e pop.) Escudeiro Casta.
4 Gostaram de.
5 Vela de moinho. Metal precioso de cor amarela.
6 Letra grega. Árvore indiana de fibras têxteis.
7 Tens
8 Sobe a. Tomba.
9 Dai mios. Transferis para outro dia
10 Pista
11 Carta de jogar Ósmio (s q.). Rio de Portugal.

VERTICAIS:

1 Vila e concelho do distrito de Beja. Ser humano.
2 Capa sem mangas. Senhora.
3 Cento e um em romano. Sustentara.
4 Some. Esteiros.
5 Oásis. Pronome relativo.
6 Ressoa. Ave palmípede.
7 Letra grega. Nome de uma casta de uva preta (pl).
8 Carril, calha de ferro.
9 Aventurara.
10 Salto de calçado. Nesse lugar
11 Prendem com elos. Vive.

Resolveu completamente este problema? Procure agora, em segundo passatempo, o provérbio nele inscrito

NOVA MODALIDADE PROBLEMA N.º 9897



HORIZONTAIS:

1 Túnica branca com a qual os negros malês vestiam os cadáveres. Joeira.
2 Figura que simboliza o povo americano. Oferece, dedica, consagra (abrev). Oceano.
3 Prendem. Cidade da Jugoslávia.
4 Proferirás. Ajustam.
5 Planta medicinal do Malabar. Derramamento contínuo e involuntário, em regra de lágrimas.
6 Garantia. Rogo.
7 Terra nova e arroteada de fresco. Apelido da mãe de Luís de Camões.
8 Voz para fazer recuar os bois. Entre os Caldeus, o 5.º mês. Cobre (s.q.).
9 Rio do estado do Paraná. Pronome pessoal.
10 Verdade. (bras e gír.). Cronista espanhol historiógrafo de Carlos V e autor de Crónica Geral de Espanha.
11 Sabor picante.

VERTICAIS:

1 Guarnecida de asas. De cor amarelo-tostada.
2 Corrida. Língua banto, falada na região N.E. do lago Niassa.
3 Poisava no mar (o avião) Medida de superfície.
4 Cidade do estado da Baía.
5 Preposição e artigo. Divisão de uma casa.
6 Depois de Cristo. Uma das peças da asna.
7 Duzentos em romano. Francio (s.q.). Cratera.
8 Carne de porco metida em tripa de intestino grosso (pl.). Prefixo que designa afastamento.
9 Sacriicara. Dois mil e quinhentos em romano.
10 Vedação. Plantas trepadeiras de hastes flexíveis.
11 Fio de latão. Sussurro.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 14 046

HORIZONTAIS:

1 O. DINHEIRO.
2 Dama. Sras.
3 Cai Aporta.
4 Elmos. Aro.
5 Gaita. NS. És.
6 Atear Heli.
7 Loa. Oc Rr.
8 Ca Urso Ao.
9 Avos. Uâ.
10 Irara. Saia.
11 Assassinado

VERTICAIS:

1 CHEGA. Cá. A.
2 Dalat. Avis.
3 Daimiel Ors.
4 Im. Otão. Saá.
5 Na. Sarau. Rs.
6 Ruas.
7 Espinhosa.
8 Iró. Seco. SN.
9 Rara. Caá.
10 Ostreiro Id.
11 Aos. RAZÃO.

Provérbio O dinheiro cega a razão

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 9896

HORIZONTAIS:

1 Paval. Salém.
2 Afine. Amara.
3 Saros. Perro.
4 Gana. Alia.
5 Sora. Acra.
6 Fie.
7 Mu. Marga. Má.
8 Arrás. Assar.
9 Tais. Sona.
10 Aser. Ir.
11 Assas. Asava.

VERTICAIS:

1 Pás. Samatra.
2 Afago. Ura.
3 Virara. Rias.
4 Anona.
5 Lesa. Fás. És.
6 Sir. Pr.
7 Sapa. Ega.
8 Amela. Assis
9 Larica. Bora.
10 Errar Man.
11 Máo Aparava.

cartaz de cinemas e teatros

ALVALADE 897480
Av de Roma

Às 14, 16.30, 19 e 21.30
— M. 16 a.
O TEMPLO DE SHAOLIN

ÁVILA 539930
Av. Duque d'Ávila, 82A

Às 14.45, 17, 19.10, 21.45 e 23.45
MONTY PYTHON, O SENTIDO DA VIDA
Realização de Terry Jons
Comédia

AVIS 547153
Av. Duque de Ávila, 45
Às 15.30, 18.30 e 21.30
– M. 12 a.
Uma aventura espectacular!
THUNDER, A FÚRIA DO GUERREIRO
c/ Mark Gregory e Bo Svenson
2.ª Semana

BERNA 776098
Av. Marquês de Tomar

Às 14, 16.30, 19 e 21.30
– M. 16 anos
LAÇOS DE TERNURA
7.ª Semana

CALEIDOSCÓPIO 795093
Campo Grande

Às 14, 16.30, 19 e 21.30
– N. ac. men. 13 a.
Walt Disney Productions apresenta
20 000 LÉGUAS SUBMARINAS
Um filme de Richard Fleischer
c/ Kirk Douglas, James Mason

CASTIL 530194
R. Castilho

Às 14.30, 18 e 21.30
Não ac. men. 13 a.
UNS... E OS OUTROS

2.ª Semana

CINE BLOCO 556824
R. Pinheiro Chagas, 10

Às 14.30, 16.45, 19.00 e 21.30
M. 12 anos
AMOR E COMPAIXÃO
Às 24
SEXTA-FEIRA 13 (Parte II)

CINE CAMÕES 324194
R do Loreto, 15

Às 14.15, 16.30 e 21.30
– Int. men. 13 a.
A GRANDE OFENSIVA

CINE 222 579460
Av P da Vitória, 37 (ao Saldanha)
Às 14, 16.30, 19 e 21.30
– N. ac. men. 13 a.
Três Óscares
CASA DO LAGO
Às 24
O HOMEM DA CIA

CINESTÚDIO LIDO 936593
P. D. João I, Amadora

Às 15.30 e 21.30 – M. 6 a.
CRISTAL ENCANTADO

CINE-PLAZA 930119
Av. Santos Matos, 2 – Amadora

Às 15.30 e 21.30 – M. 6 a.
ESPIÕES POR CONTA PRÓPRIA

CONDES 322573
Av. da Liberdade, 2

Às 14, 16.30, 19 e 21.30
– M. 16 a.
Um filme escaldante
O CÔNSUL HONORÁRIO
c/ Richard Gere e Michael Caine

2000 2100055
Av. B. Voluntários, lts. 113/4

Às 15.30, 18.30 e 21.30
— M. 16 a.
A ESCOLA DO DEVER

EDEN 320768
P. Restauradores, 21

Às 14, 16.30, 19 e 21.30
N. acons. men. 13 a.
O TEMPLO DE SHAOLIN
Às 24.00
O REGRESSO DO DRAGÃO

ESTÚDIO 555134
Al. Afonso Henriques, 35

Às 15.30, 18.30 e 21.30
N. ac. men. 13 anos
OS DEUSES DEVEM ESTAR LOUCOS
96.ª Semana

ESTÚDIO 444 779095
Av. Defensores de Chaves, 83-B

Às 15.30, 18.30 e 2130
— M. 16 A.
A MULHER DO AVIADOR

HOLLYWOOD 802859
Centro Comercial Alvalade

SALA 1

Às 14, 16.30, 19, 21.30 e 24
– M. 13 a.
A ROSA

SALA 2

Às 14.30, 16.45, 18.45, 21.30 e 23.45
– Int. men. 18 a.
EU TE AMO
c/ Sónia Braga

IMPÉRIO 555134/5
Al Afonso Henriques, 35

Às 15.15, 18.30 e 21.30
— M. 12 a.
OS IMPLACÁVEIS EXTERMINADORES

LIDO 936593
P. D. João I, Amadora

Às 21.30 –
— M. 12 a.
SER OU NÃO SER

Às 21.30 – M. 16 a.
A FORÇA MORTAL

MONTECARLO 681117
Av. Pedro Álvares Cabral 37
Às 14.15, 16.30 e 21.30
– Int. men. 13 a.
OS CANHÕES DE NAVARONE

Às 24
FÚRIA DE VENCER

NIMAS 574362
Av. 5 de Outubro, 42-B

Às 14, 16.30, 19 e 21.30
– M. 16 a.
STAR 80, A TRAGÉDIA

ODEON 328263/4
R dos Condes, 12 a 20

Às 15.15, 18.15 e 21.30
– Int. men. 18 a.
OS FRUTOS DA PAIXÃO
AVISO: contém cenas eventualmente chocantes

PATHÉ 821933
R Francisco Sanches, 122

Às 14, 16.30 e 21.30
– M. 12 a.
S. A. S. TERROR EM S. SALVADOR
c/ Miles Okeefe
Colorido

Uma cena do filme «A Mulher do Aviador» realizado por Eric Rohmer em exibição no ESTÚDIO 444

POLITEAMA 326716
R. Portas S. Antão, 109
Às 14.15, 16.30, 19 e 21.30
– M. 16 a.
De novo o par mais hilariante do cinema...
ESPIÕES POR CONTA PRÓPRIA
c/ Terence Hill e Bud Spencer

QUARTETO 771378
R. Flores de Lima, 16

SALA 1
Às 14.30, 16.45, 19 e 21.30
– N. ac. men. 18 a.
DESPERADO CITY
Às 23.30 – M. 18 a.
O FILME MAIS MALUCO DO MUNDO
SALA 2
Às 14.30, 16.45, 19 e 21.30
– M. 16 a.
PAIXÃO
Às 23.30 – M. 18 a.
O MISTÉRIO DA DAMA DESAPARECIDA
SALA 3
Às 14.30, 16.45, 19 e 21.30
– M. 16 a.
A MULHER EM CHAMAS
de Robert Van Ackeren
Às 23.30 – M. 18 a.
TRON
SALA 4
Às 14.15, 16.30, 19 e 21.15
– M. 12 a.
O CONTRATO
Às 23.30 – M. 18 a.
O MISTERIOSO MR. MACKINTOSH

QUINTETO 573407
R Actor Taborda, 27-B

Às 14.30, 16.45, 19 e 21.30
— N. ac. men. 13 a.
A RAINHA AFRICANA
Às 24
DUAS MULHERES, O MESMO DESTINO

ROMA TEL. 727778
Av. de Roma, 14 M-N

Às 15.30, 18.30 e 21.30
— M. 16 a.
O REGRESSO — COME BACK

ROXY 548560
Av. Almirante Reis, 20

Às 14, 16.30, 19 e 21.30
– M. 12 a.
A FÚRIA DO GUERREIRO

SÃO JORGE 579144/579344
Av. da Liberdade, 175

SALA 1

15.30 – 18.30 – 21.45
– N. ac. men. 13 a.
SAFARI 3000

SALA 2

Às 14., 16.30, 19 e 21.30
— M. 12 A.
YENTL
c/ Barbra Streisand

SALA 3

14.30 – 16.15 – 18.45 – 21.15
– M. 12 a.
ZELIG
c/ Woody Allen e Mia Farrow

7.ª ARTE 730715
Av. República, à E. Entre Campos, junto ao n.º 63
Às 14.45, 17, 19.10, 21.45 e 23.45
– M. 18 a.
MONTY PYTON'S, O SENTIDO DA VIDA
Domingo às 11.15 – Para Todos
MICKEY O SUPER-RATO

STAR 804210
Av. Guerra Junqueiro, 14-C

Às 15, 18.15 e 21.30
– M. 12 a.
A EDUCAÇÃO DE RITA

TURIM 706666
E. de Benfica, 723-A

Às 14, 16.30, 19 e 21.30
– Int. men. 13 a.
TUBARÃO III
de Simone Maccor Kindale

VOX 880808
Av. Fr. Miguel Contreiras, lote 879

Às 15, 18.15 e 21.30
– N. ac. men. 13 a.
Uma emocionante história de amor que nos leva a recordar...
O NOSSO AMOR DE ONTEM
c/ Barbra Streisand e Robert Redford

XENON 368480
Av. da Liberdade, 9
Às 14.15, 16.30, 19 e 21.30
– M. 16 a.
CHRISTINE, O CARRO ASSASSINO
Às 23.45 – N. ac. men. 18 a.
Bom Cinema
Um problema actual
FORÇA DE INTERVENÇÃO ANTIDROGA

outros cinemas

Lisboa

ALFA-1 – «Laços de ternura», às 21.30 (16 anos)
ALFA-2 – «A Força do Poder», às 21.15 (18 anos)
ALFA-3 – «Os Marginais», às 21.30 (12 anos)
OLÍMPIA – «O Mundo Sexo», sessões permanentes (18 anos)
MUNDIAL – «Laços de Ternura», às 21.30 (16 anos)
TERMINAL – «Star 80, a Tragédia», às 21.30 (16 anos)
CAPITÓLIO – «Prazeres Solitários», às 21.00 e 23.00 (18 anos)
ALFA-CLUB – «Jogos de Guerra», às 21.30 e 24.00 (12 anos)
LONDRES – «O Consul Honorário», às 21.30 (16 anos)
ESTÚDIO ACS – «Victor, Victória», às 21.30 (13 anos)
TIVOLI – «Psico II», às 21.30 (16 anos)
ZODÍACO – «A Última Loucura», às 21.30 (13 anos)
APOLO 70 – «Britannia Hospital», às 21.30 (13 anos)
CAPITÓLIO – «Carícias Imorais», às 21.00 e 23.00 (18 anos)
RESTELO – «Forte Apache», às 21.30 (18 anos)
CITY-CINE – «Fanny e Alexandre», às 21.00 (12 anos)
PROMOTORA – «Decameron III», às 21.30 (18 anos)
CINEMATECA PORTUGUESA – «Aconteceu em Xangai», às 21.30 (13 anos)

Linha de Cascais

ALGÉS – Stadium – «Kamikaze», às 21.15 (16 anos)
PAÇO DE ARCOS – Chaplin – «Rendez-zvous no Max», às 21.15 (18 anos)
ESTORIL – Casino – «Jovens Médicos Apaixonados», às 21.15 (12 anos)
CASCAIS – Império – «A Força do Poder», às 21.30 (18 anos)
ESTORIL – Palácio – «Pela Mira da Espingarda», às 21.30 (13 anos)

Outra Banda

ALMADA – Incrível – «Os Gladiadores do Futuro», às 21.15 (16 anos)
ALMADA – Academia – «Babalhão de Comandos», às 21.15 (13 anos)
CRUZ DE PAU – Lord – «Wargames», às 21.30 (18 anos)
ALMADA – Cine-Estúdio – «Debaixo de Fogo», às 21.30 (16 anos)

Linha de Sintra

CACÉM – Cine-Estúdio Flores – «Oficial e Cavalheiro», às 21.30 (18 anos)
Sintra – Carlos Manuel – «Guerra Aberta», às 21.30 (13 anos)

ERICEIRA – Cineestúdio – «As Bonecas da Califórnica», às 21.15 (13 anos)

Porto

COLISEU – «O Templo de Shaolin», às 21.30 (16 anos)
CHAPLIN – «O Vigilante», às 21.30 (16 anos)
PEDRO CEM – «A Odisseia do Submarino 96», às 21.30 (18 anos)
SALA BEBÉ – «Negócios Arriscados», às 21.45 (13 anos)
BATALHA – «Tornado», às 21.45 (16 anos)
TRINDADE – «Christie», às 21.45 (16 anos)
TERÇO – «007 Contra Goldfinger», às 21.30 (13 anos)
CHARLOT – «Debaixo de Fogo», às 21.30 (16 anos)
RAIONE – «Polícias e Ladrões», às 21.30 (12 anos)
SÃO JOÃO – «Laços de Ternura», às 21.30 (12 anos)
RIVOLI – «Debaixo de Fogo», às 21.30 (16 anos)
JÚLIO DINIS – «Garotas em Uniforme», às 21.30 (18 anos)
FOCO – «Apocalypse Now», às 21.30 (18 anos)
OLÍMPIA – «João Broncas e os Malucos da Bola», às 21.30 (18 anos)
LUMIÈRE-L – «O Bailarino das Nuvens», às 21.45 (12 anos)
PASSOS MANUEL – «Os Marginais», às 21.45 (12 anos)
ESTÚDIO – «O Ladrão de Bagdad», às 21.30 (13 anos)
ÁGUIA – «Chamavam-lhe Califórnia», às 21.30 (13 anos)
LUMIÈRE-A – «A Educação de Rita», às 21.45 (12 anos)

farmácias

Lisboa

PERMANENTE

AJUDA: Lopes Ribeiro, R. do Cruzeiro, 117 (T. 633280); **ALAMEDA - FONTE LUMINOSA: Igéria**, R. Barão de Sabrosa, 235-235-A (T. 888277); **ALVALADE: Alvalade**, Av. da Igreja, 16-A (T. 892070); **ANJOS - LISBOA GINÁSIO CLUBE: São José**, R. dos Anjos, 41-A (T. 570730); **BAIXA: Internacional**, R. do Ouro, 228-230 (T. 360203); **BENFICA - CHARQUINHO: Macedo**, R. República da Bolívia, 69-C (T. 703698); **ESTRELA - POSSIDÓNIO DA SILVA: Tagus**, R. Possidónio da Silva, 162-A (T. 669485); **GALINHEIRAS - CHARNECA - LUMIAR: São Bartolomeu**, Vila Paulo Jorge, 1 (T. 790969); **LAPA -SANTOS: Eduardo A. César**, R. das Trinas, 102-A (T. 662631); **MADRE DE DUES - POÇO DO BISPO: Grijó, R. do Grilo 25 (T. 385264); OLIVAIS SUL: Higiene**, R. Cidade de Vila Cabral, Lote 43 (T. 310026); **SALDANHA: Cruz Nunes**, P. Duque de Saldanha, 14-15 (T. 41845); **ODIVELAS: Almeida**, Pt. à R. Tomás da Anunciação, 38-B; **PONTINHA: Pontinha**, E. de Santo Elói, 4, lote SE (T. 990220).

REFORÇO

ALCÂNTARA: Probidade, R. de Alcântara, 15-A-B (T. 638489); **ALMIRANTE GAGO COUTINHO: Estados Unidos**, Av. Estados Unidos da América, 16-B (T. 885859); **AMOREIRAS -ESTAÇÃO DA CARRIS: Ivone**, R. Silva Carvalho, 242-C (T. 650760); **CAMÕES - SANTA CATARINA: Combro**, C. do Combro, 82 (T. 326059); **CAMPO D'OURIQUE: Periírio**, R. Francisco Metrass, 49-B (T. 663349); **CHILE -ARCO DO CEGO: São Jorge**, L. do Leão, 3-A-B (T. 534027); **GRAÇA: Almeida Dias**, L. da Graça, 28-39 (T. 862909); **LARGO DO CAMPO PEQUENO: Miranda**, L. do Campo Pequeno, 26-B-C (T. 770776); **OLIVAIS VELHO: Olivais**, R. Alves Gouveia, 15-A (T. 311227); **PALHAVÃ: Curie**, Av. Mamade Curie, 15-A (T. 778439); **RESTELO - ALGÉS; Ocidental**, R. D. Jerónimo Osório, 18-D (T. 810256); **BRANDOA - COLINA DO SOL - AMADORA: Vida Reis**, Urbanização Alfornelos, célula G, lote 35 (T. 996540); **BURACA - AMADORA: Vaz Martins**, R. António Ferro, 6-A (T. 970660); **OLIVAL BASTO: Nova**, R. Açores, 11-A (T. 910305); **PRIOR VELHO; Matos**, T. Prioras (T. 2519939).

Outra banda

ALMADA: Cristo Rei, Av. do Cristo Rei, 31-A (T. 2766498). Até às 22 horas; **COVA DA PIEDADE: Cerqueira**, L. 5 de Outubro, 18 (T. 2750253). Permanente; **COSTA DE CAPARICA: Cartos**, Av. do Mar, 34-A (T. 2401060). Até às 19 horas; **LARANJEIRO: Feijó**, R. Borges Reog, 7 (T. 2290911). Até às 22 horas; **SESIMBRA: Lopes**, R. Cândido dos Reis, 21 (T. 2233028); **LAVRADIO: Parreira**, R. D. Silva Cristino, 15 A, r/c (T. 2042016). Até às 19 horas; **BARREIRO: Higiénica**, R. D. Manuel I, 178 (T. 2073017). Permanente; **BAIXA DA BANHEIRA: Nova Fátima**, E. Nacional, 244-A (T. 2040141). Até às 19 horas; **CORROIOS: Universo**, E. Nacional, 10 (T. 2290084). Até às 19 horas; **AMORA: Matos Lopes**, R. 1.º de Maio, lote 401 (T. 2216355). Até às 22 horas; **SEIXAL: São Pedro**, Av. Dr. Teófilo Braga (T. 239025). Até às 19 horas; **ALHOS VEDROS: Portugal**, Av. da Bela Rosa, 8 (T. 204250). Até às 19 horas; **ALCOCHETE: Nunes**, L. Coronel Ramos da Costa, 10 (T. 234137). Até às 19 horas.

Linha de Cascais

ALGÉS: Cabrita, P Miraflores, lote 12 (T. 2101486). Permanente; **LINDA-A--VELHA: Moderna**, Av. 25 de Abril, 21-C (T. 2191235). Até às 22 horas; **TIRES: Guimarães**, R. Duartes, lote A, r/c (T. 2441616). Até às 22 horas; **ALCABIDECHE: Carvalho**, B. Padre P. Correia, 3-B (T. 2690363). Até às 22 horas; **PORTO SALVO: Ferreira Bastos**, R. D. Firmino Rebelo (T. 2421015). Até às 22 horas; **MALVEIRA DA SERRA: Luz**, E. Nacional (T. 2850635). Até às 22 horas; **PAÇO DE ARCOS: Trindade Brás**, R. Costa Pinto, 184 (T. 2432034). Permanente; **OEIRAS: Godinho**, R. Cândido dos Reis, 98 (T. 2430090). Até às 22 horas; **CARCAVELOS: Vilar**, Av. Maria da Conceição, lote 8 (T. 2470777). Permanente; **SÃO DOMINGOS DE RANA: Godinho da Silveira**, Av. Sabóia, 29-B (T. 260085). Até às 22 horas; **PAREDE: Brandão**, Av. da República, 77-C (T. 2471054). Permanente; **MURTAL: Primavera**, R. das Parreiras, 2 (T. 2472278). Até às 22 horas; **SASSOEIROS: Amaral Semblano**, Quinta das Encostas (T. 2461312). Até às 22 horas; **BIRRE: Imani**. Até às 22 horas; **MADORNA: Madeira**, R. A (T. 2476326). Até às 22 horas; **AMOREIRA: Abrantes**, Vivenda Maria Carlos Anjos (T. 2682313). Até às 22 horas; **MONTE ESTORIL: Ostende**, R. de Espinho, 1 (T. 260391). Até às 22 horas; **CASCAIS: A. Costa**, R. Freitas Reis, 24-C (T. 280214). Permanente.

Linha de Sintra

AMADORA: Campos, R. Elias Garcia, 185 (T. 930072). Permanente; **São Jorge**, R. Pedro dei Negro, 5, Reboleira (T. 938703). Até às 22 horas; **DAMAIA: Confiança**, R. Bartolomeu Dias, lote D (T. 971012). Até às 22 horas; **QUELUZ: Zeller**, R. da República, 83 (T. 950045). Até às 22 horas; **CAMARATE: Mendonça**, Apelação. Até às 19 horas; **ALGUEIRÃO: Vítor Manuel**, E. do Algueirão, 123. Permanente; **CACÉM: Araújo e Sá**, E. de Paço de Arcos, lote 1-B (T. 9240781); **Permanente; MERCÊS: Claru Russo**, R. Abade Faria, 2-A (T. 9215275). Até às 22 horas; **RINCHOA: Araújo**. Até às 22 horas)M **SINTRA: Marrazes**, Estefânia (T. 9230058). Permanente; **COLARES: Abreja** (T. 9290088).

MOSCAVIDE: Santa Bárbara, R. Francisco M. Beato, 75-A (T. 2518918). Até às 22 horas. **SACAVÉM: Lourenço**, Av. Almirante Reis, 31 (T. 2518151). Permanente; **LOURES: Saraiva**, Av. da República, 86 (T. 2530027). Até às 22 horas.

PORTO

ATÉ ÀS 22 HORAS

HERCULANO, R. Alexandre Herculano, 384; **TERREIRO**, R. da Reboleira, 21; **BARROS**, R. do Bonjardim, 1292; **VITÓRIA**, R. São Roque da Lameira, 756; **MAIA**, R. do Campo Alegre, 192.

PERMANENTE

PEREIRÓ, R. da Preciosa, 35; **ORDEM DA TRINDADE**, R. Heróis e Mártires de Angola; **CARNEIRO BARBOSA**, R. da Firmeza, 99-A; **AREOSA**, R. D. Afonso Henriques, 1-5, Areosa; **ALMEIDA**, R. Castelo de Numão, 37.

Coimbra

ATÉ ÀS 22 HORAS

CRUZ E COSTA, R. A. Vasconcelos, 71-71-A.

PERMANENTE

SILVA SOARES, R. Vasco da Gama, 44.

teatros

Lisboa

VILLARET – «Super Silva», às 21.30 (12 anos)
BAIRRO ALTO – «Abel, Abel», às 21.30 (13 anos)
TRINDADE – «Diário de uma Criada de Quarto», às 21.45 (16 anos)
SÃO CARLOS – «Anna Bolena», às 21.30 (6 anos)
ABC – «É Tudo a Roubar», às 20.30 e 23.00 (18 anos)
VARIEDADES – «Eu Desço na Próxima, e Você?», às 21.45 (13 anos)
D. MARIA II – «A Carroça do Poder», às 21.30 (12 anos)
COMUNA – «Marat», às 21.30 (13 anos)
D. MARIA II – Sala Experimental – «Reis Coxos», às 21.45 (6 anos)
TEATRO DA GRAÇA – «A Comédia dos Horrores», às 21.30 (18 anos)

PORTO

CAMPO ALEGRE – «Um Cálice de Porto», às 21.45 (13 anos)
POVO PORTUENSE – Selva Trupe – «O Amor de uma Mulher», às 21.45 (13 anos)
REALEJO – «Memória no Espelho», às 21.45 (13 anos)
TEAR – «Anfitrião», às 21.30 (13 anos)
TEP – «Eles Não Usam Smoking», às 21.45 (13 anos)

DL

PORTE PAGO

Propriedade, Composição e Impressão:
RENASCENÇA GRÁFICA, SARL
Administração, Redacção, Publicidade e Serviços Técnicos:
RUA LUZ SORIANO, 44 – 1200 LISBOA
TELEFONES: 321154/5 – 320271/2/3
Publicidade: 368740
Serviço de noite (depois das 21):
Portaria: 321154
Redacção: 320271/2/3

Depósito Legal n.º 1426/82
Endereço Telegráfico DIBOA
Telex 12363 LISBOA PORTUGAL

DELEGAÇÃO DO PORTO
Rua do Almada, 30-2.º – 4000 PORTO
Telefones: 20954/5

Distribuição: INTERPRESS
Rua do Norte, 115-1.º – 1200 LISBOA
Telefones: 322100-322204-320784

MARÉS DE HOJE

PREIA-MAR		BAIXA-MAR	
2.09	3,7 m	7.44	1,1 m
14.27	3,7 m	20.06	1,0 m
Dia 30			
2.48	**3,7 m**	8.20	**1,0 m**
15.04	3,8 m	20.44	0,9 m

TEMPERATURAS DO AR ÀS SEIS HORAS:

VIANA DO CASTELO	12º
BRAGANÇA	9º
VILA REAL	8º
PORTO	11º
COIMBRA	12º
CABO CARVOEIRO	13º
PORTALEGRE	8º
LISBOA	13º
ÉVORA	12º
BEJA	12º
FARO	14º
SAGRES	–
PONTA DELGADA	17º
FUNCHAL	16º

Pieter Botha inicia visita a Lisboa

Chegou esta manhã a Lisboa, o primeiro-ministro sul-africano Pieter Botha, que inicia no nosso país uma controversa viagem de 15 dias à Europa, a primeira de um dirigente sul-africano desde há 38 anos. A deslocação de Botha tem vindo a ser fortemente contestada pelos opositores do regime de minoria branca da África do Sul e é previsível que ela esteja na origem do encontro do secretário de Samora Machel, Muradali Mamadussen, com Ramalho Eanes.

A deslocação à capital portuguesa do primeiro-ministro sul-africano deve-se a um convite de Mário Soares, feito há três meses, por ocasião da assinatura dos acordos de N'Kcomati entre a África do Sul e a República Popular de Moçambique. Fontes diplomáticas disseram, a propósito dos protestos que esta visita provocou, que «o Governo de Lisboa não pode inconsciente e irresponsavelmente esquecer os 600 mil portugueses que vivem e trabalham na África do Sul».

Pieter Botha, que estará em Portugal até à próxima quinta-feira, será recebido oficialmente pelo Presidente da República e pelo Primeiro-Ministro, mas não está prevista qualquer recepção na Assembleia da República como geralmente acontece com visitas de outros chefes de Governo. O PCP apresentou, aliás, no Parlamento, um voto de protesto pela visita de Botha, que não foi ainda votado.

Às 15 e 30 de hoje, Pieter Botha, que é acompanhado pelo ministro dos Negócios Estrangeiros, Roelof «Pik» Botha, encontra-se com Mário Soares, em S. Bento, e à noite está presente no jantar oferecido pelo Primeiro-Ministro português, que tem lugar no Palácio da Vila de Sintra.

Amanhã, às 10 horas, a delegações sul-africana e portuguesa têm uma reunião de trabalho em S. Bento e às 15 e 30 será dada uma conferência de Imprensa no Palácio das Necessidades. Às 17 horas, Botha é recebido por Ramalho Eanes no Palácio de Belém e à noite oferece um jantar em honra a Mário Soares no hotel Ritz. A partida está prevista para a manhã de quinta-feira.

«Repulsa» da Associação 25 de Abril

Para além de Lisboa, Pieter Botha visita seis outras capitais europeias e eventualmente uma sétima-Roma. Além disso, fará uma visita privada a França, país cujo governo se recusou a recebê-lo oficialmente.

Recorde-se que a visita do primeiro-ministro sul-africano foi precedida de visitas a Lisboa do ministro moçambicano da Informação e de uma delegação do Congresso Nacional Africano que explicaram os seus pontos de vista relativamente ao regime de Pretória.

Ontem, o Presidente da República recebeu Muradali Mamadussen, secretário do presidente de Moçambique, que lhe transmitiu uma mensagem verbal de Samora Machel. Uma fonte da Presidência da República disse desconhecer o teor da mensagem e se ela estaria relacionada com a visita de Botha. Por seu lado, Mário Soares recebeu o embaixador de Moçambique em Lisboa, João Baptista Cosme, acompanhado pelo secretário de Samora Machel. Não foram também divulgados os assuntos tratados na audiência.

Entretanto, a Associação 25 de Abril, que agrupa portugueses residentes em Angola, manifestou ontem a sua «repulsa e indignação» pela visita que o primeiro-ministro sul-africano efectua a Lisboa.

Numa mensagem enviada ao Primeiro-Ministro português, a Associação considera a visita de Botha como «indesmentível testemunho da ostensiva confrontação do Governo de Mário Soares contra a vontade dos povos da África e de Portugal».

Recorde-se que, devido ao regime de «apartheid», a África do Sul foi expulsa da Assembleia Geral das Nações Unidas e dos Jogos Olímpicos. O país foi considerado indesejável em quase todos os organismos internacionais de comércio e de relações técnicas.

Pieter Botha, com 68 anos, iniciou a sua carreira política depois da II Guerra Mundial, quando se tornou deputado do Partido Nacional. A sua primeira experiência governativa remonta a 1958, quando foi nomeado vice-ministro do Interior, após o que foi ministro do Desenvolvimento, Obras Públicas e Assuntos Raciais até 1966. Em 1961, assumiu cumulativamente a pasta da Defesa, que manteve até 1980. Em 1978, foi indigitado como primeiro-ministro.

Botha é directamente responsável pela deslocação forçada de centenas de milhares de mestiços e de negros do distrito da cidade do Cabo. Como ministro da Defesa, ficou directamente ligado à criação do poderoso aparelho militar sul-africano. Foi também ele que decidiu, em 1975, o envio de tropas para Angola.

tribunal de polícia

Guiar fora da lei sai sempre caro

Mário Castrim

— Tem alguma coisa a alegar em sua defesa? — perguntou o juiz.

Ao moço tremeu-lhe a voz:

— Queria só dizer que estou arrependido.

O truque parece demasiado à vista, o instinto que manda comover (demover) o adversário quando não se apresenta outra saída. Mas o juiz não vai na carambola. Aproveita o momento para fazer pedagogia — e mal vai a um juiz no tribunal com estas características se ao acto de julgar não acrescenta o de ensinar ou seja, o de marcar para a responsabilidade.

— Arrependido de quê? — pergunta — de ter guiado sem carta? O arrependimento existe quando ferimos valores morais e guiar sem carta é apenas isso: guiar sem carta. O que você está é a atirar o barro à parede...

— Não, não é isso! — e a voz do réu ganhou um novo metal. Explicou tudo.

Ele está fora de Lisboa, no distrito de Aveiro. Vem à capital de mês a mês, então encontra uns amigos, velhos companchas, e aí vai uma passeata pelos arredores, mesmo sem carta, enfim, sempre aquela esperança de que não aconteça nada. Do que ele está arrependido é de ter cedido à tentação, de não ter medido bem as consequências.

O juiz aceita-lhe a sinceridade. Mas percebe-se à légua que poderá fazer pouquíssimo, à luz dos códigos e das situações.

O moço responde agora pela quarta vez e sempre pela mesma razão. Há quem ande naquilo uma vida inteira e não lhe aconteça nada. A ele, no espaço de um ano, é aquela conta! Vem a Lisboa, o convívio com os amigalhaços, toca a andar, não há-de acontecer, seja o que Deus quiser. E logo aquela «operação stop», já forjada pelo destino, à sua espera, na Estrada da Circunvalação...

Com tudo isso, já pagou um balúrdio de massa. Para cima de vinte e três contos, só em multas no tribunal. E mal sabe ele ainda o que está para vir...

A primeira condenação, com pena suspensa, foi no ano passado. A segunda foi no princípio deste ano — e como o Tribunal de Polícia, a admitir «brincadeiras», só as admite na «noite de núpcias», agora já foi a doer. Mais ainda o foi pela Páscoa (lindo folar, não haja dúvida!) quando aconteceu a terceira presença.

O juiz mostra-se interessado naquela teimosia em coleccionar multas. Não terá chegado a nenhuma conclusão definitiva. Apenas já se contenta em saber porquê o réu não faz essa coisa tão simples e tão prática, tão libertadora de sarilhos que é — tirar a carta de condução...

Estou a tirar — responde — mas chumbei no dia sete. Já é a segunda vez que chumbo. E sempre na teórica...

Dá a sua explicação para o fenómeno:

— Os exames são marcados com tanta demora que, quando chega a minha vez, já esqueci tudo...

O réu é estucador. Tem apenas a quarta classe. Por vezes, considera o juiz, há dificuldades na prova teórica, por falta do manuseamento de um certo tipo de linguagem, mas aconselha o réu a preseverar e a procurar, nos limites da lei, a solução para esse problema.

Porque ele, ali, não o pode resolver. Quando muito, poderá evitar-lhe uma data de meses de cadeia a que, pela teimosia na reincidência, já deveria ser obrigado. E se assim faz, é por considerar que a presença do réu ali não se deve a nenhuma manobra perigosa, a nenhuma transgressão grave — mas ao acaso de uma «operação stop»; por considerar ainda que a culpa dos «chumbos» não será integralmente sua.

Até aí, pode ir. Mais longe, não. O réu tem de pagar uma nova multa de 84 mil escudos — a acrescentar a outras cujo pagamento, a prestações, ainda não está integralmente feito.

— Não tenciono cá voltar — declara.

E o juiz, nas calmas:

— Acho bem, acho bem. Mas faça isso por si. Porque a mim não me maça nada...

Encontro sobre o mar reúne em Lisboa 80 especialistas

Reforçar os conhecimentos sobre o mar e as suas potencialidades é o objectivo genérico da reunião internacional que vai trazer a Lisboa, de 4 a 9 de Junho, cerca de 80 especialistas provenientes de 45 países e 5 organizações de âmbito mundial.

O encontro, que se realiza no Laboratório Nacional de Engenharia Civil, começará por estabelecer um plano conjunto para um grande programa de assistência às infra-estruturas dos países em desenvolvimento, no campo das ciências marítimas e propor formas de mobilização das respectivas fontes de financiamento.

Na reunião serão ainda debatidos a optimização da utilização dos navios de investigação oceanográfica, o intercâmbio de conhecimentos de tecnologia no contexto do novo regime dos oceanos e a melhoria do ensino das ciências do mar e da engenharia dos oceanos. Basicamente o encontro vai debruçar-se sobre quais as medidas a tomar para reduzir a distância entre países industrializados e os em via de desenvolvimento no domínio dos assuntos oceânicos.

Os peritos que se deslocarão a Lisboa integram o Grupo de Trabalho para a Formação, Ensino e Assistência Mútua no domínio das Ciências do Mar da Comissão Oceanográfica Internacional (COI) — organismo da UNESCO.

Os trabalhos preparatórios da conferência começaram ontem com um «workshop» sobre a utilização dos navios de investigação oceanográfica.

Esta manhã

Ex-gestor da Gelmar morto a tiro à saída de sua casa

O dr. Rogério Canha e Sá, presidente da Comissão Administrativa da Gelmar, até ao desmembramento pelo Governo da empresa, em Fevereiro deste ano, foi morto cerca das oito horas desta manhã, à saída da sua casa, em Santo António dos Cavaleiros, num atentado reivindicado em panfletos deixados no local pelas autodenominadas «FP-25». A ocorrência teve apenas uma testemunha ocular (um estudante da Escola Secundária de Odivelas) que afirma ter visto a vítima ser alvejada por quatro tiros disparados de um automóvel ocupado por dois indivíduos com aspecto ainda jovem.

Na altura em que foi atingido, o dr. Canha e Sá foi ao longo dos quatro anos em que se encontrou à frente da Gelmar «o responsável pelo seu encerramento e pela situação de desemprego em que estão presentemente os seus setecentos trabalhadores».

«A política da burguesia, de que o dr. Canha e Sá foi um zeloso agente — lê-se no panfleto das FP-25» levou essa empresa nacionalizada a uma situação de falência através da utilização dos subsídios estatais na criação de condições técnicas de produção (aquisição de viaturas de distribuição, campanhas publicitárias, estudos de desenvolvimento), provocando a ruptura económica pela degradação do sistema de aprovisionamento de matéria-prima para laboração. Deste modo, num futuro próximo o património da Gelmar será vendido a baixo preço em hasta pública e os dinheiros gastos na sua aquisição, serão assim transferidos para as empresas privadas que vão surgir no sector».

As «FP-25» terminam o seu panfleto, afirmando que ao executarem o dr. Canha e Sá, diplomado pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina, «eliminaram um inimigo dos trabalhadores a quem tratava com desprezo e arrogância, responsável directo pelo desemprego de 700 pessoas, colonialista com responsabilidades políticas e administrativas em Moçambique, colaborador como quadro da NATO e especialista em liquidar empresas públicas ou intervencionadas, tais como a SAAP, J. Pimenta e Gelmar».

Referindo-se ao atentado, um porta-voz do Sindicato do Comércio, organismo que representa maioritariamente os trabalhadores da Gelmar, ao afirmar ao «DL» que «acções dos trabalhadores que passam pelo cumprimento da legalidade democrática».

Entre outras acções, as «FP-25» já reivindicaram até agora a morte em Almada, em 6 de Dezembro de 1982, do capitão Monteiro Pereira, administrador da Fábrica de Louças de Sacavém, o atentado em Cascais, em 26 de Julho de 1981, contra o eng.º Piçarra, administrador da «Standard Eléctrica», que sobreviveu ao ferimento, (começou hoje no Tribunal de Cascais o julgamento do professor, ANtónio Baptista, réu neste processo), e ainda o atentado bombista perpetrado o mês passado em S. Mansos (Évora), contra a casa de um agrário, de que resultou a morte de um bebé de três meses.

Dr. Canha e Sá, o ex-administrador da Gelmar morto esta manhã em Santo António dos Cavaleiros

Dois cavalos atrasaram a Linha de Sintra

Dois cavalos do Exército provocaram esta manhã atrasos de cerca de uma hora na circulação dos comboios da linha de Sintra. Os dois animais terão fugido dos Pupilos do Exército e após correria ao lado da linha seriam apanhados por dois comboios.

Os prejuizos na circulação dos comboios não se limitaram aos atrasos: um dos cavalos, que foi trucidado, rebentou, com o choque, um dos vidros laterais de uma das carruagens, provocando ferimentos em três passageiros.

O cavalo morto por volta das 8 e 43 só seria retirada do via às 9 e 45, permitindo então o restabelecimento da circulação.

SAI NA ÚLTIMA TERÇA-FEIRA DE CADA MÊS

TERÇA-FEIRA, 29 DE MAIO DE 1984

INFORMÁTICA

Computadores chegaram ao ensino secundário e já não arredam pé...

Escola da Parede promoveu iniciativa que fala por si

Pág. 8

Estabelecimentos vão ser equipados com o ENER 1000

Vinte e quatro secundárias têm iniciação à informática

Pág. 2

Os bancos de dados e a medicina do trabalho

Pág. 3

Assembleia da República aprovou projecto da ASDI e proposta do Governo

Informática e defesa da privacidade um debate por concluir

Pág. 4 e 5

Uma experiência piloto que arranca em Outubro

Computadores nacionais vão equipar escolas secundárias

A introdução da informática nas escolas secundárias portuguesas, como elemento auxiliar do ensino, deu na passada quarta-feira um passo fundamental, com o arranque de uma experiênica-piloto cujo protocolo foi então assinado em Coimbra.

Graças à colaboração prestada pelas empresas operadoras de telecomunicações (CTT, TLP e Rádio Marconi), 12 escolas dos concelhos de Figueira da Foz, Montemor-o-Velho, Coimbra, Viseu e Guarda terão ao seu dispor, já no próximo ano lectivo, um computador desenvolvido e fabricado em Portugal.

O apoio daquelas empresas, que já patrocinam o projecto de Escritório Electrónico Nacional, é apenas uma das vertentes desta experiência que pretende associar a indústria, através da Enertrónica (pequena empresa da Figueira da Foz responsável pela produção industrial dos computadores Ener (1), e a Universidade, através dos departamentos da Universidade de Coimbra que desenvolveram o projecto daquele computador, as Câmaras Municipais dos concelhos onde estão instaladas as escolas que receberão os computadores, a Secretaria de Estado das Comunicações e o Ministério da Educação.

Apoio à indústria

O objectivo fundamental da iniciativa reside no apoio à indústria nacional de microinformática e na divulgação e banalização de conhecimentos informáticos, esperando-se que dela se possam extrair conclusões que venham a viabilizar a futura aprovação de um plano global de introdução de computadores nas escolas.

Os computadores (cujo custo unitário ronda os 400 contos) serão adquiridos à Enertrónica pelas empresas referidas, que os oferecerão às escolas, e as Câmaras Municipais encarregar-se-ão do pagamento dos consumíveis (diskettes, papel etc.).

A Universidade de Coimbra, por seu lado, supervisionará todo o projecto por intermédio do grupo de informática do Departamento de Engenharia Electrónica, procedendo à avaliação dos respectivos resultados, com vista à passagem para nova fase de desenvolvimento, e esclarecendo as dúvidas que possam surgir.

Formação dos professores

A assistência técnica dos equipamentos, bem como a formação dos professores responsáveis pelo leccionamento das disciplinas da área de estudos económico-sociais do décimo e décimo primeiro anos, onde os computadores serão utilizados, competirá à Enertrónica.

A formação desses docentes deverá permitir-lhes obter os conhecimentos necessários sobre a teminologia informática, a estrutura geral e o modo de funcionamento dos computadores e as suas possibilidades e limites de utilização.

Por outro lado, os professores deverão adquirir durante esse período de preparação conhecimentos de aplicações informáticas referentes às áreas que leccionam. Tratar-se-á, nesse aspecto, de uma formação essencialmente prática que lhes possibilitará, excepcionalmente, conhecimentos sobre processadores de texto, programas de contabilidade, programas de gestão de ficheiros e folhas de cálculo.

Quanto à primeira parte da formação dos professores, ela incidirá sobre as características e constituição dos computadores, sistema de operação, periféricos, formas de comunicação, linguagens de programação e tratamento de informação de computadores.

A Direcção-Geral do Ensino Secundário terá a seu cargo, de acordo com o protocolo, a conjugação das acções a desenvolver, assegurando ao processo as adequadas condições pedagógicas.

Além dos 4 860 contos que custarão os doze computadores, os CTT, os TLP e a Rádio Marconi financiarão ainda as despesas de observação e avaliação dos resultados do projecto, a cargo da Universidade de Coimbra, e que estão estimadas em mil contos nos dois anos lectivos que demorará a experiência.

Objectivos gerais

Nos termos do protocolo, com este projecto piloto pretende-se essencialmente: incentivar a concepção e o conhecimento nacionais no campo das tecnologias de informação; apoiar a industria nacional do sector; facilitar o acesso em larga escala aos conhecimentos de informática e introduzir a título experimental, no ensino secundário, a utilização dos computadores.

A participação da secretaria de Estado das Comunicações explica-se, tal como acontece no projecto de escritório electrónico, pelo facto de a promoção das tecnologias de informação ser um dos seus campos preferenciais de actuação. Nesta perspectiva é orientação daquele departamento governamental dar prioridade a projectos que visem a «criação de competência nacional, quer ao nível do «software», quer ao nível do «hardware», bem como as que visem a divulgação, dramatização e banalização dos conhecimentos de informática».

Quanto ao Ministério da Educação,que participa na experiência através do gabinete do secretário de Estado Adjunto do Ministro da Educação, a sua presença é justificada no protocolo com a sua preocupação em fazer «penetrar no meio educacional estes novos conhecimentos».

As empresas operadoras de telecomunicações, finalmente, finalmente, empenharam-se na iniciativa enquanto «interessadas na promoção das tecnologias de informação e no futuro recrutamento de profissionais com conhecimentos destas tecnologias.

«Uma experiência

A Enertrónica, por seu turno, segundo declarou ao «DL-Informática» um dos seus responsáveis, José Guedes, considera esta experiência «muito importante para o futuro» e entende segui-la a par e passo. A este entendimento parece dever-se, aliás, o facto do projecto piloto se limitar a abranger doze escolas. Segundo as nossas fontes o Ministério da Educação pretenderia finalmente que esse número fosse maior, mas a Enertrónica terá manifestado a opinião de que desta forma seria possível «seguir mais atentamente a evolução do processo».

De acordo com José Guedes, esta experiência poderá ser o embrião de futuros programas generalizados de Ensino Assistido por Computador, sabendo-se que alguns investigadores da Universidade de Coimbra deverão dedicar especial atenção a esta área durante os próximos anos.

Um dos grandes especialistas europeus em Ensino Assistido por Computador é, aliás, um professor português de uma Universidade da RFA, disse-nos aquele responsável empresarial, e é com essa universidade que os referidos investigadores de Coimbra deverão trabalhar num futuro próximo.

A terminar, refira-se que as escolas envolvidas no projecto são as n.º 1 e 2 da Figueira da Foz; a de Montemor-o-Velho; as escolas Avelar Brotero, D. Duarte, Infanta D. Maria, Jaime Cortesão, José Falcão e Quinta das Flores, de Coimbra; a da Guarda, e as escolas Emídio Navarro e Alves Martins, de Viseu.

(1) Os computadores que serão fornecidos às escolas são do tipo Ener 1000, a que o «DL – Informática» se referiu em pormenor quando, no princípio do ano passado, os responsáveis pelo seu projecto foram premiados com o prémio de criatividade, no decurso do Encontro Nacional das Industrias de Material Eléctarico e Electrónico. O volume de vendas da Enertrónica no seu primeiro ano de actividade, foi de 6700 contos).

Iniciação à informática em 24 escolas secundárias

A iniciação dos alunos do ensino secundário ao mundo da informática está a ser feita actualmente em 24 escolas de várias regiões do país. A informática fez a sua primeira investida nesse nível de ensino em 1973, data em que foi criado um curso complementar de informática.

A iniciativa limitou-se então a um único estabelecimento de Lisboa, onde a formação começou por ser exclusivamente teórica, e só em 1978 é que foi criada a formação nacional «informática», nos 10.º e 11.º anos de escolaridade, área C – estudos económico-sociais. Nesse ano, sete escolas de Lisboa foram equipadas cada qual com o seu terminal de computador, sendo a experiência alargada no ano lectivo seguinte a mais duas escolas de Lisboa e a uma do Porto, as quais receberam também os seus próprios computadores.

Posteriormente, em 1981-/1982, a formação vocacional informática foi reforçada com a sua entrada em seis escolas do grande Porto, e, no presente ano lectivo, a rede alargou-se a mais cinco, localizadas na Parede, Lisboa, Coimbra, Barreiro e Tomar.

Para lá deste vector, centrado na área C dos dois anos terminais do ensino secundário, as disciplinas de informática foram igualmente introduzidas este ano em três escolas, na área B – estudos científicos – tecnológicos.

O objectivo desta última iniciativa consiste no acesso directo aos cursos superiores de informática.

À margem destas duas áreas do 10.º e 11.º anos, onde o ensino da informática já criou algumas raízes, apesar dos múltiplos problemas que ainda existem em muitas daquelas escolas, estão em curso diversas experiências prometedoras. Assim, a Escola Secundária Oliveira Martins, do Porto, irá ser dotada em breve com oito terminais para o desenvolvimento de um projecto de Ensino Assistido por Computador, impulsionado pelo Centro de Informática da Universidade do Porto. Um dos objectivos desta experiência, que se iniciará no âmbito do ensino vocacional de informática, é o da sua aplicação à formação profissional de jovens e adultos.

Além do que fica descrito, refira-se ainda a introdução de minicrocomputadores, durante este ano lectivo, em três escolas onde começaram a ser ministrados cursos técnico-profissionais de contabilidade.

"Compucamps" para jovens em Espanha

Aproxima-se o Verão e as pessoas começam a pensar em férias. Soluções clássicas e ideias novas são passadas em revista, em busca de um melhor aproveitamento do escasso tempo disponível. Para os mais jovens, com férias mais longas e a necessidade de lhes atribuir também um carácter formativo, as alternativas são em bom número e as inovações frequentes.

Houve o tempo dos «campos de trabalho» no estrangeiro; a época das grandes voltas à boleia; a moda, ou a necessidade, das colónias de férias; a solução dos bilhetes «inter-rail» para as viagens baratas; há as múltiplas organizações de juventude, que se preocupam em proporcionar aos seus membros as melhores oportunidades de férias agradáveis e educativas, etc..

A nova vaga parece ser a dos campos de informática. Com grande sucesso nos EUA, os «compucamps» chegaram no ano passado à vizinha Espanha e parece que estão por lá a fazer furor.

Promovido pela primeira vez pela Asociacion Juvenil de Amigos de la Informatica (C. Velasquez, n.º 27, 3.º, CD. Madrid-1), uma entidade sem fins lucrativos, os «compucamps» aliam a possibilidade de praticar desporto e de desenvolver actividades como o teatro, ou a pintura, à iniciação aos computadores, com a aprendizagem de rudimentos de programação e com uma especial sensibilização para as potencialidades pedagógicas e formativas da informática.

Durante o Verão passado, os campos decorreram no Castelo de San Servando, em Toledo e, segundo os seus organizadores, ficou claramente provado que esta modalidade de férias pode constituir a forma ideal de fazer as crianças e os jovens descobrir o mundo apaixonante dos microcomputadores. Combinando actividades de ar livre e outras, com que os participantes já estão familiarizados, à aprendizagem «desportiva» da informática, conseguem-se resultados espectaculares, com grandes repercussões no desenvolvimento das capacidades criativas, intelectuais e lúdicas dos jovens, explicam os defensores dos «compucamps».

A Asociacion Juvenil de Amigos de la Informatica repetirá este ano a experiência de Toledo, estando desde há algum tempo esgotadas todas as inscrições para os campos que decorrerão desta vez em Soria e Ciudad Real. Os participantes terão entre 14 e 17 anos, no primeiro caso, e entre 10 e 13 no segundo. A estadia, com tudo incluído, custa cerca de 35 contos.

De acordo com os organizadores, tudo indica que nos próximos anos esta nova forma de passar férias se desenvolverá de forma acelerada transformando-se numa verdadeira moda.

O computador ao serviço da saúde

O papel dos bancos de dados na medicina do trabalho

A influência do meio de trabalho na saúde dos indivíduos é um dado incontestável. A análise científica dessa influência torna-se imperiosa para permitir anular, ou reduzir, os efeitos dos factores perturbadores e mesmo facilitar o diagnóstico e melhorar a terapêutica. O tratamento da enorme massa de dados de difente natureza que possibilitam a definição das relações meio de trabalho/saúde exige porém o recurso a meios informáticos. Torna-se assim necessário criar autênticos bancos de dados para tornar possível aquela tarefa. A experiência da IBM francesa neste domínio é-nos descrita no texto que se segue, da autoria do dr. Patrick Gerodias, do Centro de Exames Semiautomáticos de Medicina daquela empresa. O documento em questão foi apresentado ao 3.º Encontro Internacional sobre Medicina do Trabalho que, em meados deste mês se realizou na Fundação Gulbenkian, em Lisboa.

Quando no princípio do séc. XIX, LAENNEC descreveu o princípio da auscultação, fez com que a técnica aplicada ao exame clínico desse um enorme passo. O médico não se limitava já a observar, ele escutava... sem se esquecer de pensar.

Desde essa data, o conhecimento do corpo humano desenvolveu-se muito graças ao trabalho em comum do médico, do químico, do físico e do engenheiro electrotécnico.

Esta colaboração permitiu que, actualmente, se possa visualizar e explicar os fenómenos ou os sintomas mais ou menos complexos. Assim, a informação no sector médico apresenta-se cada vez mais sob a forma de dados técnicos cada vez mais exactos.

Não é menos verdade que o lado «artístico», e por isso subjectivo, da medicina perssistirá ainda muito tempo para avaliar o estado de saúde dos indivíduos.

Goldberger demonstrou bem que a saúde do ser vivo era conservada por um sistema triangular que agia sobre o indivíduo e compreendia factores endógenos (sistema biológico) e estimulantes dos meios físico e social; o trabalho desempenha um papel importante neste sistema triangular e o estudo da inter-relação homem-trabalho e das suas consequências será uma das missões da medicina do trabalho. O efeito combinado dos factores do meio de trabalho e do «programa» psicobiológico do indivíduo determina reacções benéficas e patogénicas, que podem conduzir, quer à saúde quer aos estados percursores de doença e ou à própria doença.

Esta sucessão de acontecimentos pode ser favorecida ou agravada por variáveis estranhas ao trabalho.

A medicina do trabalho vai portanto ter por missão estabelecer uma vigilância a cada um destes níveis:

1) – Medindo e registando sistematicamente os parâmetros da saúde e do ambiente, o que exige uma planificação minuciosa dos dados recolhidos.

2) – comparando e interpretando estes dados de forma a detectar eventuais modificações do estado de saúde conducentes à tomada de medidas preventivas.

É claro que esta observação, não apenas individual mas também colectiva, vai exigir a análise e a avaliação de numerosos dados, o que torna praticamente indispensável a utilização do computador.

A partir do momento em que se decide utilizar o computador para o tratamento dos bancos de dados impõem-se dois princípios fundamentais:

– necessidade da máxima exactidão das informações recolhidas

– garantia de protecção do segredo médico.

Na Companhia IBM França, os Serviços Médico Sociais, asseguram a vigilância médica do seu pessoal, recolhendo e tratando por computador, de forma total ou parcial, as informações digitais ou booleanas de diferentes tipos: administrativas e médicas.

Criação de bancos de dados

As informações recolhidas podem ser:

— *administrativas:* produzidas pela gestão informática do Serviço de Pessoal da Companhia, referem-se essencialmente à identidade do doente, idade, sexo, situação familiar, qualificações profissionais, local de trabalho, tipo de actividade, horários, ausências.

— *profissionais:* são as diferentes influências nocivas físicas e químicas às quais o paciente está exposto e, se possível, com uma quantificação dessa exposição.

— *médicas:* sob a forma de questionários, registos (electrocardiogramas por exemplo), resultados de análises laboratoriais.

Todas estas informações não são recolhidas sistemáticamente por todos, mas vão depender: da eventual exposição química ou física; do estudo pontual das reacções dos indivíduos a certos tipos de trabalho (terminais de écran); do estudo de saúde geral da população (exames de saúde); de campanhas de pesquisa (de sangue nas fezes); de campanhas de prevenção (vacinas); da vigilância dos hipertensos e da formação dos socorristas.

As informações recolhidas são depois transcritas sobre suportes informáticos, tais como: cartões, bandas, terminais de vídeo, etc. que tenham sido definidos pelos utilizadores e para estes. Com efeito, os Serviços Médico Sociais da Companhia IBM beneficiam dos serviços de uma equipa médico-informática cujas funções são de descobrir, propor e de pôr a funcionar o controlo de uma boa aplicação das soluções aos problemas que se põem. Em particular, a exactidão das informações será verificada e melhorada graças à modificação dos suportes, aos processos de recolha e de controlo mais ou menos automáticos, de forma a ter um mínimo de erros nos bancos de dados.

Utilização dos bancos de dados

A curto prazo colocam-se problemas de gestão tais como: convocações, verificação das visitas médicas efectuadas pelos vinte médicos cujos serviços estão disseminados; vacinações também com convocações emitidas automaticamente em função das necessidades, estágio recapitulativo e de previsões para o ano seguinte (actualmente cerca de 50% das 21.000 pessoas têm as suas vacinações antitetânicas e antipoliomielíticas em dia); os socorristas formados, reciclados pelos cuidados da Companhia e cuja repartição pelos diferentes locais tem de ser exacta; finalmente a gestão do orçamento e do pessoal de cada serviço médico.

O problema comum a estas aplicações é de poder localizar os doentes, uma vez que a população sob vigilância médica é muito móvel. Uma vez mais neste caso os processos informatizados informam os serviços médicos da chegada ou da partida dos doentes da sua zona de influência.

Mas há também problemas de observação. No nosso esquema sobre a inter-relação homem trabalho, vimos que a observação dos parâmetros do ambiente e da saúde eram uma das missões da medicina no trabalho.

Quanto ao ambiente desenvolvemos um sistema informatizado de observação do pessoal exposto a riscos físicos e químicos, registando, não apenas os tempos de exposição, mas também as eventuais anomalias biológicas descobertas.

Isto para responder: a cuidados médicos que assegurem uma melhor observação individual e colectiva, especialmente através da criação de um historial clínico e a uma necessidade legal que tornará obrigatória, a nível europeu, a criação de tais bancos de dados de observação.

Além disso, estudámos certos postos de trabalho, especialmente o do operador de terminal de video. O estudo dos tempos de utilização, do tipo de écran, do tipo de trabalho, de eventuais sinais de queixa do paciente, sem esquecer um exame à vista, permitem-nos, dois anos depois, compreender melhor as reacções do indivíduo a esta nova ferramenta de trabalho. Graças ao computador, que nos permite fazer estudos comparativos, tirámos conclusões tanto sobre o papel da implantação, como sobre o papel do trabalho em si mesmo.

Quanto à saúde um dos parâmetros da reacção do indivíduo ao trabalho é representado pelo absentismo; a sua duração e frequência, relacionadas com um eventual diagnóstico clínico permitem ao médico ter um indicador geral suplementar. Uma das dificuldades é a obtenção de informações em tempos relativamente curtos devido ao respeito pela lei que impõe uma visita de baixa, unicamente para as faltas de mais de 21 dias. Ainda neste caso, a utilização de bancos de dados informatizados dá ao médico uma ajuda preciosa.

Exames semiautomáticos

Por outro lado, a vigilância do estado de saúde por meio de exames de saúde sistemáticos (Centro de Exames Semi-Automáticos de Medicina do Trabalho) (CESAME), permite ao médico ter para cada paciente uma visão do seu estado de saúde. Praticado de 4 em 4 anos este exame tem por finalidade recolher o máximo de informações com a finalidade de preparar a visita anual do médico de trabalho e de ter um acompanhamento e um historial do perfil da saúde do doente.

Assim, podem ser detectados factores de risco, ameaças da modificação de saúde, que podem estar ou não relacionados com o trabalho.

No decorrer destes exames, inteiramente efectuados por enfermeiras, as diversas informações são recolhidas por meio de um questionário de cerca de 300 perguntas e subalíneas, de registos de electrocardiogramas, espirometria, morfometria, exame de vista, análises de urina (química e bacteriológica) e de sangue.

Todas estas informações são recolhidas da mesma maneira nos quatro centros franceses e em suportes de informação directamente assimiláveis pelo computador.

Deste modo, seguindo uma lógica definida pelo médico que estruturou o sistema, fornece-se ao médico do trabalho uma observação clínica com dados de ajuda ao diagnóstico, historial comparativos dos valores laboratoriais, identificação de factores de risco, e resumo destinado ao médico assistente, etc. Além disso, o computador permite o exame e a interpretação eléctrica automática dos electrocardiogramas.

Paralelamente a estes exames sistemáticos, propomos a todo o pessoal com mais de 40 anos, uma exame anual de pesquisa de sangue nas fezes; as respostas a um questionário; os resultados das análises; a actuação em caso positivo (tipo diagnóstico de investigação, tratamento efectuado) são registados no computador de modo a efectuar um procedimento qualitativo e quantitativo nesta área.

Finalmente, as informações sobre as doenças cancerosas na companhia são registadas com o intuito de estabelecer uma evolução comparada à média francesa.

Os estudos que fazemos a médio e a longo prazo fornecem-nos registos de ordem estatística, epidemiológica sobre os problemas que os médicos utilizadores consideram como importantes para desenvolver o nosso sistema de vigilância e de organização de medidas preventivas.

É assim que, no conjunto da população, foram feitos estudos sobre a glicémia, as dislipidémias, as hiperuricémias, hiperbilirubinémias, tabagismo e sua influência na leucocitose, alcoolismo, etc.

Além destes estudos estatísticos, é fornecido a cada médico um resumo recapitulativo das anomalias descobertas no decurso de exames clínicos, a fim de permitir a redacção de um relatório de actividades, que cada um deles deve legalmente efectuar.

Evolução dos bancos de dados

A vigilância da saúde não se pode conceber num sistema rígido. A aparição de novos inquéritos, novas técnicas, novas unidades (a mole, por exemplo) virão modificar progressivamente o conteúdo dos bancos de dados e embora esforçando-se sempre por melhorar a qualidade da informação é necessário assegurar que as novas informações são compatíveis com as anteiores.

Quanto à qualidade, ela deve ser mantida por meio de técnica de registo de informação e transcrição rigorosa.

Deve ter em conta o parecer dos utilizadores, tanto pacientes como médicos. Estes fornecem-nos as suas informações, comentários, críticas e assinalam-nos os erros a fim de se corrigirem os bancos de dados mantendo-os actualizados.

Quanto à compatibilidade, ela deverá ser uma preocupação permanente uma vez que uma informação pode ser modificada. Assim é necessário separar os resultados das análises de laboratório feitas com técnicas diferentes cujos resultados são fornecidos com outras unidades. Por exemplo, não se poderá fazer um trabalho estatístico a partir de um banco de dados comparando os resultados em miligramas por litro e milimole por litro. Será necessário preparar os dois conjuntos de resultados tornando-os coerentes entre si.

Organização dos bancos de dados

Se os bancos de dados devem ter uma arquitectura especial para corresponderam às necessidades do utilizador, eles devem também responder a uma necessidade: a protecção do segredo.

Muito antes dos condicionalismos impostos pela lei da informática, no tocante aos ficheiros e às liberdades, já nós tínhamos organizado os nossos bancos de dados de forma a que: os suportes magnéticos estivessem fisicamente protegidos contra roubos e fogo; o seu acesso, no plano informático, estivesse ligado a um sistema de chave, senha ou código; as informações fossem anónimas; os utilizadores fossem apenas médicos e não houvesse qualquer possibilidade de inter-relação com outros ficheiros.

Compreende-se que o respeito por estes princípios é a única garantia de uma boa cooperação entre o médico e o doente.

Com efeito, dirigimo-nos a pessoas, à partida de boa saúde, a quem devemos provar que a observação de um certo número de parâmetros é indispensável à manutenção de uma boa saúde.

A observação de numerosos parâmetros relacionados com o ambiente do trabalho e com a saúde devem ser a missão principal da medicina no trabalho.

A utilização do computador para assegurar esta tarefa, no todo ou em parte, exige uma autonomia completa dos Serviços Médicos, uma vez que a estes cabe o cuidado de manter a qualidade, a compatibilidade das informações recolhidas e a sua total protecção.

PATRICK GERODIAS

O computador na reabilitação

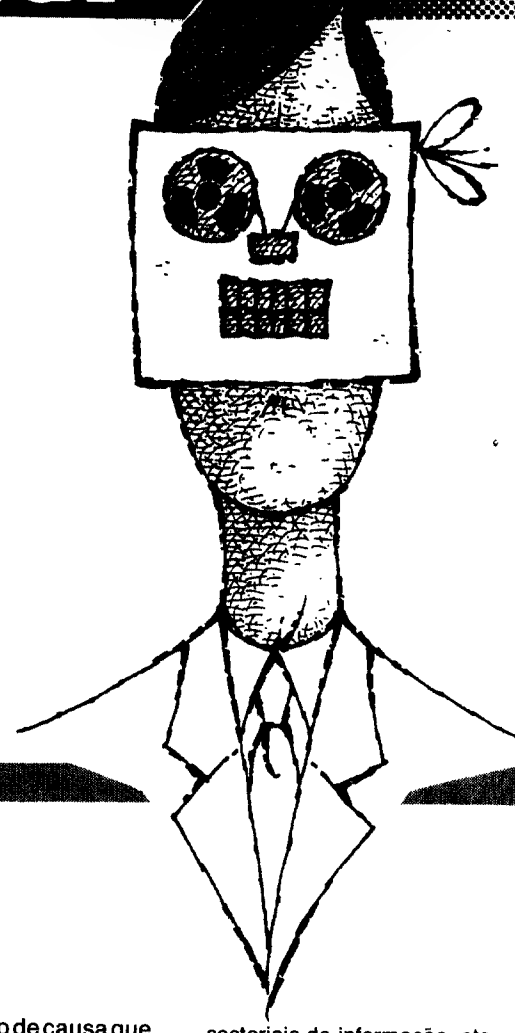
Durante a sua recente estadia em Portugal a primeira-ministra britânica, Margaret Thatcher, ofereceu em nome da ICL Computadores Limitada um sistema informático ao Centro de Reabilitação Vocacional do Centro Regional de Segurança Social do Porto, no âmbito da cooperação que tem caracterizado as relações entre os dois países.

A cerimónia teve lugar no Palácio da Bolsa, antes do almoço oferecido pela Associação Comercial do Porto e Associação Industrial Portuguesa, contando com a presença dos primeiros ministros britânico e português, Margaret Thatcher e Mário Soares, a secretária de Estado da Segurança Social, Leonor Beleza, o director do Centro da Segurança Social do Porto, Oliveira Ramos, o director-geral da ICL Portugal, José Luís Pina e o responsável da ICL do Porto, Gabriel Gonçalo.

O Centro Vocacional de Reabilitação do Porto, situado na Granja, é uma das quatro oficinas protegidas para reabilitação e formação profissional de deficientes, integrado no C.R.S.S. do Porto. É um Centro vocacionado por excelência para a orientação profissional, onde os indivíduos desde os 16 anos são submetidos a testes, exames e, posteriormentre, encaminhados para os diferentes sectores profissionais, de acordo com as capacidades e resultados obtidos.

Segundo declarações do responsável do Centro Vocacional, arquitecto Macias Sampaio, o indivíduo ou é passível de ser integrado no ambiente de trabalho normal (e aí pode optar por áreas como: sapataria, encadernação, electricidade, radiotecnia, metalomecânica, serralharia, mecânica e artesanato), ou entra num regime de trabalho protegido, em que usufrui do ordenado mínimo deduzido de 20%, por forma a integrá-lo na sociedade». Com a oferta do Computador ICL, o Centro passa a ter agora ao seu dispor um meio de valorização profissional em adição aos referidos anteriormente, para que, num futuro próximo, venha a possibilitár a todos aqueles que são a razão de ser do Centro uma nova forma de integração profissional e social num segmento de mercado de trabalho em forte expansão e carenciado de técnicos especializados como é a informática.

Dados pessoais e defesa da privacidade:



A Assembleia da República aprovou na generalidade, na passada semana, três diplomas relativos à defesa da privacidade face ao uso da informática. Um dos textos aprovava a ratificação da Convenção do Conselho da Europa sobre a «protecção das pessoas relativamente ao tratamento automatizado dos dados de carácter pessoal» e os outros dois referiam-se à proposta governamental e ao projecto da ASDI oportunamente apresentados sobre essa matéria. Curiosamente, o segundo destes diplomas — intitulado «Lei da Protecção de Dados» e que reproduzia quase na íntegra a proposta apresentada pelo anterior executivo a propósito do mesmo assunto — foi votada favoravelmente por alguns dos partidos que agora, assim como há dois anos, aprovaram também o projecto da ASDI. O debate parlamentar durou dois dias e foi marcado pela pouca convicção com que o principal orador da maioria, o socialista José Leitão, defendeu a proposta governamental. A assinalar ainda, o total desinteresse do governo pelo debate — no segundo dia só no momento da votação é que esteve presente o secretário de Estado para os Assuntos Parlamentares — e a posição extremamente crítica do PCP em relação à iniciativa do executivo.

Com os votos favoráveis do PS, do PSD e da ASDI e com os votos contra do PCP, MDP, CDS, UEDS e do deputado «verde» a Assembleia da República aprovou na passada quinta-feira a proposta de lei sobre «protecção de dados» apresentada pelo Governo. O projecto da ASDI «sobre a defesa dos direitos do homem perante a informática» foi igualmente aprovado com os mesmos votos do PS, do PSD e da própria ASDI, com as abstenções da UEDS, MDP e «verde» e com a oposição do PCP.

A votação ocorreu no final de dois dias de debates em que a permanente referência à «grande importância do assunto» não teve qualquer confirmação em termos de participação dos deputados e, sobretudo, dos próprios responsáveis pelos textos em discussão. Quanto ao Governo, a sua posição foi apenas defendida pelo ministro da Justiça, Rui Machete, e por alguns deputados socialistas e sociais-democratas, com destaque para José Leitão e Correia Afonso. O ministro, que só compareceu no primeiro dia dos trabalhos, não conseguiu aliás empenhar-se mais na defesa da proposta que herdou do gabinete de Meneres Pimentel, do último governo AD, que os raros deputados da maioria que usaram da palavra.

Quanto ao diploma apresentado pela ASDI e que retomava na íntegra a segunda versão de um primeiro texto proposto pelo então deputado Sousa Franco, na primeira legislatura da AR, a sua defesa também se limitou a pouco mais que uma apagada intervenção de Magalhães Mota que, no segundo dia do debate, esteve a maior parte do tempo

Instituto Damião de Góis teve o debate que a AR não teve

Enquanto na Assembleia da República o debate sobre a defesa da privacidade decorria morno e à beira da falta de quorum, uma outra reunião sobre o mesmo tema tinha lugar num hotel de Cascais, promovida pelo Instituto Damião de Góis.

Aqui, na presença e com a participação activa de informáticos e de juristas de diferentes quadrantes, a questão era debatida em profundidade e com o conhecimento de causa que muitas vezes faltou nos discursos de São Bento. Além de alguns dos deputados mais ligados ao estudos do problema, estiveram presentes os drs. Isabel Reis Garcia e Matos Pereira, dois dos três juristas que, no quadro da Associação Portuguesa de Informática, muitas vezes se têm pronunciado publicamente sobre o assunto. O dr. José António Barreiros, que actualmente trabalha no gabinete do ministro Almeida Santos, não esteve presente. Especialistas de informática como Alves Lavado, da DGOA, Seabra Lopes, do Ministério da Justiça e geralmente apontado como o «pai» da proposta governamental aprovada na AR e responsável pelo projecto de criação do número nacional único, em 1973, Simões Monteiro, da Norma e Pereira da Costa, da API e da IBM, participaram igualmente nos trabalhos. De grande interesse foi também a colaboração de representantes de empresas que utilizam largamente ficheiros informatizados, com algumas espécies de dados pessoais, e que têm defendido uma legislação suficientemente flexível que não dificulte o desenvolvimento desse tipo de actividades económicas. Sublinhe-se que o colóquio do Instituto Damião de Góis foi marcado para 23 de Maio muito antes do debate da A.R. ser agendado para essa data.

O texto que se segue, elaborado à última da hora a pedido do «DL-Informática» e da responsabilidade do dr. João Bettencourt da Câmara, coordenador do Núcleo de Estudos Sociais do Instituto Damião de Góis, não pretende ser obviamente a conclusão de um debate a que nos voltaremos a referir no nosso próximo número.

O Núcleo de Estudos Sociais do Instituto Damião de Góis, da Presidência da República, tem por objecto a investigação da estrutura social portuguesa, na sua configuração presente e no que toca a elementos ou vectores, relevantes para o planeamento ou previsão da mudança.

Assim e por regra os trabalhos realizados no seu âmbito têm um elemento de diagnóstico e uma componente prospectiva – sem que se exclua a referência ao passado, quando necessária para se enquadrar ou entender os fenómenos ou domínios em análise.

Este ano e para além de outras actividades – o NES apresenta duas grandes linhas de investigação: uma sobre «Marginalidade e Violência em Portugal» e outra, que é permanente, sobre a Estrutura Social Portuguesa. Cada uma destas Linhas desdobra-se em programas de investigação que, por sua vez, se dividem em projectos e subprojectos.

O projecto de estudos a que este colóquio directamente se liga, integra-se num programa de investigação sobre «O Impacto das Novas Tecnologias na Sociedade Portuguesa», o qual teve origem num conjunto de preocupações e factores de que se indicam os principais:

– Em primeiro lugar, tem-se verificado uma penetração muito rápida e diversificada de novas tecnologias, em Portugal, tanto no que toca a equipamentos, como no que respeita aos seus usos, aplicações e actividades económicas daí derivadas. Ora sucede que a falta de um estudo sistemático e global destes aspectos tem-nos mantido virtualmente fora da atenção pública e da de entidades que precisariam de melhor informação.

– Por outro lado, é possível que a expansão das novas tecnologias em Portugal representem um sinal do advento de uma reorganização gradual mas significativa de sectores importantes da economia, e de estilos e métodos de trabalho, com consequências importantes para o emprego, produtividade, salários, formação, oportunidades futuras, etc.

– Em terceiro lugar, é também possível que o domínio das novas tecnologias venha a ser particularmente prometedor para o futuro do país, no que toca às suas relações com o exterior e designadamente com países em que o português é a língua oficial.

Este estudo parece, assim, de grande interesse, tanto para a avaliação da conjuntura presente, como para a identificação de vectores na mudança estrutural social portuguesa – no que se refere, por exemplo, às indústrias de serviços. Ao emprego, à educação, formação e reciclagem, ao desenvolvimento de **software**, sistemas nacional e sectoriais de informação, etc.

Ora um dos aspectos directamente envolvidos na utilização de recursos informáticos, atinge ou pode atingir a esfera de liberdade e privacidade que é tradicionalmente reconhecida a cada indivíduo, alterando-lhe a forma e talvez mesmo a natureza – e também as suas consequências na realização do bem-estar comum.

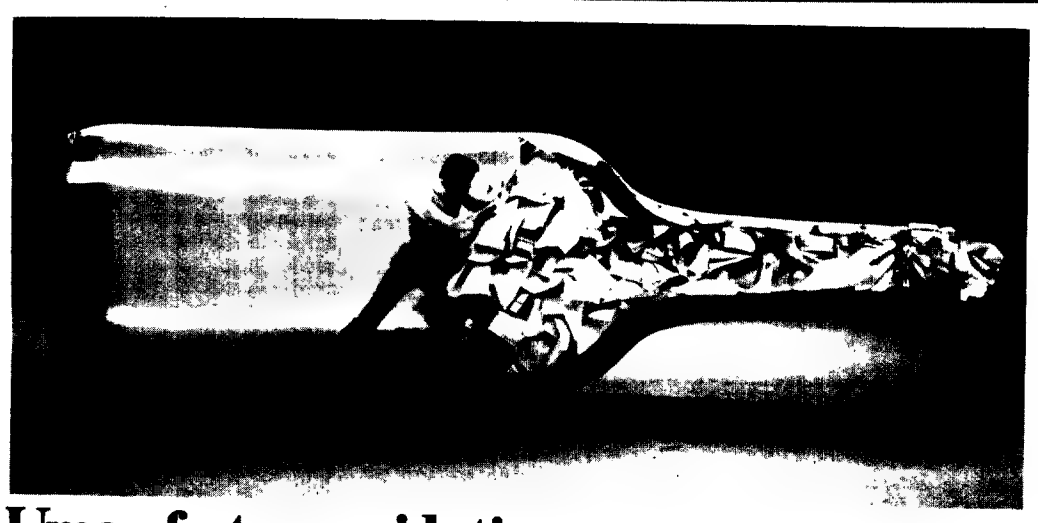
Sendo esta uma questão fundamental para a vida de todos nós, e uma vez que, entretanto, se aproxima o debate de propostas de lei sobre o assunto na Assembleia da República, pareceu naturalmente urgente que estes temas fossem alvo prioritário de investigação. Daí que os problemas envolvidos pela protecção de dados pessoais e pelos fluxos de dados transfronteiras fossem postos na abertura do programa de investigação, cuja responsabilidade cabe ao senhor dr. José Matos Pereira.

Por outro lado, foi tido também em conta que o desejo de proteger a privacidade e liberdade individuais poderia ir bulir com interesses não só legítimos como essenciais para o desenvolvimento e modernização do país: interesses de importantes sectores da administração Pública, e interesses de empresas, que, uns e outros, merecem sem dúvida ser estimulados e protegidos.

O problema parece estar em se definir o justo e delicado equilíbrio entre os direitos básicos dos cidadãos e os interesses legítimos de empresas e de serviços, tendo-se sempre presente os condicionalismos objectivos impostos pela nossa real subordinação tecnológica, face a outros países e mesmo perante empresas multinacionais, dotados de meios com que não podemos competir – e a que não nos podemos opor, nem legalmente nem de facto.

Neste colóquio representaram-se e com grande distinção, pontos de vista diferentes e, talvez, em certos casos, antagónicos, que reflectem os dilemas que acabaram de se referir. O desejo de os reunir correspondeu à intenção de facilitar uma troca directa, franca e aberta das perspectivas em presença que, gozando da coincidência com o debate nacional sobre a questão, permitisse explorar de maneira útil possibilidades de harmonização e definir sentidos em que estas não sejam porventura realizáveis.

J. BETTENCOURT DA CÂMARA



Uma oferta convidativa que o liberta da frustração dos engarrafamentos da informática.

É irónico.

O Computador da sua empresa opera a velocidades de milionésimos de segundo.

No entanto, a mais simples informação demora semanas ou meses a chegar à sua mão.

E, mesmo assim, é frequente que a resposta esteja incompleta ou levante novas questões.

A SPERRY tem a solução mais simples, rápida e versátil para estes problemas: o Sistema MAPPER. Solução única no seu género, possibilita o acesso ao computador a pessoas sem experiência, nem conhecimentos de Informática.

E estamos dispostos a prová-lo.

PELAS SUAS MÃOS

Queremos mostrar-lhe como pode aceder directamente ao computador e à base de dados, para obter as informações de que necessita. *Sem recorrer a programação* que é, sem dúvida, a causa principal dos engarrafamentos da Informática. E, se de repente, precisar de reformular a sua informação, sintetizá-la ou introduzir-lhe alterações pode fazê-lo você mesmo.

Rapidamente. Através de um terminal de computador. Utilizando comandos simples e intuitivos.

Resumindo, o MAPPER fará de si um perito a lidar com computadores – sem, no entanto, o forçar a ser perito em computadores.

Você próprio chegará a essa conclusão depois de ter experimentado pessoalmente as extraordinárias potencialidades do MAPPER.

A NOSSA PROPOSTA

Aceite o desafio MAPPER. Venha ao próximo seminário MAPPER. Depois traga-nos um problema que gostaria de ver rapidamente resolvido em computador.

Mas comecemos pelo princípio.

Telefone ou envie o cupão junto, para marcarmos o seu primeiro encontro com o MAPPER.

DESAFIO MAPPER

SPERRY
Av. 5 de Outubro, 321
1094 LISBOA CODEX
Telefone: 73 40 57

Rua Azevedo Coutinho, 39
4100 PORTO
Telefone: 69 36 42

Nome _____

Posição na Empresa _____

Nome da Empresa _____

Morada _____

_____

SPERRY

Compreendemos a importância de saber ouvir!

83-SPY-01

...um debate na ordem do dia

...sente para participar no colóquio promovido pelo ...tituto Damião de Góis (ver outra notícia nesta ...gina).

Mais activas que as da maioria estiveram as ...ncadas da oposição que, pelas vozes dos depu...dos José Magalhães, Odete Santos e José Ma...el Mendes (PCP) e Luís Queiró do CDS, desig...damente, dirigiram toda a sua artilharia para a ...posta governamental. O projecto da ASDI foi de ...gum modo poupado, não só na medida em que já ... segunda legislatura fora aprovado na generali...de, por unanimidade, como também porque, ...ra a oposição, este texto era considerado um ...uco como «de mal o menos».

A bancada do PCP acabou no entanto por alterar ...entido do seu voto em relação à posição que ...mara na segunda legislatura, considerando que ...projecto da ASDI tinha aparecido agora como ...celerador indevido de uma péssima proposta ...vernamental integrada num pacote mais geral ...ntra as liberdades e a segurança dos cidadãos».

Nas hostes do bloco central a defesa da proposta ... executivo centrou-se, curiosamente, no reco...ecimento de que ela deveria ser objecto, na ...pecialidade, de «um debate profundo e prolongado, dada a delicadeza de tal matéria» (José Leitão). S egundo o mesmo deputado, que criticou nomeadamente o facto de a futura Comissão Nacional de Protecção de Dados (CNPD) ficar dependente, de acordo com a proposta, do ministro da Justiça, o texto governamental deverá ser «aperfeiçoado» na Comissão de Assuntos Constitucionais Direitos, Liberdades e Garantias (onde ambos os documentos baixaram para análise com um prazo de 40 dias) com o contributo de alguns dos artigos do projecto da ASDI e de outras ideias surgidas no debate em plenário. Refira-se aliás, que o próprio ministro da Justiça aceitou a necessidade de introduzir algumas alterações à sua proposta, referindo-se nomeadamente à possibilidade de aceitar a existência de incompatibilidades entre a pertença à CNPD e o desempenho de funções em empresas e entidades com interesses específicos no sector da informática.

José Leitão seria contudo o parlamentar da maioria que mais reticências poria à proposta que, em nome da bancada socialista, tinha por missão defender. Segundo aquele deputado o texto governamental «ficaria enriquecido» se contemplasse também as violações da privacidade que «resultam de tratamento automatizado, que não seja informático, como é o caso do microfilme da burótica e da robótica» de dados de carácter pessoal.

Quanto à CNPD José Leitão defendeu abertamente, em oposição ao texto do executivo, que ela fique na «dependência orgânica da Asssembleia da República e que as personalidades referidas na alínea b) do n.º 2 do art.º 15 deverão ser designadas pelo Governo» e não pelo ministro da Justiça como na proposta se diz.

A «desgovernamentalização» da Comissão, que deixaria assim de ficar na órbita do Ministério da Justiça constituiu talvez um dos pontos debate em que o consenso foi mais vasto. Esta questão foi especialmente sublinhada pelos deputados comunistas, que por mais de uma vez fizeram alusões indirectas aos objectivos que o governo com ela visaria. Para este grupo parlamentar é preciso não esquecer que o «pai» desta proposta de lei é o actual director do Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Justiça, Joaquim Seabra Lopes, que, em 1973, foi o responsável pela criação do número nacional único, proibido pela Constituição de 1975, e que desempenhou importantes funções no sector da informática, a nível da Administração Pública, no anterior regime.

Ao que se dizia nos corredores de São Bento durante o debate parlamentar, este seria aliás o nome indigitado para ocupar o lugar de director do Centro de Dados do futuro Serviço de Informações de Segurança.

Voltando às críticas de José Leitão, este deputado emitiu ainda algumas reservas que preferiu deixar para «ponderação na especialidade», sobre «as interpretações que a proposta faz, em alguns artigos, dos preceitos constitucionais». Uma das situações com que exemplificou essas reservas refere-se aos casos em que «uma interpretação excessivamente literal de alguns dispositivos constitucionais poderá não corresponder ao pensamento do legislador e não defender os direitos do cidadão».

A polémica solução encontrada pelo governo para estes casos no art.º 13.º da proposta não deixou também de merecer violentos reparos por parte da bancada comunista. Com efeito, diz esse artigo no seu número um: «considera-se excluída a ilicitude no caso de a violação desta lei resultar do

Continua na pág. 7

A opinião dos deputados Odete Santos e José Magalhães

Mais uma peça do pacote contra as liberdades

O enquadramento da proposta de lei governamental sobre «protecção de dados» num conjunto mais vasto de medidas «contra as liberdades» é a principal característica da análise daquela iniciativa feita pela bancada do PCP. Da intervenção dos seus deputados em São Bento – nomeadamente da declaração de voto apresentada por José de Magalhães, um dos autores do texto que a seguir publicamos – depreende-se também que, na situação actual do país, o próprio projecto da ASDI, em tempos apoiado pelo PCP, é considerado pelos comunistas como inadequado à defesa das liberdades dos cidadãos. Depois da publicação de uma entrevista com um defensor da proposta governamental, o dr. Matos Pereira, e da desta opinião contrária, o «DL-Informática» mantém as suas colunas abertas ao debate.

A Assembleia da República acaba de discutir e aprovar na generalidade uma proposta da lei sobre informática susceptível de levar a níveis de desprotecção sem precedentes os dados pessoais mais sensíveis. É a terceira peça do pacote governamental contra as liberdades.

Não se trata de uma suspeição infundada. Já anteriormente o debate de lei dos serviços de informações confirmara os perigos resultantes da criação de estruturas com poderes vastíssimos, sem controlo, dirigidos à recolha de informações políticas, à inquisição das convicções, dos pormenores da vida privada. A informática desempenha um papel de destaque nesses planos, O tratamento automático de dados permite em moldes novos e perigosos a concentração, interconexão, tratamento e difusão dessas informações reservadas. É com isso que o Governo conta para poder levar por diante a sua política...

Precisamente na altura em que se discutia na Assembleia da República, a proposta de lei do Governo, os jornais são inundados pelas notícias de que na sinistra lei «de segurança interna» se prevê como ponto nevrálgico, a criação de um centro de dados, com competência para recolher, classificar e conservar em registos magnéticos todas as informações obtidas pelos serviços.

Querem permitir escutas telefónicas, buscas domiciliárias, violação da correspondência, tudo sem mandato judicial. E, assiste-se claramente à reactivação do plano de criar um grande banco de dados central ao qual todas as entidades públicas e privadas com informações sobre os cidadãos seriam obrigadas a comunicar informações para ulterior concentração e tratamento por meios informáticos. Ora a associação entre estes meios e as telecomunicações, a telemática, confere às entidades que os detenham poderes tais que em bom rigor deixaria de poder falar-se em direitos dos cidadãos.

A proposta governamental (que surge sob a égide da «protecção de dados»), representaria, a ser convertida em lei nos termos em que se apresenta, uma peça à sombra da qual se desencadearia uma ofensiva sem precedentes de recolha, tratamento e difusão de dados pessoais contra o que a Constituição nesta matéria claramente dispõe no seu Artigo 35.º com as precisões que lhe foram introduzidas pela lei constitucional n.º 1/82.

Invoca-se, é certo, a obediência às determinações do Conselho da Europa e da OCDE em matéria da protecção da vida privada e dos fluxos transfronteiras, mas a proposta é no fundamental um enunciado de limitações, derrogações e excepções genéricas, e autorizações de derrogações casuísticas em matéria de reserva absoluta da Assembleia da República. Não faltam sequer cláusulas que permitem excluir a ilicitude de violações por mais graves que sejam das normas de protecção dos cidadãos.

É o caso do Artigo 13.º que diz que se esta lei for violada «para bem do cidadão», violada seja que nenhum mal acontecerá ao violador. O que quer dizer que mesmo as parcas proibições que a proposta prevê, poderiam ter, no concreto e na prática, nenhuma – mas nenhuma – eficácia sancionatória porque a exclusão da ilicitude far-se-ia através desta cláusula aberrante que a Proposta de Lei n.º 97/II do Governo AD incluía e esta, mirabolantemente, reproduz.

Secretismo sem limites

A proposta de lei do Governo respeita porventura algum dos princípios a que deve presidir um diploma sobre informática e protecção de dados pessoais? Demonstra-se que não!

a) Desde logo cabe dizer que no diploma não há de facto, qualquer limitação para a **recolha de dados,** já que as derrogações a este princípio são tão numerosas que acabam por anular, na prática, os limites que a própria Constituição imperativamente impõe à recolha de dados pessoais.

E é assim que os números 2 e 3 do Artigo 4.º da proposta admitem com uma larga amplitude a **recolha e transmissão por serviços públicos de dados relativos à origem racial, aos antecedentes penais, à aplicação de medidas de segurança, à suspeita de actividades criminosas, à saúde, à situação patrimonial e financeira, aos hábitos e tendências sexuais bem como todos e quaisquer dados cujo tratamento se manifeste atentório da privacidade.** A proposta não exige que tal permissão seja concedida em casos excepcionais...

Mas podem ainda serviços **não públicos** processar automaticamente dados de crácter pessoal relativos à saúde ou à situação patrimonial e financeira.

b) Por outro lado, mesmo estando proibido em absoluto pela Constituição o processamento automatizado de dados de carácter pessoal referentes a convicções filosóficas ou políticas, à filiação partidária ou sindical, bem como à fé religiosa, a verdade é que a própria proposta de lei acaba por permitir tal processamento para além dos casos previstos no n.º 2 do Artigo 3.º. Basta para isso que os dados tenham sido «publicados por via oficial» (Art.º 27.º/4).

Que mundo se abre aqui ao poder informático, aos serviços de informações em criação! Por exemplo, dados «tornados públicos por via oficial» são a filiação e a actividade sindical dos elementos eleitos para as direcções sindicais, para as comissões de trabalhadores cuja identificação é tornada pública através do Boletim de Trabalho e Emprego, Boletim Oficial do Ministério do Trabalho.

Público é o que consta da I, II, III Série do «Diário da República» (e do Diário da Assembleia da República)!!!

c) A proposta governamental viabiliza (Art.º 10.º) a utilização (abusiva) de dados de carácter pessoal para **finalidades** diferentes das que determinam a recolha, não se exigindo sequer que haja conexão entre as finalidades, ao contrário do que se estabelece, por exemplo, nas directrizes da OCDE.

d) Aspecto gravíssimo, a proposta mais não faz do que **liberalizar a interconexão de ficheiros** automatizados, o que resulta dos seus Artigos 27.º e 28.º. Assim se permitem todas as manipulações lesivas dos cidadãos, incluindo a definição de um perfil de comportamento formado pela sobreposição de dados», e como tal falível (aliás, contra o que proclama o Artigo 11.º).

e) **E que garantia há de segurança de dados?** A proposta de lei limita-se a enunciar proclamações gerais não estabelecendo de facto nenhumas garantias e viabilizando a maior insegurança.

Opacidade e restrições de acesso

Igualmente ficam por garantir os princípios da transferência e da participação individual dos cidadãos.

O Governo limita-se a prever a publicação, no «Diário da República», das leis, decretos-lei ou autorizações da Comissão Nacional de Protecção de Dados, que viabilizem a criação de ficheiros contendo dados pessoais. A solução já seria péssima na Suécia, mas em Portugal é desastrosa!

Só um número ínfimo de cidadãos ficaria a ter conhecimento da existência de ficheiros contendo dados pessoais, ficando assim vedado à maioria dos cidadãos o exercício do direito de acesso, ou seja do direito de corrigir todo o conteúdo inexacto do ficheiro.

Nesta matéria, o Governo volta as costas a todas as recomendações internacionais sobre a matéria como foi sublinhado na Conferência de Roma realizada em 1982: A experiência demonstra que não chega instituir um direito à informação. Um tal direito é puramente fictício se a lei não incitar o indivíduo a prevalecer-se desse direito, fazendo-lhe compreender a importância do tratamento dos dados e em consequência as hipóteses de acesso aos dados que lhe oferece (...) As leis de protecção dos dados devem prever novos meios de comunicação. Nem o envio para publicações gerais, nem uma informação limitada à constituição do ficheiro são aceitáveis.»

A proposta 64/III revela a necessidade que o Governo tem de calar a própria existência de ficheiros, para mais facilmente poder atropelar os direitos, liberdades e garantias dos cidadãos — «Ficheiros secretos, de acesso impossível» eis a divisa a que o Governo faz jus.

Quanto ao acesso dos cidadãos o Governo mostra-se mais preocupado com a possibilidade do *abuso do exercício do direito* do que com a efectivação do mesmo, ficando a poder usar de restrições financeiras com larga disricionaridade. Um alto especialista governamental não hesitou em afirmar num Seminário internacional que a abolição de todas as restrições financeiras ocorrida na RFA seria de aplaudir na RFA mas em Portugal os portugueses estão habituados a pagar a taxa!!!

À cautela o Governo cria um labirinto de obstáculos que inclui a proibição absoluta de acesso a todas e quaisquer informações policiais, às informações relativas aos ficheiros de segurança nacional, tal como a entende o Governo, labirinto que impede o conhecimento das interconexões e liberaliza a difusão das informações inclusive para fora das fronteiras.

É uma proposta incompatível com o que dispõe a Constituição no seu artigo 35.º e contrária ao que a experiência aconselha. Na verdade, assiste-se hoje, a nível internacional a uma saudável reacção contra a proibição em absoluto do direito de acesso aos ficheiros policiais. Na Conferência de Roma sublinhou-se por exemplo:

«Tratando-se de uma exclusão pura e simples dos ficheiros mais perigosos para as liberdades, não se pode deixar de ficar inquieto.»

Sabendo-se, como se sabe que a informática é amplamente usada em investigação criminal; sabendo-se, como se sabe que este Governo pretende colocar a informática ao serviço da repressão; sabendo-se como os dados contidos nestes ficheiros são em grande parte, fornecidos pelos chamados «bufos»; sendo assim claro que os dados constantes de tais ficheiros são dados recolhidos de forma ilícita, desleal, são dados altamente falíveis por especulativos e conjecturais, e na maior parte das vezes inexactos — é óbvio que tais suportes de dados são uma grave ameaça para os cidadãos. Em relação a eles tem de ser elaborado um conjunto de normas detalhadas para mitigar aqueles males, normas que garantiriam as liberdades ameaçadas. Como o faz, em parte, a lei francesa e a lei alemã.

Mas a proposta de lei nada disto faz e nem exclui a hipótese de tais ficheiros serem objecto de interconexão.

E os ficheiros manuais? e a fiscalização?

Assente como está que os ficheiros manuais apresentam perigos não menos graves que os ficheiros automatizados, prestando-se a abusos como estes, a proposta (art.º 35.º) deixa inteiramente aos cidadãos o cuidado (e a dificuldade!) de velar pela protecção da sua privacidade atingida sem peias pelos ficheiros manuais. Nada se estabelece quanto ao direito à informação sobre esses ficheiros e nada se regulamenta quanto aos mesmos. O facto não fica certamente a dever-se à inocência de propósitos do Governo...

Chegámos agora ao último instrumento através do qual o Governo se propõe conseguir tudo o que não conseguiu viabilizar, autorizar ou facultar nas numerosas e genéricas excepções com que abre o campo à desprotecção dos dados pessoais.

O Governo propõe como órgão de fiscalização e de consequente protecção das liberdades dos cidadãos, uma comissão totalmente governamentalizada, garantindo que a mesma terá uma larga maioria de pessoas identificadas com os objectivos do próprio Governo.

E como último travão, o Governo usa uma fechadura de trancas colocando a Comissão na dependência técnica e administrativa do senhor ministro da Justiça (do PSD).

A pressão impúdica sobre o Parlamento foi ao ponto de o ministro da Justiça ter criado (por mero despacho normativo, como n.º 52/84) um organismo do seu Ministério para «apoio» da *Comissão Nacional de Protecção de Dados,* Comissão que a Assembleia da República não considerou que devesse depender do Governo. As próprias bancadas governamentais declararam preferível situar a Comissão junto da AR...

A verdade porém é que o Governo ousou pressionar soluções que somavam à péssima delimitação das regras básicas sobre o uso da informática, a edificação de um instrumento que em vez de garantir uma adequada prevenção das violações da Constituição e da Lei, e a fiscalização do uso da informática se revela capaz de propiciar violações qualificadas da proibição contitucional de tratamento de certos dados e de interconexão de ficheiros.

Continua na pág. 7

CMC apresentou o MENTOR em Portugal

A CMC Portugal apresentou no fim da passada semana, num hotel da capital, uma nova linha de computadores que começará a comercializar imediatamente entre nós. A linha Motor é fabricada por uma subsidiária da NCR, a Applied Digital Data System (ADDS), e inclui diversos modelos, o mais pequeno dos quais tem 15 MB em disco, 256 KB de memória e possibilidade de suportar 32 terminais.

O Mentor, que foi introduzido com grande sucesso no mercado dos EUA e de Inglaterra, foi especialmente concebido, a partir de 1981, para nele ser utilizado o sistema operativo Pick. De acordo com o construtor, o objectivo visado foi conseguido a 100%, tendo-se chegado a uma máquina que «oferece todas as características, vantagens e qualidades dos grandes sistemas, sem o inconveniente do preço».

As características hardware da unidade central, na sua configuração mínima, são as seguintes:

- Processador Z 8000 de 16 bits, com um tempo de acesso de 150 nanosegundos.
- Unidade de disco WINCHESTER.
- Controlador de discos (suporta até 2 discos).
- Unidade de «Cartridge» magnético ou de banda magnética.
- Controlador para 8 ou 16 terminais e impressoras de série.
- Acumulador que permite manter o sistema em funcionamento em caso de falta de corrente, com recuperação automática.
- Memória RAM com 256 KB até 1024 KB, utilizando circuitos de memória de 128 KB.

Quanto à unidade de banda magnética, ela é de inserção automática e permite executar um black-up de 30 MB em apenas 7 minutos, visto que trabalha a uma velocidade de 100 IPS. Alguns dos modelos (o 2500 e o 2000) dispõem de uma unidade de cartridge magnética. Refira-se também que o sistema operativo Pick dispõe de um utilitário que permite ao utilizador executar, com facilidade, as operações de back-up e de recuperação.

Todos os modelos Mentor possuem uma bateria que funciona automaticamente em casos de corte de corrente eléctrica, evitando a perca de qualquer informação.

No que respeita às capacidades de memória, elas são de 256 KB, na configuração mínima e de 1024 KB na máxima. A expansão da memória efectua-se com placas de 128 KB com um tempo de acesso de 150 nanosegundos. O Mentor possui igualmente memória virtual.

Quanto às impressoras, os sistemas podem suportar até 19, variando o número de caracteres

por linha entre 80 e 160. Finalmente, os terminais vídeo utilizados podem ser de qualquer uma das famílias da ADDS.

O sistema Pick

É um sistema multi-user, multi-tasking, criado pelo sr. Pick, em 1968, para uso exclusivo da Marinha Norte Americana.

Em 1970 o sistema operativo PICK foi tornado púbico e após sofrer vários melhoramentos, é hoje utilizado em todo o Mundo por dez construtores que têm cerca de onze mil sistemas instalados.

A ADDS, tem neste momento cerca de mil e quinhentos sistemas MENTOR instalados em todo o mundo.

De acordo com a conhecida empresa DATAPRO, o PICK é o segundo melhor sistema operativo do mundo.

A gestão de base de dados no MENTOR

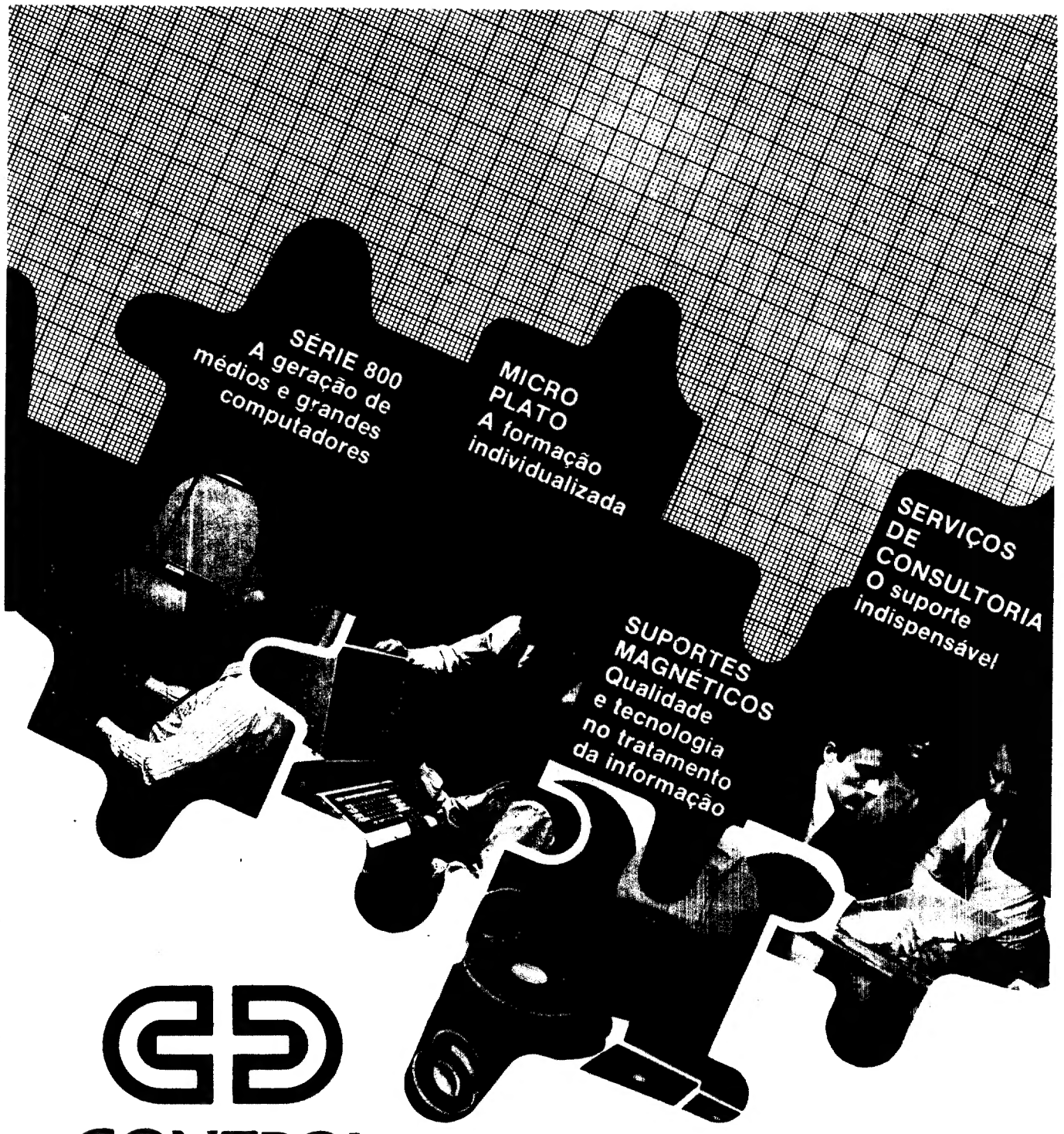
O sistema ADDS MENTOR é muito potente, pois está preparado para trabalhar informações o que lhe dá mais potência que outros DBMS.

O DBMS de outros computadores são normalmente utilizados para programas de aplicação e não parte integrante do sistema operativo.

O uso dos DBMS requer muitas vezes um formato de dados específicos e a recolha de dados pode ser excessivamente complexa e lenta.

No MENTOR, contudo, o DBMS é o sistema operativo, pelo que oferece vantagens suplementares no armazenamento e recolha de dados em relação aos sistemas menos sofisticados.

As linguagens utilizadas são as seguintes: INFO/ACESS, DATA/BASIC, PROC e RUNOFF. As aplicações são: implementor, calcumentor, CA/documentor, distributor, office automation, word processing, furantieal modelling e application generator.



CONTROL DATA

SOLUÇÕES PARA TODOS OS PROBLEMAS DE INFORMÁTICA

CONTROL DATA PORTUGUESA, S.A.R.L. Av. António Augusto de Aguiar, 122-4.º — 1000 LISBOA
Telefs. 54 85 53 - 54 85 47 - 54 86 70 — Telex 18469

Apple apresentou a sua primeira versão portátil

A Apple, número dois mundial da micro-informática, acaba de fazer a sua entrada no mercado de computadores portáteis — um sector em plena expansão — com uma versão compacta do Apple-II, que fez o seu sucesso de origem.

«O Apple-II-C não visa uma aplicação particular, mas é uma máquina versátil, destinada a melhorar a produtividade dos trabalhadores científicos quando desejam prosseguir com as suas tarefas fora do gabinete de trabalho», declarou há dias, em Cork, Jean-Louis Gassee, director-geral da Apple em França, na fábrica irlandesa que fornecerá este materiál a toda a Europa.

Este modelo, do tamanho de uma lista telefónica, pesa 3,4 quilos, é de fácil utilização e transparente e o seu preço também é reduzido, tendo sido concebido para ocupar um lugar ao sol num mercado muito imprevisível, como é o da micro-informática.

«É a máquina pessoal dos quadros para uma utilização profissional ou doméstica», considera Gassee. Com efeito, a Apple, que deseja desalojar certos computadores IBM das empresas, optou por seduzir os quadros tomados individualmente, mais do que atacar globalmente o mercado profissional.

O Apple-II-C, cujas características são sem equivalente pelo seu preço (13 000 francos em França e 1295 dólares nos Estados Unidos), possui numerosos predicados: é totalmente compatível com o Apple-II, de que se apresenta como a sequência por aquela versão (16 000 até à data). Baseado no microprocessador 65022 da Inatel, é mais poderoso do que o seu irmão mais velho, com uma memória de 128 k.

Ecrã raso

Este computador será o primeiro no mundo a ser equipado com um ecrã raso de cristais líquidos (três centímetros de espessura) que o tornará ainda mais compacto, ao substituir o tradicional e embaraçoso monitor. Este acessório, que comportará 80 colunas em 24 linhas de escrita estará disponível no final do ano e vai custar um suplemento de cinco a seis mil francos. O Apple-II-C será totalmente autónomo em Dezembro próximo, quando dispuser de uma bateria, mas pode ser desde já ligado a uma bateria de automóvel ou de barco.

A Apple espera vender 400 000 aparelhos compactos este ano, dos quais 30 000 em França. A fábrica de Cork, que emprega 200 pessoas, tem um ritmo de produção de 10 000 Apple-II-C por mês e a sua capacidade será mais reforçada em 1985.

Esta entrada da Apple no mundo dos computadores portáteis vendidos a nível mundial, ou seja um volume de negócios de três mil milhões de dólares contra 500 000 exemplares vendidos em 1982, correspondentes a 400 milhões de dólares.

Quase todos os construtores demonstraram já o seu interesse por estes aparelhos portáteis, mas ainda nenhum conquistou uma parte decisiva do espaço que ele ocupa.

ICL introduz novo PC

A ICL irá introduzir muito em breve no mercado microinformático nacional, e em complemento à sua linha de «Personal Computer» dois modelos de processadores de 16 bits, o terminal a cores de alta qualidade e o «Multi-User Concurrent CP/M» MUCCP/M, uma nova versão multi-utilizador do sistema operativo CP/M.

A ICL vai assim alargar a sua linha de Personal Computer com a introdução de dois modelos de 16 bits, designados por 16 e 36.

O Modelo 16 possui 256 Kb de memória RAM (extensível até 1Mb) e duas diskettes de 1mB, enquanto que o Modelo 36 substitui uma das diskettes por um disco Winchester de 10Mb. O novo Terminal a cores, foi desenhado de acordo com os standards DIN e compatível com o écran monocromático.

O sistema operativo multitarefa e multi-utilizador denominado «Multi-User Concurrent CP/M» da Digital Research na sua versão 3.1, emula o PC-DOS permitindo assegurar a indispensável compatibilidade IBM.

Registe-se ainda, que integado na unidade processadora de ambos os modelos, se encontram seis portas I/0 (RS-232 C) para ligação a écrans e impressoras e todo o hardware de comunicaçõs síncronas, para ligação a outros computadores ou «mainframes».

Control Data reforça posição

A CONTROL DATA CORPORATION adquiriu recentemente a participação de 20% que a International Computers detinha na COMPUTER PERIPHERALS, LTD., de Inglaterra, companhia esta que já era participada pela CDC.

Assim e a partir de agora, a Computer Peripherals tem o seu capital distribuído apenas pela Control Data Corporation e pela NCR Corporation (80% e 20%, respectivamente).

A Computer Peripherals, Ltd, cujas principais unidades industriais se localizam nos Estados Unidos, em Norristown, PA, dedica-se à concepção, desenvolvimento e produção de unidades de Banda destinadas à CDC e à NCR.

Entretanto, foi também anunciado que a Control Data Corporation e a United Telecom, Inc. estabeleceram uma «joint-venture» para a pesquisa e desenvolvimento da tecnologia de redes de comunicação de dados.

Esta «joint-venture», com o nome de Uninet Research And Development Company (URDC), associa os recursos da Uninet, Inc., uma subsidiária da United Telecom, com os da Control Data para a concepção e desenvolvimento do Uninet II, uma rede de dados pública, síncrona e assíncrona. Esta tecnologia também poderá ser utilizada em redes privadas.

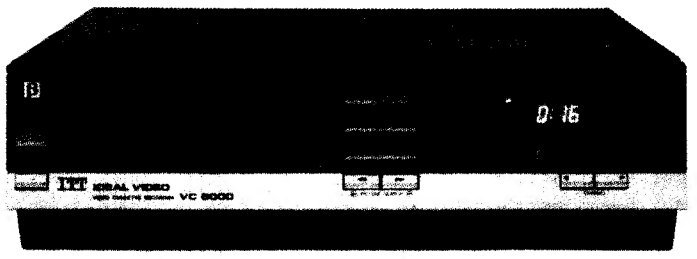
A participação da Control Data é de 20%, cabendo os restantes 80% à Uninet, Inc.

BESCL leva teleprocessamento à Madeira

Acompanhando a mais recente linha de evolução de estratégias do tratamento de informação, o Banco Espírito Santo decidiu implantar, de uma forma gradual, na sua vasta rede de balcões, o sistema de teleprocessamento.

O referido sistema, que o Montepio Geral já tem também em funcionamento, permite o tratamento de todas as operações bancárias com maior rapidez e eficiência, modernizando e racionalizando os tradicionais processos de trabalho.

Assim, dentro do programa previamente planeado e após implantação do sistema nas zonas da grande Lisboa, grande Porto e Algarve, acaba o Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa de o instalar, também, nos seus balcões da Região Autónoma da Madeira onde, desde 14 do corrente mês, se encontra em funcionamento.



Vídeo da Standard Eléctrica esteve na FIL

O recém-apresentado gravador de vídeo VC 6000 da ITT, fabricado em Portugal pela Standard Eléctrica, nas suas instalações de São Gabriel, em Cascais, fez uma das suas primeiras aparições em público na última edição da FIL, que este mês decorreu em Lisboa. Apresentado pelo fabricante como um produto altamente concorrencial, vocacionado inclusivamente para competir com o mercado paralelo, abastecido pelo contrabando, o VC 6000 distingue-se pelas seguintes características: Introdução da cassete pela frente; Menores dimensões exteriores que os outros sistemas; Velocidade lenta até 1/9 ou imagem a imagem por comando manual; Procura de imagem com velocidade oito vezes superior à normal; Possui auto-rebobinagem no final da leitura ou gravação; Sintonia electrónica nos 8 canais; Permite efectuar posições de «espera e pausa»; Está equipado com memórias para um programa durante 7 dias; Consumo de 33 W com alimentação 220/50 Hz; Peso: 9,5 kg; Dimensões: 420×122×390 mm.

Simpósio de electrónica das telecomunicações

Por iniciativa da secção portuguesa do Institute of Electrical and Electronics Engineers (IEEE), do Centro de Electrónica Aplicada da Universidade Técnica de Lisboa (CEAUTL) e da Ordem dos Engenheiros realizou-se na passada semana, em Lisboa, o primeiro Simpósio de Electrónica das Telecomunicações. Nos trabalhos, que decorreram no novo edifício dos CTT nas Picoas, pretendeu-se fundamentalmente sublinhar o papel da electrónica no âmbito das telecomunicações – sector chave de desenvolvimento e progresso – apresentando uma perspectiva daquilo que se faz em Portugal e Espanha, no domínio da electrónica das telecomunicações.

O simpósio contou com o patrocínio das Secretarias de Estado das Comunicações e da Indústria e das empresas Rádio Marconi, Centrel, Standard Eléctrica, Roedeistein Electrónica Portugal, Cabelte e Efacec.

No decurso das diversas sessões foram apresentadas 73 comunicações de autores portugueses e espanhóis, tendo-se realizado, no final um painel em que participaram representantes da universidade, indústria e operadores. O IEEE, que foi uma das entidades promotoras do simpósio, através da sua secção portuguesa, criada em 1982, é a maior e mais conhecida organização profissional de engenheiros electrotécnicos e de computadores do mundo.

Informática nas autarquias locais

Técnicos da Associação de Municípios da «Terra Quente» transmontana e do município de Viana do Castelo orientaram no princípio do mês, no Porto, um encontro sobre técnicas de informática nas autarquias locais.

Os trabalhos, que decorreram nas instalações da Comissão de Coordenação da Região Norte (CCRN), abordou a organização em centro de informática, áreas a informatizar e aplicações para as autarquias locais.

Organização estrutural e burocrática das Câmaras Municipais com vista à informatização dos serviços foi outro assunto que mereceu a atenção dos 25 participantes do encontro.

Corrida de cavalos na Feira de Santarém

As corridas de cavalos previstas para os dias 4, 9 e 10 de Junho no novo hipódromo da Feira de Santarém serão controladas por um computador da firma CIL. O objectivo da utilização de meios informáticos nesta iniciativa é o de fornecer, minuto a minuto, informações sobre as apostas mútuas que serão organizadas e que terão mais de mil contos de prémios.

SPERRY apresentou Mapper 5 e SSDS

Na presença de centenas de utilizadores, a Sperry apresentou a semana passada, num hotel de Lisboa, dois novos produtos que prometem vir a fazer jus à prestigiosa imagem que aquele construtor há muito conquistou no mercado português. Trata-se do sistema Mapper 5 e do SSDS (Sperry Solutions Development System), a que contamos voltar a referir-nos no próximo número de «DL-Informática».

API tem vinte anos

Foi em 16 de Julho que se realizou a primeira Assembleia Geral da Associação Portuguesa de Mecanografia, que mais tarde se viria a transformar na conhecida e prestigiada Associação Portuguesa de Informática. Passados que são vinte anos, o Conselho Geral da APÍ decidiu comemorar a data e lembrar que os informáticos estão de parabéns. Assim, foi elaborado um programa que inclui além da Olimpíada da Informática, dedicada aos alunos das escolas secundárias e a que já nos referimos na nossa última edição, uma sessão solene no dia 26 de Junho e um almoço de confraternização no dia 15 de Julho. No dia 13 desse mês terá igualmente lugar uma iniciativa ainda não especificada subordinada ao tema «a informática em Portugal». Finalmente, em data ainda não determinada, realizar-se-á a projecção de um filme seguido de debate.

Terceiro Congresso está a andar

O Terceiro Congresso Português de Informática, uma iniciativa da API a realizar de 29/10 a 2/11 próximos, em Lisboa, já tem cartaz e os seus trabalhos preparatórios continuam a desenrolar-se a bom ritmo. Dominado por uma sugestiva luz no fundo do túnel, o cartaz adoptado como símbolo do Congresso traduz com rigor a ideia do seu tema: «sistemas de informação, um instrumento para a mudança».

Segundo informações da respectiva Comissão Técnica, as primeiras comunicações já chegaram, encontrando-se actualmente a ser analisadas pela Comissão. Quanto às manifestações paralelas programadas sabe-se também que a INFORPR 84 – 1.ª exposição portuguesa de informática – está a ser preparada com grande entusiasmo e dinamismo pela Certame, registando-se já um elevado número de reservas de stands, por parte de empresas interessadas em apresentar os seus produtos e serviços.

Refira-se ainda que a API já obteve para o Congresso, até agora, o patrocínio de honra da Cassel Data e o patrocínio do Banco Nacional Ultramarino, da Digital, da Inforgal e do Instituto Nacional de Administração.

Um debate na ordem do dia

Continuação da pág. 5

facto de o seu cumprimento se mostrar, em objectivo, no caso concreto, prejudicial às pessoas que fundamentalmente visa proteger».

Criticando «mais esta excepção» à lei, o deputado José Magalhães leu na íntegra um artigo escrito neste suplemento do «DL», em 1982, pelo dr. José António Barreiros, actual chefe de gabinete de Almeida Santos, em que era duramente atacada a proposta então apresentada à AR pelo governo AD e que era, no essencial, a mesma que agora foi aprovada em São Bento.

No final das votações, a declaração de voto do PS, apresentada por Carlos Laje, daria finalmente a dimensão exacta dos desacordos do maior partido do governo em relação a uma iniciativa que obviamente teve de «engolir» a contragosto. Segundo afirmou o seu partido votou a favor do projecto ASDI por coerência e porque já antes o havia feito. A favor da proposta do governo votou com algumas reservas, disse, porque na Comissão estas poderão ser «eliminadas de forma a adequar a proposta à Constituição e a clarificar certos conceitos equívocos e a ultrapassar certas ambiguidades». Carlos Laje acrescentou à lista das críticas de José Leitão a possibilidade «perigosa» de serem autorizadas certas interconexões de ficheiros «em condições diversas das previstas no presente diploma» e algumas referências às condições de registo de dados sobre tendências sexuais e outros.

Quanto ao PSD, a sua posição foi igualmente resumida na declaração de voto de Correia Afonso, que disse ter o seu partido votado a favor dos dois diplomas na certeza de que, na especialidade, se conseguirá atingir o ponto de equilíbrio entre o progresso e a evolução que a informática representa e a defesa da privacidade dos cidadãos.

O CDS, por seu lado, em todo o debate manteve a tese de que o projecto da ASDI era constitucional e por isso o aprovou e que o texto do governo era inconstitucional, pelo que votou contra. Nas intervenções dos seus deputados apenas uma novidade: a proposta de «um sistema de alerta nos termos do qual todo o cidadão seria notificado da existência de qualquer ficheiro a seu respeito ou de qualquer alteração (...) do seu conteúdo».

No silêncio e na discrição da comissão vai ter agora o verdadeiro debate. O próximo mês e meio mostrará até que ponto o enriquecimento da proposta governamental com os contributos do plenário e do projecto da ASDI terá lugar.

J.A.C.

"O pacote contra as liberdades"

Continuação da pág. 5

Dir-se-à que a proposta governamental reproduz a que a AD preparara. Que é o fruto de uma equipa que vem muito (mesmo muito!) de trás. Talvez seja esse o problema! Daí também o incómodo e as reservas que suscitou mesmo em deputados da coligação. Ecoa no texto a filosofia, o espírito e as preocupações daqueles que num belo dia do ano de 1973 presentearam o país com a instituição do número nacional único que o 25 de Abril suspendeu e a Constituição proibiu.

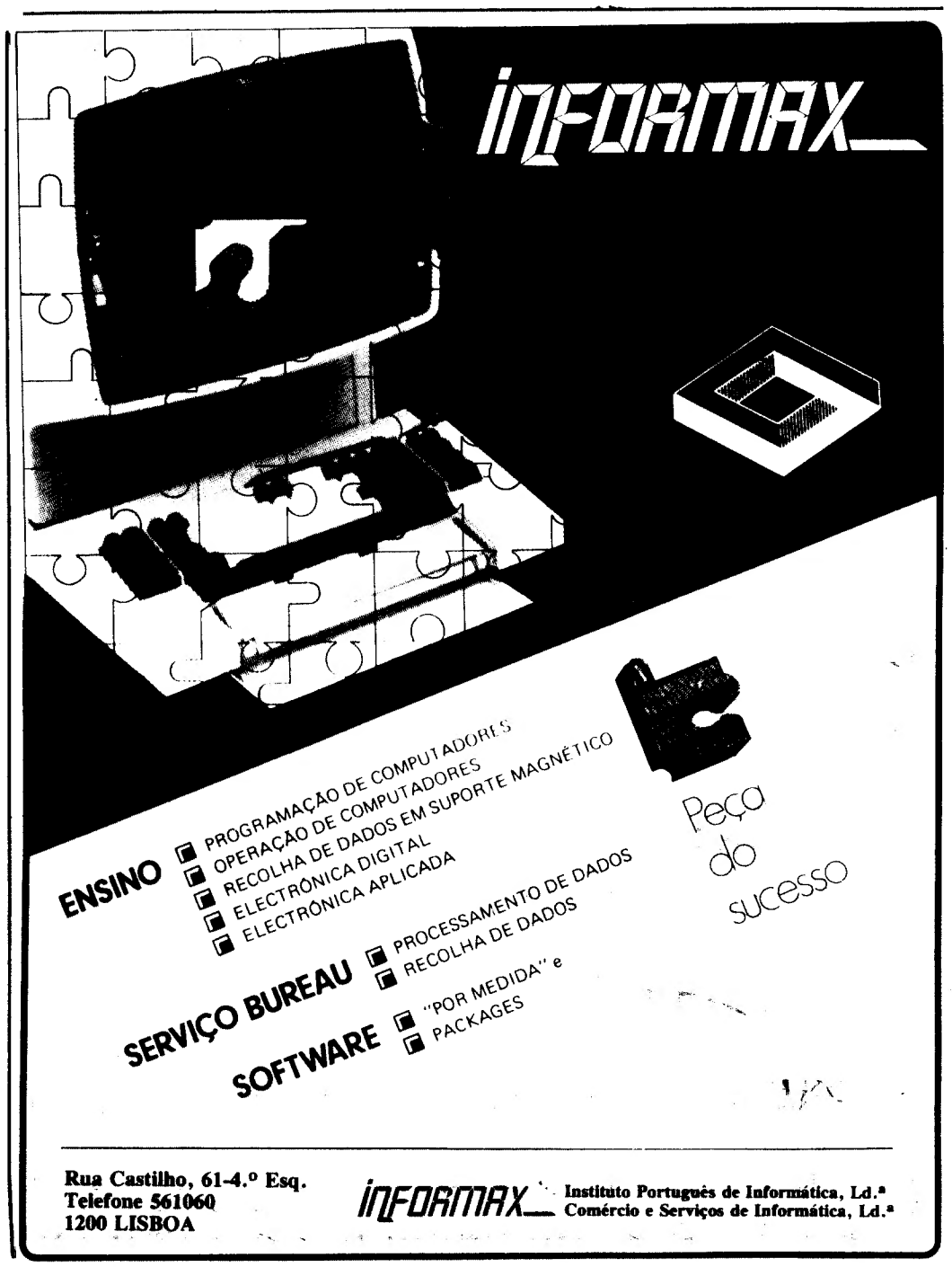
A proposta baixou à 1.ª Comissão para votação na especialidade. Importa que na Assembleia da República ecoem as preocupações e o repúdio generalizados que ela vem suscitando.

Acordar pode ser mais difícil se a informática for usada como arma repressiva, se os ficheiros automatizados ou outros, forem usados como forma de prosseguir uma política altamente lesiva dos interesses do país.

ODETE SANTOS

JOSÉ MAGALHÃES

(Deputados do PCP)



"Os computadores não são geradores de desemprego"

— *afirma um perito da OIT*

Enquanto que os impressionantes progressos da microelectrónica têm por efeito atenuar a atracção revolucionária desta tecnologia que progressivamente se torna parte integrante da vida quotidiana na maior parte dos países industrializados, a informática vê-se acusada de provocar supressões de empregos, de suscitar uma degradação das condições de trabalho e de ameaçar a existência dos sindicatos ao mesmo tempo que é saudada como o instrumento do relançamento económico e do pleno emprego. A verdade está provavelmente a meio caminho entre essas duas atitudes.

No artigo que se segue, Wouter Van Ginneken, perito do Bureau Internacional do Trabalho (da Organização Internacional do Trabalho), analisa o impacte que a informática tem exercido até ao momento sobre o emprego, as condições de trabalho e as relações profissionais. O autor interroga-se igualmente sobre o futuro e sobre a rápida evolução do mundo da electrónica.

★★★

É difícil isolar a tecnologia dos outros factores que influenciam o mundo do trabalho, no entanto, a experiência mostra que a introdução da informática não provoca supressões substanciais de emprego, a nível nacional. A informática não é geradora de desemprego.

A evolução das tarefas

O que muda – por vezes radicalmente – é, por um lado, a repartição dos empregos entre os diferentes sectores de actividade económica e, por outro, a natureza das qualificações requeridas. Alguns especialistas consideram que a evolução tecnológica provocará uma desvalorização das qualificações; outros prevêem que ela suscitará uma polarização: uma élite de pessoas que concebem e de tecnocratas, de um lado, e um exército de executantes encarregados de controlar as máquinas... e de desempregados, do outro.

É verdade que desaparecem numerosos empregos muito qualificados, como por exemplo o desenho industrial e a tipografia, e que, em parte devido a um forte crescimento da produtividade, o emprego diminuiu consideravelmente em sectores tais como o automóvel, o têxtil, o vestuário e as indústrias alimentares.

Os empregos industriais antes directamente ligados à produção transformam-se em tarefas de apoio da produção; o trabalho manual e artesanal cede o lugar às funções de controlo e de manutenção.

A rápida evolução dos processos industriais exige dos trabalhadores que eles saibam adaptar-se e obter novas qualificações em prazos de tempo reduzidos, o que torna necessária uma educação de base vasta, completada por uma formação profissional e uma reciclagem permanente. A informática suscita igualmente a procura de trabalhadores com novas qualificações, como por exemplo os programadores.

Condições de trabalho

A introdução de novas tecnologias tem arrastado geralmente uma melhoria das principais condições de trabalho, tais como as remunerações, o tempo de trabalho ou, ainda, a segurança do emprego. Mas a questão do enriquecimento ou do empobrecimento das tarefas depende do tipo de produção em causa e da concepção da nova tecnologia em si mesma. Na indústria do aço e na do automóvel, por exemplo, as tarefas penosas e pouco saudáveis já podem ser efectuadas automaticamente por robots.

A automatização reduz geralmente o número das tarefas repetitivas mas exige, pelo contrário, mais controlos. Se ela torna o seu trabalho menos árduo, ela pode também conduzir a um certo isolamento do trabalhador.

Relações profissionais

A pedra de toque, em certos domínios das relações profissionais, não é a indrodução de novas tecnologias em si – que não é de modo algum condenada pelas organizações de trabalhadores –, mas sim o momento escolhido para informar dela os trabalhadores e os sindicatos. Na maior parte dos países, eles só são informados depois de a decisão de investir ter sido tomada.

No Japão, a introdução da informática suscitou pouca oposição entre as organizações de trabalhadores na medida em que as grandes empresas garantem a segurança dos empregos e em que o crescimento da produtividade é susceptível de conduzir a uma subida dos salários. Nos Estados Unidos, os sectores sindicalizados podem igualmente garantir a segurança do emprego mas nem sempre uma subida dos salários, como no sector automóvel.

Foi sobretudo na Europa que os sindicatos se esforçaram por concluir «acordos de reestruturação tecnológica», como aqueles que já estão em vigor na Noruega e na Dinamarca, que estipulam que os representantes dos trabalhadores devem ser informados com antecedência das modificações tecnológicas previstas.

O futuro

As grandes possibilidades da informática não residem apenas numa maior eficácia a partir de produtos ou de processos determinados, mas nas vantagens que se podem tirar da ligação entre uns e outros. Conectados a um computador, os aparelhos de tratamento de texto permitem por exemplo distribuir mensagens «sem papel» ao conjunto do pessoal de uma empresa.

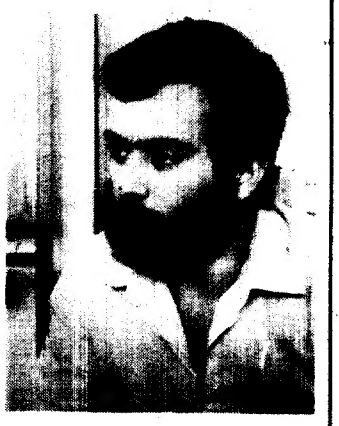
Além disso, a possibilidade cada vez maior de recorrer com baixos custos aos satélites de comunicação poderia levar à criação de novas indústrias manufactureiras, operando à escala mundial, accionadas e controladas à distância pelo pessoal da sede da empresa mãe.

WOUTER VAN GINNEKEN
(perito do Bureau Internacional do Trabalho)

Escola Secundária da Parede promoveu jornadas de informática

— *uma iniciativa original que mostrou o que os computadores podem fazer no ensino*

«No último dia já eram 20 horas quando conseguimos fazer parar dois alunos para podermos fechar a porta e ir embora. Nunca tinham mexido num computador e se os tivéssemos deixado talvez ainda lá estivessem a fazer os seus programas.» A cena passou-se no princípio do mês passado na Escola Secundária da Parede e marcou o encerramento das primeiras Jornadas sobre a informática e o ensino, promovidas por alguns professores daquele estabelecimento. A imagem dos dois adolescentes presos ao «micro» dá bem a ideia do êxito de uma iniciativa que durante uma semana removeu muitas ideias preconcebidas e se tornou o centro das atenções na Escola da Parede. Centenas e centenas de alunos, professores, empregados e pais tiveram assim a oportunidade de ver e mexer em computadores, ouvindo ao mesmo tempo algumas explicações fundamentais sobre a natureza e a função dessas máquinas *«feitos pelos homens e que apenas fazem o que os homens querem»*. Esta foi aliás uma das mensagens essenciais que os organizadores das jornadas procuraram transmitir com a sua iniciativa. O «DL-Informática» ouviu João de Freitas, professor de Biologia na Escola da Parede e um dos dinamizadores da ideia.



João de Freitas

«A ideia das 'Jornadas de Informática' partiu do eng. Varela Pinto, professor de Matemática cá na escola, e o objectivo principal era o de abrir o mundo da informática a alunos, professores e empregados», começou por nos dizer João Freitas. Numa primeira fase foram feitos contactos com diversas empresas ligadas à comercialização de hardware e de software, no sentido de obter o necessário apoio à iniciativa. Paralelamente, a nível interno tentou-se sensibilizar a comunidade escolar para o interesse das jornadas, procurando-se quebrar o gelo que o assunto geralmente provoca nos não iniciados.

De acordo om João de Freitas, que juntamente com o eng. Varela Pinto foi o principal animador desta acção, a curiosidade das pessoas foi crescendo à medida que os dias passavam e, no final, a atitude de muitos tinha mudado substancialmente. No essencial, as jornadas consistiram numa exposição de material informática, cedido por três empresas do sector, e num conjunto de palestras sobre temas relacionados com as potencialiades da informmática, enquanto instrumento auxiliar de ensino.

No período em que a exposição esteve patente, os animadores da ideia e um técnico, que uma outra empresa pôs à disposição da escola, acompanharam as muitas centenas de pessoas que por lá passaram, explicando, tanto quanto possível, os quês e os porquês da informática. Simultaneamente foram apresentados diversos programas de demonstração dos diferentes equipamentos expostos (Sinclair ZX 81, Spectrum, Texas Instruments TS 1500 e Apple II), facultando-se o contacto directo dos visitantes com as máquinas.

Jogos pedagógicos

Como é habitual nestas circunstâncias, frisou-nos João de Freitas, o interesse dos alunos virava-se fundamentalmente para os programas de jogos. A este propósito, disse-nos aliás «pena é que entre nós os jogos disponíveis sejam quase todos exclusivamente lúdicos, havendo muito poucos de natureza pedagógica».

A participação dos alunos nas jornadas foi superior às expectativas e efectuou-se a nível de visitas de turma e por iniciativa individual. *«Numerosas turmas passaram por lá de forma organizada e acompanhadas por professores, mas muitos dos alunos voltavam depois para ver mais de perto, para mexer com mais tempo.»*

Muitos já tinham alguma curiosidade, tinham um amigo que possuía um micro, tinham visto um num supermercado, ou tinham ouvido falar os colegas das aulas de Informática. Estes foram aliás os grandes *«heróis»* das jornadas, os *«detentores do conhecimento»* que, frequentemente, iniciavam os seus companheiros nos rudimentos da programação.

Segundo um deles, Filipe Mendonça, 15 anos, o interesse pela informática é uma característica comum a todos os alunos de «Técnicas de Programação» (4h/semana) de «Introdução à informática (5h/semana): *«Quando há aulas práticas* (equipamento ICL sisterna 32) não falta quase ninguém; mesmo nas teóricas falta muito menos gente que nas outras disciplinas». De tal modo assimé, que o interesse pela matéria já transpôs as portas da escola e 10 dos 32 alunos da turma já tem «spectrums» em casa, disse-nos Filipe Mendonça.

Nos últimos dias das Jornadas, referiu-nos o dr. João de Freitas, «já havia muitos a fazer pequenos programas e grande parte deles nunca tinham mexido anteriormente num computador».

Quanto às conferências previstas no programa, a reacção de alunos e professores foi idêntica à da exposição. No princípio havia uma afluência reduzida e algum desinteresse, mas no último dia já veio bastante gente.

Um dado significativo sublinhado por João de Freitas tem a ver com o facto de muitos empregados e alguns pais de alunos terem visitado a exposição e manifestado grande curiosidade pelo assunto. Segundo nos informou, «as pessoas acharam piada e muitos já ficaram à espera das segunds Jornadas».

Da parte dos professores, a maior abertura para a iniciativa terá vindo dos do grupo de Física e de Matemática e com menor entusiasmo dos de Ciências. Na área das Letras a participação foi muito menos intensa, prevalcendo a convicção que «a informática tem a ver com números».

A desmistificação desta ideia, nomeadamente pela chamada da atenção para as aplicações da informática no tratamento de texto, foi aliás um dos pontos em que insistiram os promotores das Jornadas.

O ser humano por trás

Para João de Freitas, o interesse principal da iniciativa e o seu fruto mais positivo foi mesmo o facto de se ter conseguido explicar que «o computador só funciona quando o ser humano está por detrás dele». Conforme nos disse, as pessoas perdem os receios quando percebem isso e quando entendem que «quem conhece um computador jamais se deixará aniquilar por ele».

Mas os resultados mais palpáveis da iniciativa só a prazo é que se farão sentir, entendem os seus dinamizadores. Na opinião do nosso interlocutor, o tempo levar-nos-á mesmo a uma situação em que o computador se transformará num instrumento tão familiar a todos nós como o telefone, cujos mecanismos intensos e maior parte das pessoas também desconhecem.

Para já, no entanto, já se vem alguns frutos da semana: alunos com oproblemas de programação que lhes surgiram durante as jornadas»; «ontem telefonou-me uma mãe que me pediu que a ajudasse na escolha de um micro para o filho», disse-nos João de Freitas.

A outro nível, ganhou força o projecto de instalar na biblioteca da escola um ou vários micros para serviço livre dos alunos.

Além disso, ficou aberta a possibilidade de virem a ser lançados diversos cursos extracurriculares de programação para professores e alunos.

A elaboração dos horários das turmas, que é normalmente um trabalho extremamente moroso e aborrecido, poderá igualmente vir a ser automatizada na sequência desta «descida» da informática à escola dã Parede. Um grupo de professores constituído para o efeito vai tentar criar já este ano um programa de computador destinado a resolver esse problema.

Por outro lado, João de Freitas – que considera o computador como um precioso auxiliar do professor – tem os seus próprios sistemas informatizados de controlo das faltas dos alunos da turma de que é director, e, por vezes, de correcção de pontos. O interesse por estas ideias começa, entretanto, a surgir junto de alguns colegas...

Quanto a críticas, elas são poucas («talvez por não nos quererem magoar perante o nosso entusiasmo) e incidem sobretudo nas potencialidades de utilização do computador como auxiliar pedagógico.

Para o nosso interlocutor porém, este instrumento pode ser muito valioso e ele próprio já fez algumas experiências nesse sentido. O interesse do computador neste campo aparece assim enquanto poderoso meio audiovisual, com grandes possibilidades de acompanhamento sonoro e gráfico e como auxiliar em termos da interacção que proporciona no conjunto alunos e professores.

Quanto aos perigos e receios invocados por muitos, diz-nos João de Freitas: «não há razões para temer mais o computador do que qualquer técnica audiovisual. A única coisa que é preciso é estar-se preparado para utilizar bem esse instrumento auxiliar, de forma que ele seja sempre enriquecedor. A questão está em saber extrair todas as vantagens possíveis da máquina. Ela tem muito sumo, é preciso é saber espremê-la bem».